

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)**

MILCA BORGES LUZ

**EFEITOS-SENTIDO DO *SLOGAN* “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA” NO JOGO
DISCURSIVO ENTRE MEMÓRIA E ATUALIDADE**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2023

MILCA BORGES LUZ

**EFEITOS-SENTIDO DO *SLOGAN* “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA” NO JOGO
DISCURSIVO ENTRE MEMÓRIA E ATUALIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório, para obtenção do título de doutor em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Texto, Significado e Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2023

Luz, Milca Borges	<p>L979e Efeitos-sentido do <i>slogan</i> “Deus, pátria e família” no jogo discursivo entre memória e atualidade. / Milca Borges Luz; orientador(a) Maria da Conceição Fonseca-Silva – Vitória da Conquista, 2023. 172 f.</p> <p style="text-align: center;">Tese (doutorado – Programa de Pós-Graduação em Linguística) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2023. Inclui referência F. 167 – 172.</p> <p style="text-align: center;">1. Efeitos-sentido. 2. Deus, Pátria e família. 3. Memória discursiva. 4. Extrema-direita antidemocrática. I. Fonseca-Silva, Maria da Conceição (orientadora). II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.</p>
-------------------	--

Ficha catalográfica

Título em inglês: Meaning-effects of the slogan “God, fatherland and family” in the discursive play between memory and the present

Palavras-chave em inglês: Meaning-effects of the slogan “God, fatherland and family” in the discursive play between memory and the present

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre (Doutor) em Linguística

Banca examinadora: Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva (Presidente-Orientadora); Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes (UESB), Profa. Dra. Joseane Silva Biteencourt (UESB), Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas (UFSCar) e Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (UFAL) – Membros Titulares

Data da defesa: 19/12/2023

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Orcid ID: [0000-0001-6011-1843](https://orcid.org/0000-0001-6011-1843)

Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4617400451738132>

MILCA BORGES LUZ

**EFEITOS-SENTIDOS DO SLOGAN “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA” NO JOGO
DISCURSIVO ENTRE MEMÓRIA E ATUALIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

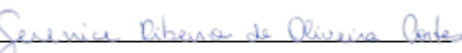
Data da aprovação: 19 de dezembro de 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva
Instituição: UESB – Presidente-Orientadora

Ass.: 

Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes
Instituição: UESB – Membro Titular

Ass.: 

Profa. Dra. Joseane Silva Bittencourt
Instituição: UESB – Membro Titular

Ass.: 

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas
Instituição: UFSCar – Membro Titular

Ass.: 

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho
Instituição: UFAL – Membro Titular

Ass.: _____

gov.br

Documento assinado digitalmente
HELSON FLAVIO DA SILVA SOBRINHO
Data: 24/12/2023 08:26:13-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

*A papai
(In memoriam)
Por tudo e tanto e sempre.*

AGRADECIMENTOS

Durante a escrita desse trabalho, muitos acontecimentos históricos e discursivos se sobressaltaram, principalmente no campo político e social do país (para não dizer da crise sanitária), e que provocaram mudanças drásticas e profundas no corpo social e impactou a cada um de nós, individualmente, de modo que cheguei a pensar que ele nunca chegaria a ter um ponto final. Ao contrário, acreditei, até que tudo o que conhecíamos e acreditávamos e amávamos iria ruir sob tantos pesos. E muita coisa ruiu, porém não tudo. Depois de sobrevivermos a tantas transformações, não sem sequelas, era hora de retomar, de recomeçar, e chegou o momento de olhar para o trabalho novamente. Um trabalho que lida, especificamente, com algumas das tão radicais e ameaçadoras transformações. Nesse ponto, já não sabia mais o que podia e não podia ser dito. E para quê? Para quem? E é aqui o ponto alto desses agradecimentos. Não sobrevivi e resisti porque sou forte. Sobrevivi e resisti porque nunca estive só. E é a essa rede de apoio que devo toda gratidão, por, acima de tudo, me mostrar a cada dia que recomeçar é luta, que é preciso fé na humanidade, que ainda é possível e que não vamos desistir!

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, por tornar possível e acessível este espaço de trocas e de construção, a realização desse sonho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, pela qualidade do curso, pelo acolhimento, afincos e cuidado conosco, e por resistir.

À Capes: “O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.¹

À orientadora, Prof^a. Dra. Maria da Conceição Fonseca-Silva. Quis o tempo e o destino me proporcionar esse encontro, e ele não se deu por acaso. Grata por acompanhá-la neste tempo, por aprender, observar, ouvir, falar, transformar. O seu trabalho e o seu exemplo transformaram e transforma vidas, histórias, gerações. Foi uma honra aprender a pesquisar ao seu lado. Você foi uma força nos momentos de dor e desalento. Obrigada, obrigada!

Aos membros da Banca do Exame de Qualificação: Prof^a. Dra. Edvânia Gomes da Silva, Prof^a. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes, Prof^a. Dra. Joseane Silva Bittencourt, cujas contribuições se fizeram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho. Obrigada pelo cuidado, zelo e compromisso com o que fazem, vocês foram incríveis.

¹ Forma padrão em conformidade com Portaria CAPES nº 206/2018 e esclarecimento do Ofício Circular nº 19/2018-CPG/CGSI/DPB/CAPES.

Aos membros da Banca de Defesa: Profa. Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes, Profa. Dra. Joseane Silva Bittencourt; Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas; Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho. Prezados, o trabalho que vocês executam, ao aceitar participar de uma banca, não começa e nem termina ali. Começa antes, em nosso primeiro contato, quando da leitura do texto. E não acaba, ele reverbera, ecoa, prossegue. Este ato de avaliar, contribuir, direcionar, mensurar, é transformador. Este trabalho por si só já me transformou, transformou a todos que vieram antes de mim e vai seguir transformando aos que vierem depois. Sou grata por aceitarem fazer parte e deixar marcas que levarei adiante. É uma honra que tenha sido vocês. Obrigada, obrigada!

A todos os docentes do PPGLin, em especial a Diva, Adilson, Gerê, Vera e Jorge, pelo conhecimento compartilhado e por todas as trocas.

À secretária do PPGLin, Vaneide Rocha Dias Ribeiro, pela presteza, atenção e gentileza com que sempre me recebeu e atendeu.

Aos funcionários do PPGLin, em especial à Luciana (Lu), por toda gentileza, cuidado, atenção. Sou muito grata por todas as vezes em que fui tão bem acolhida e atendida.

À minha mãe, papai (*in memoriam*), e aos meus irmãos e irmãs: Valdinei, Valnei, Luís Roberto, Alcides, José Carlos, Wanderly, Lucineide, Vaneide, Marleide, Suzineide, Ana Paula, Romana, Eliana. A essa base imensa e forte, sem a qual eu jamais poderia ter trilhado esse caminho. A eles, que talvez nunca leiam esse texto, tão alheios a esse mundo acadêmico e, ao mesmo tempo, tão participantes dele. Eu vejo cada um de vocês em cada página. Obrigada!

A todos os demais familiares, muito obrigada!

Àquela que tem sido meu apoio e conforto, que me ajuda diariamente e que tem sido luz e afeto. Muito, muito obrigada!

Aos meus amigos - também família - rede de força, amparo e acolhida, Graci, Bia, Neidima, Danilo, Regi, Anderson e tantos outros. Sigamos de mãos dadas e vigilantes, atentos e fortes a quaisquer ameaças a toda forma de existência humana.

Aos meus colegas do GPADis, que, durante esse percurso, não pôde se reunir presencialmente, mas que, mesmo distante, se manteve presente como foi possível. Muito obrigada pelas trocas.

Contudo, embora os regimes políticos possam ser derrubados, e as ideologias, criticadas e destituídas de sua legitimidade, por trás de um regime e de sua ideologia há sempre um modo de pensar e de sentir, uma série de hábitos culturais, uma nebulosa de instintos obscuros e de pulsões insondáveis.

[...]

Devemos ficar atentos para que os sentidos dessas palavras não sejam esquecidos de novo. O Ur-fascismo ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. Seria muito confortável para nós se alguém surgisse na boca de cena do mundo para dizer: ‘quero reabrir Auschwitz, quero que os camisas-negras desfilem outra vez pelas praças italianas!’ Infelizmente, a vida não é fácil assim! O Ur-fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o dedo para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo. [...] Liberdade e libertação são uma tarefa que não acaba nunca. Que seja este o nosso mote: ‘Não esqueçam’.

Umberto Eco

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos resultados de pesquisa que trata de efeitos-sentido do *slogan* “Deus, pátria e família”. No que tange ao objetivo, identificamos e analisamos efeitos-sentido desse *slogan* nos regimes fascista e nazista, na Europa, e no movimento integralista no Brasil, de um lado; e em acontecimentos históricos e discursivos, relacionados à política brasileira, entre os anos de 2013 e 2022, de outro. Quanto a materiais e métodos, a abordagem foi qualitativa/quantitativa; o objetivo, descritivo/interpretativo; os procedimentos, bibliográfico e análise do *slogan* “Deus, pátria e família”. O *corpus* discursivo foi constituído de excertos de livros e manifestos, de um lado; e materialidades verbais e imagéticas extraídas de plataformas digitais, de outro. Na análise dos efeitos-sentido do *slogan* “Deus, pátria e família” na formação ideológica da extrema-direita, no início do século XX, na Europa e no Brasil, mobilizamos referências das áreas das Ciências sociais, Ciência Política e História. Na análise dos efeitos-sentido do *slogan* “Deus, pátria e família” em acontecimentos históricos e discursivos de 2013 a 2022, no Brasil, mobilizamos pressuposto teóricos da Análise de Discurso. Os resultados mostraram que, em diferentes condições de produção, os efeitos-sentido do *slogan* “Deus, pátria e família” produzidos na formação ideológica da extrema direita antidemocrática a que estão ligadas os movimentos fascista e nazista, na Europa, e o movimento integralista no Brasil, no início do século XX, prosseguiram, no encontro de uma memória e de uma atualidade, prefigurando as manifestações de junho de 2013, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e as eleições de 2018, de um lado; e configurando o governo de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022.

PALAVRAS-CHAVE

Efeitos-sentido; “Deus, Pátria e família”; Memória discursiva; Extrema-direita antidemocrática.

ABSTRACT

In this doctoral thesis, we present the results of a research study that approaches the effects of meaning of the slogan "God, family, fatherland". We have identified and analyzed the effects of the meaning of this slogan in the fascist and Nazi regimes in Europe and the integralist movement in Brazil, on the one hand; and in historical and discursive events related to Brazilian politics between 2013 and 2022, on the other. As for materials and methods, the approach was qualitative/quantitative; the objective, descriptive/interpretive; the procedures, bibliographical, and analysis of the slogan "God, fatherland and family". The discursive corpus consists of excerpts from books and manifestos, on the one hand, and verbal and imagery material extracted from digital platforms, on the other. In analyzing the effects of the meaning of the slogan "God, family, fatherland" in the ideological formation of the far-right at the beginning of the 20th century in Europe and Brazil, we employed references from the fields of social sciences, political science, and history. In analyzing the effects of meaning of the slogan "God, family, fatherland" in historical and discursive events from 2013 to 2022 in Brazil, we drew from theoretical assumptions from Discourse Analysis. The results showed that the effects of meaning of the slogan "God, fatherland and family" tailored in different conditions of production, in the ideological formation of the anti-democratic far right to which the fascist and Nazi movements in Europe and the integralist movement in Brazil, at the beginning of the 20th century, are linked, endured to the meeting of memory and a currentness, prefiguring the Protests of June 2013, the impeachment of Dilma Rousseff in 2016 and the 2018 elections, on the one hand; and shaping Jair Bolsonaro's government from 2019 to 2022.

KEYWORDS

Meaning-effects of the slogan "God, fatherland and family" in the discursive play between memory and the present.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Emissão monetária italiana de 1923	45
Figura 2 - Símbolo do estado fascista: painel com a divisa "Mussolini tem sempre razão"	46
Figura 3 - <i>Slogan</i> "Deus, pátria e família" em livros, revista, selos, muros, manuais	54
Figura 4 - À esquerda, Adolf Hitler passa pelo Portão de Brandenburgo e à direita, saúda a bandeira Olímpica na abertura dos Jogos Olímpicos.	68
Figura 5: Águia.....	68
Figura 6 - Série VIII - Deus.....	87
Figura 7 - Série IX - Pátria	89
Figura 8 - Série X - Família.....	92
Figura 9 - Série XIII – Deus	108
Figura 10 - Série XVII.....	109
Figura 11 - SD87	111
Figura 12 - Série XVIII- pátria.....	111
Figura 13 - Série XIX:	113
Figura 14 - Série XX:	115
Figura 15 - Série XXI:	119
Figura 16 - Série XXII.....	120
Figura 17 - Série XXIII	122
Figura 18 - Série XXIV	124
Figura 19 - Série XXV.....	126
Figura 20 - Série XXVI:	127
Figura 21 - Série XXVII.....	129
Figura 22 - Série XXVIII:	130
Figura 23 - Série XXIX	132
Figura 24 - Série XXX:	133
Figura 25 - Série XXXI	134
Figura 26 - Série XXXII:.....	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Votos favoráveis ao <i>impeachment</i>	95
Gráfico 2. Votação da FPE na sessão de votação pela admissibilidade do processo de <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados	98
Gráfico 3. Total de votos “SIM” pela abertura do processo de <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff pelos membros declarados evangélicos da FPE	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Representação dos itens lexicais “Deus” e “homem”	57
Tabela 2: Raça ariana x Judeus.....	72
Tabela 3: Arianos x impuros	75
Tabela 4. Síntese SD 33.....	82
Tabela 5. Quantitativo de votos favoráveis ao <i>impeachment</i> justificados por “Deus, pátria e família”	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AD – Análise de Discurso
- AIB – Ação Integralista Brasileira
- BTI - Índice de Transformação Bertelsmann
- CEMDP - Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
- CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- DeMax - Democracy Matrix (DeMax)
- DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos
- EBC – Empresa Brasil de Comunicação
- ECT - Eletroconvulsoterapia
- FD – Formação Discursiva
- FI – Formação Ideológica
- FPE – Frente Parlamentar Evangélica
- GPADis – Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso
- Idea - Instituto internacional pela democracia e assistência eleitoral
- INCT.DD - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital
- LAPADis – Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer, Intersexo, assexual, demais orientações sexuais e identidades de gênero
- MEC – Ministério da Educação
- MPF – Ministério Público Federal
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PAL – Partido da Aliança Liberal (coligação entre os partidos PRM, PL e PRR)
- PCDT - Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas
- PDC – Partido Democrata Cristão
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PFL – Partido da Frente Liberal
- PFN – Partido Fascista Nacional
- PL - Partido Liberal
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PNE – Plano Nacional da Educação
- PND – Política Nacional sobre Drogas

PNEE - Política Nacional de Educação Especial
PNPS - Política Nacional de Participação Social
PP – Partido Progressista
PPB – Partido do Povo Brasileiro
PPR – Partido Progressista Reformador
PR – Paraná
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
REDE – Rede Sustentabilidade
SD – Sequência Discursiva
SEP – Sociedade de Estudos Políticos
SNPS - Sistema Nacional de Participação Social
STF – Supremo Tribunal Federal
TEA – Transtorno do Espectro Autista
TV NBR – TV Nacional Brasil
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
V-Dem - Instituto Variedades da Democracia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Considerações iniciais e justificativa.....	17
1.2 Percurso metodológico e teórico.....	25
<i>1.2.1 Materiais e métodos.....</i>	<i>25</i>
<i>1.2.2 Pressupostos teóricos.....</i>	<i>26</i>
1.3 Estrutura organizacional dos capítulos	33
2 EFEITOS-SENTIDO DO SLOGAN “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA” NA FORMAÇÃO IDEOLÓGICA DE EXTREMA DIREITA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	35
2.1 Considerações iniciais.....	35
2.2 O Estado, as formas de poder e o poder político	36
2.3 O Fascismo	44
<i>2.3.1 O slogan “Deus, pátria e família”: condições de produção.....</i>	<i>52</i>
<i>2.3.1.1 Deus.....</i>	<i>56</i>
<i>2.3.1.2 Pátria.....</i>	<i>59</i>
<i>2.3.1.3 Família.....</i>	<i>62</i>
2.4 O Nazismo	66
<i>2.4.1 Deus.....</i>	<i>70</i>
<i>2.4.2 Pátria.....</i>	<i>72</i>
<i>2.4.3 Família.....</i>	<i>73</i>
2.5 “Deus, pátria e família” como lema da Ação Integralista Brasileira.....	76
2.6 Considerações finais	84
3 EFEITOS-SENTIDO DO SLOGAN “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA” NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI: DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 AO GOVERNO DE EXTREMA DIREITA DE JAIR BOLSONARO (2019-2022)	86
3.1 Considerações iniciais.....	86
3.2 Efeitos-sentido do slogan “Deus, pátria e família” nas manifestações de 2013, 2015 e 2016	86
3.3 Efeitos-sentido do slogan “Deus, pátria e família” na admissibilidade do <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff	94
3.4 Efeitos-sentido do slogan “Deus, pátria e família” nas eleições presidenciais de 2018	104

3.5 Efeitos do <i>slogan</i> “Deus, pátria e família” no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro	140
4 CONCLUSÃO.....	161
REFERÊNCIAS.....	167

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais e justificativa

O sistema político brasileiro, em seu regime democrático, traduzido primordialmente pelo exercício da soberania pelo povo, que elege diretamente seus representantes, passou e ainda passa por momentos de instabilidade, fragilidade e, em alguns períodos, supressão, a exemplo do Estado Novo de Getúlio Vargas (PAL), em 1937, e da Ditadura Militar, em 1964.

Acerca do primeiro período de supressão da democracia no Brasil, segundo Mota (1986), apesar de Júlio Prestes (PRP) ter vencido as eleições de 1930, um movimento conhecido como “Revolução de 1930” dá a presidência a Getúlio Vargas (PAL). Em janeiro de 1937, um ano antes das eleições, Vargas (PAL) divulgou uma suposta conspiração comunista – o plano *Cohen*² - e aplicou um golpe utilizando a Constituição (“polaca”), que suspendia as eleições e garantia uma grande concentração de poderes nas mãos do chefe do executivo. Tem início, assim, o Estado Novo (1937-1945) que resultou numa alta centralização do poder por parte do executivo e promoveu ainda uma série de medidas de intervenção do Estado na economia, cultura, nos sindicatos, eliminando-se, assim, as liberdades públicas. Mota (1986) afirma ainda que a Constituição de 1937 deu poder ao executivo de controle sobre o Legislativo e Judiciário e extinguiu os partidos políticos, que foram substituídos pelo corporativismo, muito embora Getúlio não tenha praticado rigorosamente tal Constituição, mas sim, optado por governar por decretos-leis. De todo modo, Vargas reduziu o poder dos estados, com relação ao governo federal.

Em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, que trouxe alento às forças que se empenhavam pela redemocratização do país, Vargas se viu obrigado a tomar medidas que restaurassem o constitucionalismo liberal e, em fevereiro de 1945, através de um Ato Adicional, estabeleceu a data para eleições gerais. Assim, após quase 10 anos de ditadura, ocorreram as eleições diretas que elegeram o general Eurico Gaspar Dutra (PSD) presidente do Brasil.

Quanto ao último período de supressão da democracia no Brasil, qual seja o golpe militar de 1964, conforme Mota (1941), este promoveu uma desarticulação profunda da república populista e, a partir de então, os militares impuseram uma nova ordem legal marcada pelo arbítrio e violência. Apesar de manter as aparências – a Constituição de 1946 continuou em vigor, sendo, posteriormente, substituída, em 1967, por uma nova Constituição –, a prática

2 Segundo Mota (1986), tratou-se de um plano forjado para justificar a permanência de Getúlio na presidência. A farsa é descoberta, e Getúlio aplica então o golpe.

foi extremamente distinta. Mota (1941) afirma que os militares promoveram uma centralização do poder e o presidente dispunha de poderes excepcionais para “o controle da inflação, para a “regeneração” institucional e para o expurgo (termo da época) de cidadãos do processo político e social do país (cassações de direitos políticos por até 10 anos)” (MOTA, 1941).

Ainda conforme Mota (1941), a sociedade civil deixou de participar das escolhas políticas e teve suas liberdades completamente eliminadas, e o país mergulhou num completo fechamento jurídico-político. O Ato Institucional nº 5 eliminou a participação democrática dos setores mais representativos da vida no país

O regime militar, dentre outras ações arbitrárias e opressoras, suspendeu garantias constitucionais e buscou legitimar atos de suspensão dos direitos políticos, com cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, com a justificativa do interesse da “paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição” (Ato Institucional nº 1). Além disso, o regime acabou com as eleições diretas para presidente e, posteriormente, para governadores e prefeitos das capitais, extinguiu os partidos políticos e dificultou a criação de novos partidos.

A ditadura, que durou quase 21 anos, teve o seu fim em 1985, marcado pela posse do Vice-presidente José Sarney de Araújo Costa, eleito na chapa Tancredo Neves (PMDB) para presidente e José Sarney (PMDB) para vice-presidente, ainda por meio indireto. Em fevereiro de 1987, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte e, no ano seguinte, em outubro de 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que estabeleceu direitos individuais, políticos e sociais. O Brasil formalizou, assim, o reestabelecimento do regime democrático.

Em 1989, ocorreu a primeira eleição direta no país desde o mencionado golpe e, em 1990, tomou posse o mais novo presidente eleito democraticamente e o Brasil iniciou, assim, o processo de redemocratização, de reestabelecimento de instituições políticas e jurídicas, rumo à consolidação do regime democrático. A partir da Constituição de 1988, o país definiu sua forma de governo – República -, forma de Estado – Federação -, regime de governo – Democrático -, e, a partir de então, seguiu elegendo seus representantes pelo voto direto. O primeiro presidente eleito pelo povo, Fernando Collor de Melo (PRN), tornou-se o mais jovem presidente brasileiro, após derrotar o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno da eleição presidencial. De acordo com Santos (2015), embora o *slogan* de campanha do presidente Fernando Collor tenha sido o combate à corrupção, seu governo perdeu, gradualmente, a sustentação política e foi marcado por escândalos de corrupção, além de medidas administrativas impopulares, o que resultou no seu afastamento, por meio de um

processo de *Impeachment*, em 1992, e o seu vice Itamar Franco (PMDB), assumiu, assim, a Presidência, até o fim do mandato, em 1994.

Na eleição seguinte, ocorrida em 1994, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi eleito e cumpriu seu primeiro mandato de 1995 a 1998. Reeleito em 1998 para o segundo mandato, governou de 1999 a 2002. Nas eleições de 2002, quem venceu foi Luís Inácio Lula da Silva (PT), eleito para o quadriênio 2003 a 2006, no primeiro mandato, e de 2007 a 2010, no segundo mandato. Ele foi sucedido por Dilma Rousseff (PT), de 2011 a 2014, no primeiro mandato, e que, por sua vez, embora reeleita nas eleições de 2014 para o quadriênio 2015-2018, em 2016, teve seu segundo mandato interrompido em decorrência de *impeachment*. Sobre ela pesou a acusação de ter praticado crime de responsabilidade fiscal ao editar três decretos presidenciais de créditos suplementares sem autorização do Legislativo e ter promovido as chamadas “pedaladas fiscais³”. Desse modo, ainda em 2016, assumiu o cargo o vice-presidente, Michel Temer, que governou de 2016 a 2018. E, por fim, nas eleições de 2018, o candidato Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito para o quadriênio 2019-2022.

Em pouco mais de três décadas do reestabelecimento da democracia, que contou com a eleição de 7 presidentes, o país já vivenciou dois momentos de crise de instabilidade em seu sistema político-partidário, que culminaram no *Impeachment* de Fernando Collor de Melo (PRN), em 1992 e, mais recentemente, o *Impeachment* de Dilma Rousseff (PT), em 2016, que teve o seu segundo mandato interrompido.

Quanto a tais eventos de instabilidade política na história do país, alguns trabalhos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso – GPADis/CNPQ/Uesb - tematizaram, dentre outras questões, as eleições presidenciais no Brasil, no período da redemocratização, o *impeachment* de Fernando Collor e o governo Dilma Rousseff (desde o primeiro mandato até o seu *impeachment*), e serão retomados aqui, visto que contribuem para a problematização do tema deste trabalho.

Quanto ao Governo Collor (PRN), Santos (2016) mostra que o efeito de memória e o efeito de justiça, inerentes ao ato de julgar, incidiram de modo diverso no juízo político e no juízo jurídico aos quais o caso Collor foi submetido, de modo que o resultado dos julgamentos foi distinto, visto que ele foi condenado no âmbito político e absolvido no âmbito jurídico. Santos (2015) apresentou resultados de pesquisa, indicando que, na primeira instância, a condenação política foi fortemente influenciada pelo abuso de memória promovido pela espetacularização midiática e prevaleceram a conveniência e a oportunidade, ensejando o

3 “Pedaladas Fiscais” se caracterizam pela prática da contratação ilegal de operação de créditos, conforme Lei 1079 de 1950, art. 11, item 3.

espírito de vingança. Na segunda instância, porém, prevaleceram os princípios processuais, posto que, na falta de provas substanciais que atestassem a autoria e materialidade dos crimes imputados a Collor, este foi absolvido em favor do senso de justiça.

No que tange ao governo de Dilma Rousseff (PT), de acordo com uma pesquisa desenvolvida por Barbosa (2014), nos discursos que circularam na mídia, entre 2010 a 2013, o sujeito político Dilma Rousseff, enquanto pré-candidata/candidata à presidência da República, apareceu numa relação de proximidade com Lula, e ambos, numa relação de afastamento dos chamados “radicais do PT”. Posteriormente, Dilma e Lula são discursivizados numa relação de distanciamento. Já como presidente, Dilma permaneceu numa relação de afastamento dos chamados “radicais do PT” ou das ideias de cunho radical, e a sua relação com Lula foi de desvencilhamento, uma vez que a presidente reduziu a influência sofrida por ele em seu governo, e ambos ocuparam posições discursivas distintas quanto ao modo de governar e quanto ao modo de lidar com o PT e com os partidos que compunham a chamada base aliada do governo, o que produziu um efeito-sentido de que Dilma se identificava numa zona de conflito com o PT, enquanto Lula quase se confundia com o próprio partido. Barbosa (2014) identificou ainda que, quanto à relação entre o sujeito político Dilma e a corrupção, produziram-se efeitos-sentido de que a presidente Dilma não compactuava com a corrupção em seu governo, distanciando-se de Lula e do PT, que foram discursivizados como mais próximos da corrupção, inclusive no governo Dilma, como uma “herança de Lula”.

Em relação às eleições de 2014, em que Dilma Rousseff foi reeleita, Brito (2016) verificou que o Brasil reemergiu dividido em 2014, visto que os efeitos de divisão do país também foram identificados em eleições presidenciais anteriores, especificamente no período de 1989 a 2010. Segundo Brito (2016), na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais de 1989, 2006 e 2014, constatou-se o efeito-sentido de divisão do Brasil por classe social, de modo que o eleitor se identificou com determinado candidato à Presidência da República de acordo à posição-sujeito com a qual se identificava: posição-sujeito rico, posição-sujeito classe média e posição-sujeito pobre. Já na discursivização da mídia sobre as Eleições Presidenciais de 2006, 2010 e 2014, verificou-se o efeito-sentido de divisão do Brasil por região, em que o eleitor se identificava com um dos candidatos à Presidência conforme a região geográfica em que residia e de acordo a sua situação econômica. E, especificamente, nas eleições de 2014, Brito (2016) identificou, ainda, o funcionamento do efeito-sentido de divisão do Brasil entre a posição-sujeito de eleitor petista e a posição-sujeito de eleitor antipetista que produziram efeitos de petismo e antipetismo relacionados à divisão do Brasil entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste. Na repercussão das Eleições de 2014, especificamente, por meio

da rede social *Facebook*, a autora constatou, além da atualização dos efeitos-sentido de divisão por classe social e por região, a divisão do país entre petismo e antipetismo, o que surgiu como um acontecimento novo dessas eleições e que reforçou a massificação do discurso de divisão.

Ainda acerca do governo Dilma Rousseff, de acordo com Conceição (2018), na discursivização das edições de *Veja*, durante os dois mandatos, Dilma Rousseff foi convocada a ocupar duas posições-sujeito que produziram efeitos de contradição: efeito de competência ao cargo de presidência e efeito de incompetência ao cargo de presidência. No primeiro mandato de Dilma Rousseff, Conceição (2018) identificou um jogo discursivo de aproximação e de afastamento entre Dilma e Lula, e entre Dilma e o PT, produzindo efeitos-sentido de construção de Dilma Rousseff na posição-sujeito de presidente; no segundo mandato, restou identificado um jogo de aproximação e de afastamento entre Dilma e Lula e entre Dilma e o PT, que produziu um efeito-sentido de desconstrução de Dilma, na posição-sujeito presidente, por má gestão econômica e política do país, e de Lula e do PT, na posição-sujeito de governo, acusado pela crise econômica do país. Conceição (2018) também defende que o *Impeachment* foi a encenação discursiva final do impedimento de Dilma no cargo de presidente, muito embora seus direitos políticos tenham sido conservados⁴.

Em se tratando do *Impeachment* de Dilma Rousseff, o trabalho desenvolvido por Luz (2018) mostrou que a admissibilidade da abertura do Processo de *Impeachment*, que ocorreu na sessão de votação do dia 17 de abril de 2018, na Câmara dos deputados, foi um acontecimento discursivo marcado pela circulação-confronto de formulações favoráveis e contrárias ao impedimento, que circularam muito antes do dia da sessão de votação, prefigurando e antecipando a chegada deste acontecimento e ainda que o efeito-sentido jurídico de crime de responsabilidade fiscal, que teve base jurídica para o pedido de abertura do processo, entrou em deriva, deslizou-se discursivamente, foi esvaziado e quase apagado. Luz (2018) observou que das 367 justificativas de votos favoráveis somente em 12% identificou-se o efeito-sentido jurídico de crime de responsabilidade. Em 88% das justificativas, esse efeito deslizou-se

4 Em 2022, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região extinguiu, por unanimidade, uma ação popular de improbidade administrativa movida contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, que investigava as supostas “pedaladas fiscais” atribuídas a ex-presidente da República Dilma Rousseff, ao ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e ao ex-presidente do BNDES, Luciano Coutinho, pedindo que Dilma reembolsasse os cofres públicos pelos prejuízos causados por pedaladas fiscais. Posteriormente, em 2023, Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) manteve, por unanimidade, a decisão que arquivou o processo, visto que este não foi analisado por falta de fundamentação das acusações. Durante a sessão, o advogado de defesa declarou que: “O Ministério Público não conseguiu imputar uma conduta à [então] presidente da República. Muito pelo contrário. Ora, diz que não sabia, diz que sabia, diz que ela deveria saber, que deveria ter confrontado seus ministros. Não nenhuma descrição de dolo”, concluiu.” Fontes: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/03/27/acao-dilma-pedaladas-extincao.htm>, <[Justiça mantém decisão que isenta Dilma Rousseff de “pedaladas fiscais” | CNN Brasil](#)>

discursivamente, e, nessa deriva, corrupção (18% dos votos), Deus (14% dos votos), família (30% dos votos), povo (60% dos votos) tornaram-se motivações para a aceitação da admissibilidade.

Nos votos “Contra a corrupção”, Luz (2018) verificou a atualização de uma memória sobre a prática da corrupção nos governos do PT: “Mensalão”, durante o Governo Lula, e “Petrolão”, durante o governo Dilma, e efeitos de memória de uma esquerda incompetente, que não estava preparada para governar, ou que não soube lidar com o poder. Além de efeito-sentido sobre o PT como um partido corrupto, inconsequente, mentiroso e rasteiro, contraditório, destruidor, salteador, dilapidador e saqueador do país, fraudulento, estelionatário, populista e assistencialista, uma quadrilha, uma organização/facção criminosa, um partido que remunera a “vagabundização”, e que, portanto, precisa ser erradicado, extirpado, finalizado; na justificativa “pelo povo”, constatou-se a construção de uma relação ilusória de interlocução entre “o povo” e seu líder, em que funcionou um “nós” como lugar discursivo coletivo, uno e indiferenciado, em que povo e líder são constituídos conjuntamente; nos votos justificados por “Deus”, verificou-se um atravessamento do discurso religioso que produziu um efeito legitimador. O sujeito como porta-voz do querer de Deus e que em nome dele enuncia legitimava-se por meio do discurso religioso e enunciava a vontade de Deus, como um mediador. O voto pela admissibilidade estava de acordo à vontade divina que não deve ser contrariada pelo cristão, mas sim obedecida; por fim, nos votos justificados pela família, identificou-se o funcionamento de uma posição-sujeito anticomunista/antipetista, que fez ressoar efeito-sentido sobre o PT como destruidor da família, e sobre o governo de esquerda como o responsável pelo “desmontar” do modelo de família tradicional no país, além de um efeito de memória sobre a esquerda no Brasil, em que ressoaram o preconceito, o desafeto e o ressentimento pelo comunismo.

Assim, nos votos favoráveis à abertura do processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff analisados por Luz (2018), identificou-se discursos sobre os efeitos de vontade do povo, de fé cristã, de defesa de valores da família tradicional conservadora e da “vontade” de combate à corrupção.

Dentre as justificativas dos votos pela admissibilidade analisados por Luz (2018), destacou-se o voto do então deputado Jair Bolsonaro, o mais destoante, que despertou a atenção e causou um grande impacto na Sessão. A justificativa do voto de Bolsonaro, além de provocar reações favoráveis e contrárias dos parlamentares no plenário da Câmara, gerou também uma grande polêmica e foi responsável por dividir opiniões em alguns setores da sociedade. A

justificativa do voto, dentre outras coisas, enalteceu o período da ditadura militar no país e a prática da tortura, veja-se:

Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história nesta data pela forma como conduziu os trabalhos desta Casa: Parabéns, Presidente Eduardo Cunha!
Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S. Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é “sim”! (Brasil, 2016).

Em um momento de crise da democracia brasileira, no instante em que o Congresso decidia sobre a abertura de um pedido de *impeachment* contra a então presidente da república, irrompeu um culto e exaltação à ditadura militar, como um eco do que se viu nas ruas, quando das manifestações pró-*impeachment*, provocando todo um abalo nas redes de memória, que rompeu com as regularidades pré-existentes, diante desta atualidade. É possível identificar, no discurso que atravessa tal pronunciamento, o aparecimento das categorias apontadas por Luz (2018) na análise dos votos, quais sejam: *Deus e Família*. Nas redes sociais digitais, tal pronunciamento provocou uma discussão entre internautas que criticavam a fala do então deputado e outros que cogitavam sua eleição para presidente do Brasil em 2018⁵, além de repercutir também nos sites de notícias, com manchetes como: *Elogio à tortura, dupla moral e enrolados na justiça em nove votos na câmara*⁶; *Bolsonaro fez apologia de crime na votação do impeachment, diz OAB*⁷; *Discurso de Jair Bolsonaro provoca polêmica durante a votação do impeachment neste domingo (17)*⁸, *Voto de Bolsonaro ganha destaque mundial*⁹, entre outros.

Costa (2018), por seu turno, analisou a Sessão Extraordinária de Julgamento do *Impeachment* Dilma Rousseff no Senado, que ocorreu de 25 a 31 de agosto de 2016, e discutiu os confrontos discursivos que prefiguraram e se prolongaram no acontecimento histórico do

5 No *youtube*, a postagem do vídeo com o pronunciamento do então deputado Jair Bolsonaro gerou uma longa discussão entre internautas, como pode ser verificado em https://www.youtube.com/watch?v=2LC_v4J3waU. Acesso em 31/05/2020.

6 https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/19/politica/1461019293_721277.html. Acesso em 31/05/2020.

7 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763027-bolsonaro-fez-apologia-ao-crime-na-votacao-do-impeachment-diz-oab.shtml#article-comments>. Acesso em 31/05/2020.

8 <https://vejasp.abril.com.br/blog/pop/discurso-de-jair-bolsonaro-provoca-polemica-durante-a-votacao-do-impeachment-neste-domingo-17/>. Acesso em 31/05/2020.

9 <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762909-voto-de-bolsonaro-ganha-destaque-mundial.shtml>. Acesso em 06/07/2020.

Impeachment, retomando, entre outros, os trabalhos de Barbosa (2014), Brito (2016), Santos (2016), Luz (2018) e Conceição (2018), para em seguida mostrar que, no funcionamento da posição-sujeito réu no *Impeachment* de Dilma Rousseff, embora, jurídica e formalmente, a posição-sujeito réu seja ocupada apenas por Dilma Rousseff, discursivamente, além de Dilma, o então ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT) são convocados a ocupar a posição de réu enquanto efeito de unidade responsável pela crise econômica-política que atingia o país e, por isso, deveriam ser afastados em definitivo dos espaços de poder político.

Os trabalhos de Barbosa (2014), Brito (2016), Santos (2016), Luz (2018), Conceição (2018) e Costa (2018) apontam para o que podemos chamar de efeitos: i) de fortalecimento do discurso antipetista e contra a esquerda; ii) e de golpe político-jurídico tanto no acontecimento discursivo da admissão do pedido de *impeachment* quanto no acontecimento do julgamento do *Impeachment* da então presidente Dilma Rousseff.

Como resultado desses dois efeitos apontados, o país assistiu i) à prisão do então ex-presidente Lula e, em consequência, o impedimento de sua candidatura, nas eleições presidenciais de 2018; ii) à ascensão da extrema direita antidemocrática nas eleições presidenciais de 2018, em que Jair Bolsonaro, defendendo o *slogan* “Deus, pátria e família”, foi eleito presidente do Brasil, e em seu governo, no período de 2019 a 2022, prosseguiu utilizando-o e defendendo-o. Isto posto, problematizamos:

O discurso inscrito no *slogan* “Deus, pátria e família” prefigurou quais acontecimentos históricos e discursivos entre 2013 e 2022, no campo político brasileiro? E que memória esse *slogan* fez trabalhar em sua atualidade nos acontecimentos? Defendemos que:

I) O discurso da extrema direita antidemocrática inscrito no *slogan* “Deus, pátria e família”: a) prefigurou acontecimentos históricos e discursivos, entre os quais: i) manifestações de junho de 2013, 2015 e 2016; ii) *Impeachment* de Dilma Rousseff; iii) eleições de 2018; b) e configurou o governo antidemocrático de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022.

II) O discurso da extrema direita antidemocrática inscrito no *slogan* “Deus, pátria e família”, em sua atualidade, fez trabalhar, nos acontecimentos históricos e discursivos mencionados, uma memória da formação ideológica da extrema direita antidemocrática a que estão ligados os movimentos fascista e nazista, na Europa, e o movimento integralista no Brasil, no início do século XX.

Por fim, esperamos que este trabalho possa contribuir com a produção de conhecimento sobre questões relacionadas à política e aos sistemas políticos que regem a vida em sociedade, com os estudos sobre a Análise de Discurso, além de buscar apresentar resultados que

contribuam para um projeto de pesquisa maior, ao qual este projeto se vincula, qual seja: “Sujeito e sentido entre o político e o jurídico: efeitos de memória, efeitos de verdade e efeitos de justiça”, desenvolvido no âmbito do Laboratório de Pesquisa em Análise de Discurso (LAPADis), junto ao Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis/CNPQ/Uesb).

1.2 Percorso metodológico e teórico

1.2.1 Materiais e métodos

A pesquisa foi realizada com uma abordagem qualitativa/quantitativa. Tal posição nos possibilita não incorrerem em excesso de confiança, o que poderia comprometer o gesto de interpretação que operamos na construção do arquivo enquanto materialidade discursiva¹⁰ e do *corpus* discursivo¹¹, que, aqui, é compreendido como um conjunto de sequências discursivas selecionadas para a análise.

Quanto ao objetivo, trata-se de uma pesquisa descritiva/interpretativa, pois, em Análise de Discurso, não existe descrição sem interpretação. Por fim, o procedimento adotado foi uma análise discursiva do *slogan* “Deus, pátria e família” que circulou antes, durante e depois do *impeachment* de Dilma Rousseff, nos confrontos discursivos que prefiguraram tal acontecimento discursivo e seguiram-se a ele.

Considerando o funcionamento do *slogan* “Deus, pátria e família” como campo de referência, operamos um gesto de interpretação para construir o arquivo e selecionamos: i) materialidades discursivas da obra *Os deveres do homem*, de Diuseppe Mazzinni; ii) materialidades discursivas extraídas da obra *Mein Kampf (Minha Luta)*, de Adolf Hitler; iii) materialidades discursivas extraídas do “Manifesto Integralista de 1932”; iv) materialidades discursivas extraídas da plataforma digital de troca de mensagens *WhatsApp*, no ano de 2018; v) materialidades discursivas extraídas da agência de jornalismo e fotojornalismo independente *Mídia Ninja*¹² (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação); vi) materialidades discursivas extraídas de documentos oficiais do governo de Jair Bolsonaro.

10 Entendemos por *Materialidade Discursiva*, conforme Pêcheux (2016 *apud* Orlandi, 2016) aquilo que, “entre a história, a língua e o inconsciente, resulta como heterogeneidade irreduzível [...]” (PÊCHEUX, 2016 *apud* ORLANDI).

11 Entendemos o *corpus discursivo*, como Pêcheux ([1975] 2014), “um conjunto de textos de extensão variável (ou sequências discursivas), remetendo a condições de produção consideradas estáveis, isto é, um conjunto de imagens textuais ligadas a um ‘texto’ virtual (isto é, ao processo discursivo que domina e engendra as diferentes sequências discursivas pertencentes ao *corpus*)” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 170).

12 A escolha desta agência se deve ao fato de que, dentre as agências de fotojornalismo que disponibiliza seu acervo gratuitamente, a Mídia Ninja se destacou nacional e internacionalmente devido a ampla cobertura das

Posteriormente, operamos um gesto de interpretação das materialidades discursivas que constituem o arquivo analítico para construirmos o *corpus* discursivo com as sequências discursivas (SD's) que são analisadas nos capítulos 2 e 3.

1.2.2 Pressupostos teóricos

Para a realização deste trabalho, mobilizamos princípios e procedimentos da Análise de Discurso (AD) francesa que tem como principal expoente Michel Pêcheux. Tal disciplina, que nasceu no fim da década de 60 do século XX, conforme Fonseca-Silva (2017), surgiu numa conjuntura intelectual filosófica e política que, por um lado, promovia uma releitura do Estruturalismo, especialmente quanto à sua base unificadora - a Linguística - que passou a ser a referência dos estruturalistas para definir seus métodos nas demais ciências humanas e sociais e, por outro lado, realizavam tentativas de renovação teórica que questionavam, principalmente, o estatuto da concepção do sujeito como centro e causa de si.

Nesse contexto, ainda conforme Fonseca-Silva (2017), a corrente filosófica, epistemológica e politicamente heterogênea que, posteriormente, viria a se tornar a disciplina de Análise de discurso, se constituiu e instituiu a partir da releitura de três nomes fundadores: Marx, Freud e Saussure e ainda, conforme Henry (2014), a partir de certos aspectos do

manifestações de junho de 2013 a 2016, conforme consta em: *Sob holofotes, Mídia Ninja pede dinheiro do público para ampliar alcance*. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2013/08/05/sob-holofotes-midia-ninja-pede-dinheiro-do-publico-para-ampliar-alcance.htm>>; *Brazil Protests Prompts Shift in Media Landscape*: Independent 'Ninja' Journalists Gain Some Traction, Helped by Facebook. Disponível em <<https://www.wsj.com/articles/SB10001424127887323873904578570244226440374>>; *How social media gives new voice to Brazil's protests*: Street protests continue to rock Brazil and, frustrated by mainstream media coverage, a new group of citizen journalists is using digital tools to tell a different side of the story. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/world/2014/apr/27/social-media-gives-new-voice-to-brazil-protests>>; *Sweeping Protests in Brazil Pull In an Array of Grievances*. Disponível em: https://www.nytimes.com/2013/06/21/world/americas/brazil-protests.html?pagewanted=2&ref=world&_r=0 *POSTV, de pós-jornalistas para pós-telespectadores*. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/postv-de-pos-jornalistas-para-pos-telespectadores/>>. A Mídia Ninja se define como: “uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir da tecnologia e de uma lógica colaborativa de trabalho. Entendemos a comunicação democrática como um direito humano e defendemos o interesse público, a diversidade cultural e o direito à informação, visibilizando pautas de comunicação, causas identitárias, cultura, meio ambiente, juventude e outras que dialogam com os desafios do século XXI. A Mídia NINJA foi fundada em 2013 e ganhou notoriedade durante as manifestações de junho que reuniram milhões nas ruas do Brasil. À ocasião realizou coberturas ao vivo de dentro dos protestos, com múltiplos pontos de vista invisíveis na mídia tradicional. Em 2016 foi uma das principais iniciativas de resistência na luta pelo fortalecimento da democracia em meio a instabilidade política. Hoje a rede engaja mais de 2 milhões de apoiadores e cerca de 500 pessoas diretamente envolvidas com o suporte de casas coletivas pelo Brasil. Em 2013, ganhou o Shorty Awards for our Social Media Profile.”. Disponível em: < <https://midianinja.org/quem-somos/>>. Acesso em 01/04/2023. O acervo de busca está disponível em: < <https://www.flickr.com/photos/midianinja/page1069>>. Todo o material está disponível sob a licença Creative Commons 4.0 CC-BY-NC.

estruturalismo, que supunham uma atitude não reducionista da língua. Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014) propuseram uma articulação entre três regiões do conhecimento científico, quais sejam:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicar ainda que essas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 160).

A Análise de Discurso tem por objeto o discurso, que Pêcheux ([1990] 2014) situa em um nível intermediário entre a língua (face social, universalidade) e a fala (face individual, singularidade), e que não se constitui como objeto empírico, mas como efeitos de sentido entre interlocutores. A Análise de Discurso na França, como afirma Gadet (2014), é considerada como um dispositivo que relaciona o campo da língua e “o campo da sociedade apreendida pela história (nos termos da relação de força e de dominação ideológica)” (GADET, 2014, p. 8).

Pêcheux (2014) afirma que o discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas, de modo que “*é impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, [1969] 2014, p. 78). Pêcheux ([1969] 2014) então explica as condições de produção a partir de um quadro de formações imaginárias, em que os diferentes elementos estruturais das condições de produção do discurso são vistos como representações imaginárias que se relacionam a partir de um jogo de imagens. Desse modo, nos processos discursivos, funciona uma série de formações imaginárias que determinam o lugar dos protagonistas do discurso, e a imagem que estes se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar, do lugar do outro, e a imagem que fazem do referente (um objeto imaginário, do ponto de vista do sujeito e não da realidade física), ou seja, tais lugares estão representados, de modo que eles não funcionam de acordo com os traços sociais que os definem, mas sim, estão representados, isto é, nas palavras de Pêcheux ([1969] 2014), eles estão presentes, porém transformados.

Ao tratar sobre o sujeito do discurso, Pêcheux (2014) o compreende não como indivíduo, mas como lugar na estrutura de uma formação social, sendo, portanto, representado no processo discursivo.

Dessa forma, Pêcheux introduz no quadro teórico da AAD a noção de sujeito-estrutura, lugar determinado na estrutura social, e a noção de sujeito-assujeitado, que funciona como suporte-porta-voz do discurso, para definir o sujeito do discurso como um efeito de assujeitamento de um lugar na estrutura social (FONSECA-SILVA, 2017, p. 86).

Pêcheux e Fuchs ([1975] 2014) afirmam que tal sujeito é constituído por esquecimentos que são capazes de determiná-los. São eles o esquecimento nº 1 e nº 2. O esquecimento nº 1 diz respeito à prática discursiva ligada à linguagem. Segundo os autores, o sujeito se esquece do processo pelo qual uma sequência discursiva é produzida ou como o seu sentido é reconhecido, ou seja, essa evidência da leitura subjetiva em que um texto é diretamente associado ao seu sentido é uma ilusão oriunda do efeito-sujeito em relação à linguagem, o que produz o efeito de assujeitamento. Assim, o sujeito acredita que é a origem do sentido, de modo que, o fato de que o sentido de toda sequência está na formação discursiva a qual ela pertence é “recalcado para o (ou pelo?) sujeito e recoberto para este último, pela ilusão de estar na fonte do sentido, sob a forma da retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014a, p. 167-168). Já em relação ao esquecimento nº 2, esse diz respeito à origem do dizer, o sujeito acredita ser dono do seu dizer, capaz de escolher, selecionar o que diz e o que não diz, podendo, inclusive, corrigir o que disse ou explicar a ‘sua intenção’, ‘o que ele quis dizer’. Têm-se aí, conforme os autores, o “efeito de ocultação parcial e fonte da impressão de realidade do pensamento para o sujeito (‘eu sei o que eu digo’, ‘eu sei do que eu falo’) (PÊCHEUX; FUCHS, 2014a, p. 75).

Assim, o sujeito do discurso é um efeito de assujeitamento a uma formação discursiva com a qual ele se identifica.

[...] sob a evidência de que ‘eu sou realmente eu’ (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas ‘ideias’, minhas intenções e meus compromissos), há o processo de interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio: ‘aquele que ...’, isto é, X, o quidam que se achará aí (PÊCHEUX, 2014b, p. 145).

Pêcheux (2014) também trata da relação entre ideologia e discurso, quando afirma que

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2014, 146).

O caráter material do sentido, que é mascarado para o sujeito, se constitui, ainda conforme o autor, no ‘todo complexo das formações ideológicas’, ou seja, o sentido de uma palavra ou expressão, é determinado pelas posições ideológicas que funcionam no processo sócio-histórico em que essas posições são reproduzidas, e portanto, as palavras não têm um sentido próprio. Desse modo, ao enunciar, o sujeito ocupa uma posição em uma formação ideológica por meio da qual ele é interpelado e o sentido das palavras e expressões que ele utiliza são oriundos desta formação ideológica. Pêcheux (2014), então, introduz os conceitos de *formação ideológica (FI)* e *formação discursiva (FD)*. Por formação ideológica, Pêcheux entende que ela seria um elemento

suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, apud GADET; HAK (Org.) 2014, p. 163).

O discurso, portanto, é considerado como um dos aspectos materiais da formação ideológica, de modo que a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico.

Quanto à formação discursiva, Pêcheux (2014) a define como:

aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)” (PÊCHEUX, 2014, p. 147).

Assim, as palavras recebem seus sentidos das formações discursivas em que são produzidas e estas, por sua vez, interpelam os indivíduos em sujeito, pois elas “representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 2014, p. 147), de modo que as palavras, expressões etc., mudam de sentido de acordo com as posições ocupadas pelos sujeitos que as utilizam. Em síntese, a formação ideológica (FI) é composta também por formações discursivas (FD), as quais, por sua vez, também funcionam como lugar de constituição de sentidos.

Pêcheux (2014) salienta que uma FD não é um espaço estrutural fechado, visto que ela é constituída também por elementos que vêm de outras FD’s e se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais. O autor, então, introduz a noção de *interdiscurso*

para designar o “todo complexo com dominante” das formações discursivas. É o interdiscurso, portanto, que determina uma FD enquanto tal e o papel das FD’s, segundo o autor, é dissimular a objetividade material contraditória do interdiscurso (que reside no fato de que ‘algo fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’, ou seja, através da dominação do complexo das formações ideológicas) que a determina, através da transparência do sentido que se forma na própria FD.

Ainda em se tratando do interdiscurso, Pêcheux (2014) acredita que ele é constituído por elementos, quais sejam: o “pré-construído” e as “articulações”.

O pré-construído corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito* (PÊCHEUX, 2014, p. 151).

Resulta do que precede que, conforme o autor, o indivíduo é interpelado em sujeito de seu discurso pela formação discursiva com a qual ele se identifica, e tal identificação, que produz essa unidade imaginária do sujeito, está baseada nos elementos do interdiscurso que são reinscritos no discurso do próprio sujeito e constituem, portanto, os traços daquilo que o determina.

Pêcheux (2015a) também empreende uma reflexão, no quadro da Análise de Discurso, do discurso como estrutura e como acontecimento e da tensão entre descrição e interpretação. O autor propõe questionar teoricamente o estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, em que proposições de aparência logicamente estável se entrecruzam com formulações irremediavelmente equívocas. Dito de outro modo, a homogeneidade lógica que permeia os espaços discursivos é atravessada por uma série de equívocos que estão “acobertados” nas regiões heterogêneas do real e o que existe é uma “falsa-aparência de um real-natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas” (Pêcheux, 2015a, p. 32).

O autor reconhece a existência de um outro tipo de real próprio às disciplinas de interpretação. De acordo com Fonseca-Silva (2007), a partir da tese de Milner (1979 apud PÊCHEUX, 2014), Pêcheux defende que

a língua suporta o real da *lalangue*: o impossível de achar, o equívoco, a falha, e a ambiguidade constitutivos da língua, inscritos na própria língua. Por isso o sentido escapa sempre. Nessa reconfiguração, a língua é tomada como

estrutura, mas uma estrutura em que o ponto da falta, isto é, o real da língua se manifesta como uma série de equívocos cuja representação é situada na própria língua (lugar de análise dos processos discursivos) (FONSECA-SILVA, 2007, p. 105).

Assim, Pêcheux (2015a) admite um real diferente, estranho à univocidade lógica que propõe um outro tipo de saber, um saber que não se aprende nem se ensina, e, no entanto, existe e produz efeitos. Propõe, então, um projeto que pretende se manter distante de qualquer ciência régia presente ou futura, e, para tal, estabelece algumas exigências, quais sejam: dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas, descrição esta que supõe a existência de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua. Pêcheux (2015a) defende a necessidade da pesquisa linguística de trabalhar o fato linguístico do equívoco como um fato estrutural implicado pela ordem do simbólico, considerando a representação lógica inscrita nos espaços dos “mundos normais”.

O objeto da linguística é atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, 2015a, p. 51).

A segunda exigência consiste em considerar que toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua:

todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (PÊCHEUX, 2015a, p. 53).

Pêcheux (2015a) defende que a descrição e a interpretação não estão misturadas e não são indiscerníveis, ao contrário, funcionam a partir de uma alternância ou de um batimento. Esclarece ainda que a descrição de um enunciado ou sequência de enunciados coloca em jogo o discurso-outro como um espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência e isso se dá por meio da detecção de lugares vazios, elipses, negações e interrogações etc.

A terceira exigência estabelecida por Pêcheux (2015a) diz respeito à discursividade como estrutura e como acontecimento. Ele acredita que todo discurso é capaz de provocar uma

agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui, ao mesmo tempo, um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento no seu espaço. Assim, através das descrições, torna-se possível detectar “momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (PÊCHEUX, 2015a, p. 56).

Por fim, trataremos do conceito de memória discursiva, que, segundo Fonseca-Silva (2007), é uma noção inaugurada na Análise de Discurso por Courtine (1981) que

concerne à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos. Assim, os enunciados, em cuja formação se constitui o saber próprio de uma formação discursiva, são tomados no tempo longo de uma memória e as formulações, no tempo curto da atualidade de uma enunciação. O efeito de uma memória discursiva na atualidade de um acontecimento se dá, pois, na relação entre interdiscurso e intradiscurso (FONSECA-SILVA, 2007, p. 105).

Ao definir a memória discursiva, Pêcheux (2015b) a compreende como uma estrutura da materialidade discursiva complexa, que se constitui a partir da dialética da repetição e regularização.

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2015b, p. 45-46).

De acordo com P. Achard (2015), tais implícitos são representados como memorizados a partir de um imaginário. Desse modo, quando um discurso pressupõe um implícito, requer a sua reconstrução, que é inserida por paráfrase.

Segundo Pêcheux (2015b), é a partir da repetição que surge “a formação de um efeito de série pelo qual uma ‘regularização’ (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase” (PÊCHEUX, 2015b, p. 46). Tal regularização, entretanto, que forma a “lei da série do legível”, não é estática e pode ser destruída devido ao peso de um novo acontecimento discursivo, que por sua vez, perturba a memória.

a memória tende a absorver o acontecimento discursivo, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode

desmanchar essa ‘regularização’ e produzir, retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, 2015b, p. 46).

Assim, tanto Achard (2015) quanto Pêcheux (2015b) acreditam na existência de um jogo de forças na memória que atua sob o choque do acontecimento. E segundo Pêcheux (2015b), esse jogo de força visa “manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa forma’, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo” (PÊCHEUX, 2015b, p. 47), mas também e contrariamente, o jogo de força que visa “uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’” (PÊCHEUX, 2015b, p. 47).

Desse modo, a repetição é, segundo Pêcheux (2015b), um efeito material capaz de assegurar a estabilidade de uma vulgata parafrástica que se produz por repetição literal dessa identidade material, por recorrência, mas, que pode também dividir tal identidade material do item: “sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva. Uma [...] repetição [...] em que a própria memória [...] perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase” (PÊCHEUX, 2015b, p. 47).

Por fim, Pêcheux (2015b) salienta que a memória não deve ser pensada como:

uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização...Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos (PÊCHEUX, 2015b, p. 50).

Foi a partir de tais princípios e procedimentos por ora elencados que desenvolvemos as análises das materialidades discursivas que seguem.

1.3 Estrutura organizacional dos capítulos

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. Este primeiro, a **Introdução**, em que tecemos considerações sobre o problema de pesquisa, hipótese, objetivos, constituição do *corpus* e percurso metodológico e teórico. O segundo é intitulado **Efeitos-sentido do *slogan* “Deus, pátria e família” na formação ideológica de extrema direita nas primeiras décadas**

do século XX. Nele, tratamos do conceito de Estados e formas de poder, e das condições de produção do discurso que atravessa o *slogan* “Deus, pátria e família” na Itália fascista, na Alemanha nazifascista e no movimento integralista do Brasil. O terceiro é intitulado **Efeitos-sentido do *slogan* “Deus, pátria e família” nas primeiras décadas do século XXI: das manifestações de 2013 ao governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro (2019-2022).** Nele, analisamos SDs extraídas da materialidade discursiva das manifestações de 2013 a 2016, da sessão de votação pela admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, das eleições presidenciais de 2018 e dos documentos oficiais do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), identificando os efeitos-sentido que atravessam tais materialidades. No quarto capítulo, que é a **Conclusão**, apresentamos, de forma sucinta, resultados das análises desenvolvidas nos capítulos 2 e 3. Por fim, apresentamos as **Referências**.

2 EFEITOS-SENTIDO DO *SLOGAN* “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA” NA FORMAÇÃO IDEOLÓGICA DE EXTREMA DIREITA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

2.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, tratamos, inicialmente, sobre o Estado, as formas de poder e o poder político e, em seguida, nos concentraremos no Estado Fascista, a partir da análise discursiva do *slogan*¹³ “Deus, pátria e família”, no movimento fascista na Itália, Alemanha e no Brasil.

Considerando, na perspectiva da Análise de Discurso, que os sentidos não estão presos às palavras, mas se constituem no processo discursivo, a partir das condições de produção, dos sujeitos e da memória, investigamos os sentidos do fascismo que atravessaram o *slogan* “Deus, pátria e família”, na Itália fascista, na Alemanha nazifascista e enquanto lema do movimento integralista brasileiro, e que memórias ele atualizou, repetiu, silenciou, regularizou ou modificou.

13 O conceito de *slogan* que ora trabalhamos é, conforme Pêcheux (2016), um instrumento de propaganda política, uma operação midiática de massa com vistas à interpelação ideológica dos sujeitos, um dispositivo essencial do Estado, que se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos. A partir de Serguei Tchakhotin, Pêcheux (2016) resume em três as teses por aquele defendidas à respeito da bio-psicologia da propaganda: a primeira de que a natureza humana é constituída de pulsões, sendo que as duas principais, instaladas em todo o indivíduo são a pulsão alimentar, econômica, lógica, que conduz a uma propaganda do raciocínio argumentado; e a segunda, a pulsão afetiva, agressiva, combativa, que resulta numa propaganda militar dereflexos e emoções, apoiada em uma liturgia estético-religiosa dos signos e gestos. A segunda tese é a de que o processo objetivo dessas pulsões, pode, desde que é conhecido pela ciência moderna, ser controlado, instrumentalizado e colocado a serviço de qualquer política, as “técnicas de propaganda” são armas, como a máquina de guerra de Stalin, e hoje, metáforas jornalísticas, como “artilharia pesada”, “corpo-a-corpo” etc. A terceira tese é que esta guerra metafórica engaja o destino dos povos que, segundo a estratégia de uma “campanha de propaganda”, farão balançar este ou aquele lado, tomar este ou aquele caminho, seguir esta ou aquela direção, de modo que é importante contar com a responsabilidade daqueles que detém as “armas” da propaganda. Pêcheux (2016) então propõe interpretar historicamente tais teses de Tchakhotin e questiona: “seria possível que a raiz desse debate, longe de estar instalada nas contradições psicológicas da consciência humana, seja, na realidade encontrada nas *formas históricas de assujeitamento do indivíduo*, que se desenvolveram com o próprio capitalismo, tomando de empreitada gerir de uma maneira nova os corpos e as práticas?” (PÊCHEUX, 2016, p. 80). O autor então defende que as condições de assujeitamento político e ideológico do capitalismo no pós-guerra se encontravam profundamente modificadas, de modo que uma nova articulação se instituiu entre o “racional” e o “irracional”, entre a objetividade dos fatos, os dados empíricos etc, e a subjetividade das experiências e dos testemunhos, entre o sério das discussões entre experts e o imediatismo das “informações” distribuídas ao homem da rua, entre mecanismos impessoais da administração capitalista moderna, e a personalização da vida política pelas “mass-médias”. O conjunto desse dispositivo, conforme Pêcheux (2016), acabou constituindo um sistema “panóptico” invisível, muito mais eficaz que o assujeitamento repressivo à la prussiana. Para o autor, o “liberalismo totalitário” soube colocar no ponto uma nova gestão da subjetividade em que o sujeito contribui ativamente para o seu próprio assujeitamento, através de um sinistro jogo de palavras sobre o termo *liberdade*. “A propaganda política do tipo WASP entrou na escola das estratégias publicitárias: ela joga sobre os pressupostos e produz novos tipos de performativos interpelando o sujeito a partir de seu próprio narcisismo” (PÊCHEUX, 2016, p. 88). Por fim, Pêcheux (2016) conclui que Estado capitalista moderno passou a ser um mestre na arte de agir à distância sobre as massas, através da arte (arma) da propaganda.

2.2 O Estado, as formas de poder e o poder político

Uma das obras preliminares acerca da teoria geral da política é a do cientista político Norberto Bobbio. A obra intitulada *Estado, Governo, Sociedade: fragmentos de um dicionário político* ([1986] 2020) reúne textos que funcionam como fragmentos de uma teoria geral da política, um trabalho que perpassa as disciplinas do direito, da ciência política, da filosofia e da história das ideias. A partir da referida obra, mobilizar-se-á alguns conceitos importantes acerca do Estado e das formas de poder político, para então nos concentrarmos em um regime de governo específico, qual seja o regime fascista.

De acordo com Bobbio ([1986] 2020), nos últimos anos, o ponto de vista que prevaleceu na representação do Estado foi o sistêmico e a relação entre o conjunto das instituições políticas e o sistema social no seu todo é representada como uma relação demanda-resposta (*input-output*), de modo que a função das instituições políticas é responder às demandas provenientes do ambiente social, ou seja, transformar demandas em respostas. Desse modo, a ingovernabilidade de uma sociedade ocorre na medida em que se tem um aumento das demandas da sociedade civil e um não aumento correspondente da capacidade das instituições de responder a essas demandas, ou ainda, uma limitada capacidade de resposta do Estado. E é a ingovernabilidade a responsável por gerar a crise de legitimidade.

Ainda conforme Bobbio ([1986] 2020), por um lado, são as instituições que representam o poder legítimo, isto é, o poder cujas decisões são aceitas e cumpridas na medida em que são consideradas como emanadas de uma autoridade que tem reconhecido o direito de tomar decisões válidas para toda a coletividade, ou seja, o poder legítimo seria o poder reconhecido pela coletividade e que tem autoridade para atuar sobre ela. Por outro lado, a sociedade civil é o lugar onde se desenvolvem os processos de deslegitimação e de relegitimação, pois ela representa a esfera onde se formam, especialmente nos períodos de crise institucional, os poderes de fato que tendem a obter uma legitimação própria, inclusive em detrimento dos poderes legítimos, ou seja, é a sociedade civil que legitima novos poderes ou deslegitima poderes já instituídos. É na sociedade civil que se pode encontrar novas fontes de legitimação e, portanto, novas áreas de consenso e onde se encontra, também, o fenômeno da opinião pública, entendida como a pública expressão de consenso e de dissenso com respeito às instituições, transmitida através da imprensa, do rádio, da televisão etc. Nas palavras do autor:

[...] opinião pública e movimentos sociais procedem lado a lado e se condicionam reciprocamente. Sem opinião pública - o que significa mais

concretamente sem canais de transmissão da opinião pública, que se torna “pública” exatamente enquanto transmitida ao público -, a esfera da sociedade civil está destinada a perder a própria função e, finalmente, a desaparecer. No limite, o Estado totalitário, que é o Estado no qual a sociedade civil está inteiramente absorvida pelo Estado, é um Estado sem opinião pública (isto é, com uma opinião apenas oficial) (BOBBIO, [1986] 2020, p. 45-46).

Bobbio ([1986] 2020) cita ainda uma definição de Estado corrente e autorizada, descrita por Mortati (1969), que o define como “um ordenamento jurídico destinado a exercer o poder soberano sobre um dado território, ao qual estão necessariamente subordinados os sujeitos a ele pertencentes” ([MORTATI *apud* Bobbio, 2020, p. 122). E afirma que, a partir do momento em que os juristas passaram a tomar conta do problema do Estado, este tem sido definido através de três elementos constitutivos: o povo, o território e a soberania.

No que se refere às formas de poder de uma sociedade, Bobbio ([1986] 2020) destaca três formas principais, quais sejam: poder econômico, poder ideológico e poder político. Juntas, elas contribuem para instaurar e para manter “sociedades de desiguais divididas em fortes e fracos com base no poder político, em ricos e pobres com base no poder econômico, em sábios e ignorantes com base no poder ideológico. Genericamente, em superiores e inferiores” (BOBBIO, [1986] 2020, p. 108). Reitera ainda que o poder político é considerado o sumo poder dentre os demais, de modo que o grupo que o detém, numa sociedade, torna-se o grupo dominante.

Esse primado do poder político, que distingue o pensamento político moderno, de Maquiavel a Hegel, segundo Bobbio ([1986] 2020), opõe-se ao poder espiritual (ideológico) e ao poder econômico, manifesto, por exemplo, através da independência do juízo político com respeito ao juízo moral, ou mesmo à superioridade deste sobre aquele. Assim, o Estado, e, mais especificamente, o homem político, é livre para buscar seus próprios objetivos sem precisar submeter-se a preceitos morais, capazes de condicionar o indivíduo singular na sua relação com os demais indivíduos. Citando a obra *Filosofia do Direito*, de Hegel, obra que, segundo o autor, conclui a teoria do Estado moderno inaugurada pela filosofia do direito de Hobbes, destaca que “o momento último do Espírito objetivo, que cobre o território tradicional da filosofia prática, não é a moral, mas a eticidade, da qual a figura suprema é o Estado” (BOBBIO, [1986] 2020, p. 112).

Ainda tratando sobre o poder, Bobbio ([1986] 2020) também discute seus fundamentos e o problema da legitimidade. Para tal discussão, cita seis dentre os vários princípios da legitimidade do poder, destacando que, destes, três são mais favoráveis à manutenção do *status quo* (O princípio teocrático, o apelo à natureza como força originária, a tradição) e os outros

três, mais favoráveis à mudança (O princípio democrático do consenso, o apelo à natureza ideal, o progresso histórico). Entretanto, com o advento do positivismo jurídico, a questão da legitimidade foi subvertida, de modo que ela deixa de ser definida por critérios axiológicos e passa a ser definida pelas razões da eficácia. Bobbio ([1986] 2020) então cita as três formas de poder legítimo descritas por Weber, quais sejam o poder tradicional, o poder racional-legal e o poder carismático, que explicam os motivos pelos quais, em determinadas sociedades, se forma uma relação estável e contínua de comando-obediência que diferencia o poder político.

Os três tipos de poder representam três diversos tipos de motivações: no poder tradicional, o motivo da obediência (ou, o que é o mesmo, a razão pela qual o comando é obedecido) é a crença na sacralidade da pessoa do soberano, sacralidade essa que deriva da força daquilo que dura há tempo, daquilo que sempre existiu e, desde que sempre existiu, não conhece razões para ser alterado; no poder racional, o motivo da obediência deriva da crença na racionalidade do comportamento conforme à lei, isto é, a normas gerais e abstratas que instituem uma relação impessoal entre governante e governado; no poder carismático, deriva da crença nos dotes extraordinários do chefe. Em outras palavras, com a teoria dos três tipos de poder legítimo Weber desejou mostrar quais foram até agora na história os fundamentos reais, não os presumidos ou declarados, do poder político” (BOBBIO, [1986] 2020, p. 121).

Bobbio ([1986] 2020) mostra, portanto, que o respeito às leis superiores serve para distinguir o reino da tirania, citando Montesquieu (1748) e Madison (1787). O reino, por expor uma doutrina da separação dos três poderes, de modo que “o poder freie o poder” (BOBBIO, [1986] 2020, p. 131) e a tirania, por expor a doutrina que diz que a concentração de todos os poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – nas mesmas mãos, de muitos, poucos ou um só, pode ser definida como a verdadeira ditadura (BOBBIO, [1986] 2020, p. 131). Desse modo, Bobbio ([1986] 2020) esclarece que a separação dos três poderes garante a limitação do poder político para cada uma delas:

Contrariamente a uma opinião corrente que os próprios autores do Federalista se propõem a refutar, separação dos poderes quer dizer não que os três poderes devam ser reciprocamente independentes, mas que se deve excluir que quem possua todos os poderes de um determinado setor possua também todos os poderes de outro, de modo a subverter o princípio sobre o qual se baseia uma constituição democrática, e que portanto é necessária certa independência entre os três poderes para que a cada um seja garantido o controle constitucional dos demais (BOBBIO, [1986] 2020, p. 131).

Bobbio ([1986] 2020) explica, ainda, que a última luta pela limitação do poder político foi a que se combateu sobre o terreno dos direitos fundamentais do homem e do cidadão, a

começar pelos direitos pessoais, já enunciados na *Magna Charta*, de Henrique III [1225] até os vários direitos de liberdade, de religião, de opinião política, de imprensa, de reunião e de associação, que constituem a matéria dos *Bill of Rights* dos Estados americanos e das declarações dos direitos do homem e do cidadão emanadas durante a Revolução Francesa. Seja qual for o fundamento dos direitos que o homem tem enquanto tal, o poder político deve não apenas respeitar, mas também proteger, independentemente de terem sido por ele estabelecidos ou não. Tais direitos fundamentais, uma vez que foram reconhecidos e protegidos juridicamente, criaram uma barreira contra a pretensão e a presunção do detentor do poder soberano de submeter à regulamentação todas as ações dos indivíduos ou dos grupos. A essa limitação do poder ocasionada pela teoria e pela prática dá-se o nome de “constitucionalismo”, que encontra sua plena expressão nas constituições que estabelecem limites não só formais, mas também materiais ao poder político.

Bobbio ([1986] 2020) trata também sobre as formas de governo, distinguindo as tipologias clássicas. Explica que, na teoria geral do Estado, distinguem-se formas de governo dos tipos de Estado, de modo que a primeira diz respeito à estrutura de poder e às relações entre os vários órgãos dos quais a constituição solicita o exercício do poder, e, na segunda, leva-se em conta as relações de classe, a relação entre o sistema de poder e a sociedade subjacente, as ideologias e os fins, as características históricas e sociológicas.

Segundo a tipologia clássica, são três as formas de governo: a de Aristóteles (Monarquia, Aristocracia e Democracia), de Maquiavel (Monarquia e República) e a de Montesquieu (Monarquia, República e Despotismo). Ele destaca que, apesar das correções e inovações sucessivas, a tipologia tradicional não perdeu o seu prestígio e é retomada inclusive nos tratados de direito público como ponto de partida obrigatório de toda discussão sobre o tema. Apresenta ainda uma inovação introduzida por Kelsen (Autocracia e Democracia), que sustenta que “a única maneira rigorosa de distinguir uma forma de governo de outra consiste em individualizar o diverso modo pelo qual uma constituição regula a produção do ordenamento jurídico” (BOBBIO, [1986] 2020, p. 138-139).

Já quanto às formas de Estado, Bobbio ([1986] 2020) esclarece que são tão variáveis e mutáveis que impedem uma completa exposição delas. Diante dessa diversidade, o autor estipula dois critérios para tentar ordenar as formas de Estado: “o histórico e o relativo à maior ou menor expansão do Estado em detrimento da sociedade” (BOBBIO, [1986] 2020, p. 149). No critério histórico, a tipologia mais recorrente e acreditada junto aos historiadores das instituições é: Estado Feudal, Estado Estamental, Estado Absoluto, Estado Representativo. Esta

última quarta fase da transformação do Estado, ainda conforme o autor, é que dura até os dias atuais. Sobre esta última, vejamos o que diz Bobbio ([1986] 2020):

O reconhecimento dos direitos do homem e do cidadão, primeiro apenas doutrinário através dos jusnaturalistas, depois também prático e político através das primeiras Declarações de Direitos, representa a verdadeira revolução copernicana na história da evolução das relações entre governantes e governados: o Estado considerado não mais *ex parte principis*, mas *ex parte Populi*. O indivíduo vem antes do Estado. O indivíduo não existe para o Estado, mas, o Estado para o indivíduo. As partes vêm antes do todo e não o todo antes das partes (como em Aristóteles e Hegel). O pressuposto ético da representação dos indivíduos considerados singularmente, e não por grupos de interesse, é o reconhecimento da igualdade natural dos homens. Cada homem conta por si mesmo e não enquanto membro deste ou daquele grupo particular (BOBBIO, [1986] 2020, p.153).

Bobbio ([1986] 2020) chama atenção para o fato de que, apesar de a igualdade natural dos homens ser o postulado ético da democracia representativa, isso não quer dizer que todos os Estados representativos a tenham reconhecido desde o início, mas que esta foi se desenvolvendo. O autor reforça que o Estado representativo, tal como veio se formando na Europa ao longo dos três últimos séculos é, ainda hoje, o modelo ideal das constituições escritas que se vieram afirmando nos últimos decênios. Afirma ainda que até as ditaduras militares, Estados despóticos que são governados por chefes irresponsáveis, Estados dominados por oligarquias reconhecem a democracia representativa como a melhor forma de Estado, e justificam até o próprio poder ou como temporário e necessário para o reestabelecimento da ordem perturbada. Desse modo, não rejeitam o sistema democrático, mas o suspendem devido a um estado de emergência que, solucionado, voltará à normalidade ou como uma imperfeita aplicação dos princípios sancionados por constituições solenemente aprovadas, mas que foram absorvidas rapidamente pelas classes dirigentes formadas no Ocidente e que foram impostas a países sem tradições de autogoverno e de luta política regulada pelo reconhecimento dos direitos civis.

Quanto ao segundo critério, qual seja o relativo a maior ou menor expansão do Estado em detrimento da sociedade, Bobbio ([1986] 2020) cita o Estado totalitário, o Estado hobbesiano e o Estado ético, de Hegel. Destaca ainda o advento do cristianismo como religião tendencialmente universal que ultrapassa as fronteiras dos Estados singulares. Com a difusão do cristianismo,

o não Estado torna-se uma instituição com a qual o Estado deve continuamente ajustar as contas, um verdadeiro poder que afirma desde o início a própria supremacia sobre as potestades terrenas com o princípio *imperator intra*

ecclesiam, non supra ecclesiam [o imperador está dentro da Igreja, não acima da Igreja]” ([Santo Ambrósio, Sermo contra Auxentium, 36] In BOBBIO, [1986] 2020, p. 160).

Ele destaca, portanto, que, numa doutrina do primado do não Estado, o Estado se resolve na detenção e no exercício legítimo do poder coativo, de um poder meramente instrumental na medida em que presta serviços (indispensáveis, mas, por sua própria natureza, de grau inferior) a uma potência supraordenada. Neste caso, o não Estado é a sociedade civil-burguesa.

No que tange à relação entre direito e poder, Bobbio ([1986] 2020) cita Platão que, distinguindo o bom governo do mau governo, diz:

onde a lei é súdita dos governantes e está privada de autoridade, vejo pronta a ruína da cidade [do Estado]; e onde, ao contrário, a lei é senhora dos governantes e os governantes seus escravos, vejo a salvação da cidade e a acumulação nela de todos os bens que os deuses costumam dar às cidades” [Leis, 715d] (BOBBIO, [1986] 2020, p. 125).

Bobbio ([1986] 2020) destaca que Aristóteles considerou mais conveniente ser governado pelas melhores leis do que pelo melhor dos homens, e o cita: “A lei não tem paixões, que ao contrário se encontram necessariamente em toda alma humana” [ib., 20] (BOBBIO, [1986] 2020, p.125). Aristóteles aponta que a supremacia da lei com respeito ao juízo dado caso a caso pelo governante [...] “repousa em sua generalidade e em sua constância, no fato de não estar submetida à mudança das paixões: esse contraste entre as paixões dos homens e a frieza das leis conduzirá ao [*topos*] não menos clássico da lei identificada com a voz da razão” (BOBBIO, [1986] 2020, p. 125).

Ao tratar da concepção positiva e negativa do Estado, Bobbio ([1986] 2020) destaca a concepção racional do Estado que vai de Hobbes, através de Spinoza e Rousseau, a Hegel e baseia-se na ideia de que “fora do Estado existe o mundo das paixões desenfreadas e dos interesses antagônicos e inconciliáveis, e de que somente sob a proteção do estado o homem pode realizar a própria vida de homem da razão” (BOBBIO, [1986] 2020, p.167). A concepção positiva do Estado relaciona-se à ideia de que os estados são imperfeitos, mas aperfeiçoáveis, de modo que este, como força organizada de convivência civil, não deve ser destruído, e sim conduzido à plena realização de sua própria essência.

Sobre democracia e ditadura, Bobbio ([1986] 2020) esclarece que, desde a Idade Clássica, o termo “democracia” foi sempre empregado para designar uma das formas de governo e um dos muitos modos com que pode ser exercido o poder político. Democracia seria,

portanto, a forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo ou pela maioria dele e, enquanto tal, distingue-se da monarquia (governo de um só) e da aristocracia (governo de poucos). Assim, o conceito de democracia, como pertencente a um sistema de conceitos que constitui a teoria das formas de governo, não pode ser entendido em sua natureza específica, mas sim em relação aos demais conceitos do sistema, dos quais ele delimita e é por eles delimitado quanto à sua extensão.

A democracia possui traços que a determinam como uma boa forma de governo, dentre as quais o autor cita: é um governo a favor dos muitos; a lei é igual para todos, e, portanto, é um governo de leis e não de homens; a liberdade é respeitada tanto na vida pública quanto na privada. Ainda tratando da definição de democracia, o autor cita aquele que é conhecido como o pai da democracia moderna para dizer que democracia seria uma ideia de uma associação em que “cada um, unindo-se a todos, obedece apenas a si mesmo e permanece livre como antes” ([Rousseau, 1762, trad. It. P. 23] *apud* BOBBIO, 2020, p.190). Bobbio ([1986] 2020) observa que, a medida em que a democracia passou a ser valorizada, apesar das suas imperfeições, a escolha da forma de governo simplificou-se em torno da oposição democracia/autocracia. Entretanto, no uso corrente da análise política, o termo autocracia foi substituído por ditadura, que passou a designar negativamente todas as formas que não são democráticas.

De acordo com o que vimos até aqui, a forma de governo democrático-representativo possui como postulado ético a igualdade natural dos homens. E esta forma de governo funciona numa concepção de Estado compreendida pelo pensamento político moderno como um ordenamento jurídico, cuja função é exercer o poder soberano sobre um determinado território, a que os sujeitos a ele pertencentes estão necessariamente subordinados e que é constituído pelos elementos povo, território e soberania e regulado por leis que determinam a sua limitação de poder político.

Atualmente, essa forma de governo tem predominância na maioria dos países que seguem a corrente do liberalismo econômico. Entretanto, para se chegar a tal “modelo”, a história dá conta de um percurso longo e árduo pelo qual as sociedades passaram em seus processos civilizatórios. A partir de 1980, segundo Levitsky e Ziblatt (2018), houve um aumento no número de países democráticos, o que se deveu principalmente “à transição dos países comunistas do Leste Europeu, ao fim das ditaduras latino-americanas e à criação de instituições democráticas em diversos países africanos recém-independentes” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 8).

Um levantamento realizado pelo *Polity Project*¹⁴ mostrou que o número de países cuja forma de governo é a democracia liberal saltou de 54 no ano de 1900 para 167 em 2017¹⁵. Isso mostra que o mundo caminhava num processo contínuo de ampliação de democracias. Entretanto, conforme também afirmam os autores Levitsky e Ziblatt (2018), poucos anos depois, um dos principais temas da reflexão política passou a ser a “recessão democrática”. A partir da década de 2000, surgiu um novo ciclo de análises, agora pessimistas sobre o Estado Democrático, ensejado, dentre os motivos, pelo “fracasso da democratização nos países que promoveram a Primavera Árabe (apenas a Tunísia foi bem-sucedida) e a reversão de experiências similares incipientes na África, no Leste Europeu e na Ásia” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 8). Atualmente, a preocupação dos estudiosos passou a ser a crise das democracias já consolidadas, de modo que “o termo recessão democrática passou a designar os dois processos” (LEVITSKY E ZIBLATT, 2018, p. 9).

Avaliada como a melhor forma de governo por diversos teóricos e cientistas políticos, por, dentre outras coisas, reconhecer, respeitar e salvaguardar os direitos humanos e liberdades individuais de toda a sociedade civil, a democracia é um regime de governo que necessita de vigilância e proteção, por meio do fortalecimento de suas instituições democráticas e dos três poderes que a constituem, bem como de todos os partidos políticos e sociedade civil organizada, para se sustentar numa sociedade. A história vem demonstrando que mesmo as democracias mais consolidadas estão sujeitas a sofrer crises que podem culminar na sua destruição.

Historicamente, uma das formas de governo que costumou emergir como resposta às crises do regime democrático, que, por sua vez, não conseguia responder às demandas sociais - o que ocasionava crise de governabilidade e por fim, deslegitimação - foi o regime Fascista. Um regime radicalmente inverso ao democrático e que, uma vez alçado ao poder, tende a se perpetuar por um longo tempo.

O Estado do regime fascista, como definiu Finchelstein (2019), estava acima e além de todo o resto. Tratava-se de um Estado personificado no líder do povo nacional e nos seus imperativos ideológicos, que eliminava a distinção entre o público e o privado, e dominava a sociedade civil para então destruí-la.

[...] O Estado, tal como foi concebido e realizado pelo Fascismo, é uma entidade espiritual e ética para garantir a organização política, jurídica e econômica da nação, uma organização que, na sua origem e desenvolvimento, é uma manifestação do espírito. O estado garante a segurança interna e externa do país, mas também

14 Projeto que classifica o regime político dos países ao longo do tempo.

15 Fonte: <http://www.systemicpeace.org/vlibrary/GlobalReport2017.pdf>. Acesos em 04/07/2022.

salvaguarda e transmite o espírito do povo, elaborado ao longo dos séculos na sua língua, nos seus costumes, na sua fé. O estado não é só o presente; é também o passado e sobretudo o futuro. Transcende o breve período de vida do indivíduo, o Estado representa a consciência iminente da nação (MUSSOLINI, [1932] 2020, p. 219-220).

2.3 O Fascismo¹⁶

Os muito abrangentes e incansáveis estudos e revisionismos históricos acerca do movimento fascista no mundo dão conta de demonstrar que os usos públicos e políticos contextuais do fascismo são essenciais para a compreensão deste fenômeno, suas variações e sua complexidade.

De acordo com Finchelstein (2019), o fascismo foi um movimento político moderno que teve seu berço no norte da Itália, em 1919, fundado por Benito Mussolini. A organização, denominada por Mussolini *Fasci Italiani di Combattimento*¹⁷, foi criada em 23 de março de 1919, e, antes de firmar-se como um movimento, surgiu como uma contestação ideológica mundial a uma ordem liberal que foi anterior à Primeira Guerra Mundial. Ou seja, o fascismo, com origens na ideologia anti-iluminista, foi uma reação à política liberal e às revoluções progressistas que surgiram ao longo do final do século XVIII e ao longo do século XIX, tais como a Revolução Francesa em 1789 e as revoluções norte-americana 1776 e latino-americanas da segunda década do século XIX, a comuna de Paris de 1871 e a Guerra da Independência de Cuba, iniciada em 1895. O fascismo foi o resultado da soma entre a ideologia da violência retirada da guerra com o nacionalismo da extrema-direita.

Conforme Giardina (2008), o fascismo então apropriou-se do mito de Roma, com o uso de símbolos, gestos, valores, práticas rituais do antigo Império Romano, e, de maneira arbitrária, deu novos significados, para criar uma “especificidade” fascista que se aproximasse de uma “especificidade” da nação italiana. Antes mesmo da fundação do partido, Mussolini fez uso de um antigo símbolo do Império Romano, o *fascio littorio*¹⁸ (*fasces lictoris*), constituído pelas varas e pela acha¹⁹ em posição lateral, e após a formação do governo Mussolini, impôs-se tal símbolo “destinado a ocupar todo o espaço da iconografia da nação, mais ainda do que a

16 A palavra “fascismo” vem do italiano *fascio*, cujo significado é “feixe” (Editora, LeBooks, A doutrina do fascismo, MUSSOLINI, B. e GENTILE, G.).

17 Conjuntos de combate.

18 “[...] na Roma Antiga, o *fascio* era um machado revestido por varas de madeira. Ele era utilizado pelos guardacostas dos magistrados que detinham o poder com um instrumento de punição corporal, mas era também um símbolo de autoridade e união: um único bastão é frágil, mas um feixe é difícil de ser quebrado” (Editora, LeBooks, A doutrina do fascismo, MUSSOLINI, B. e GENTILE, G.).

19 Arma antiga com a forma de machado.

águia e a loba romana, e a marcar a conversão - sancionada oficialmente em 1926 - de um emblema de partido em emblema estatal.” (GIARDINA, 2007, p. 58). Segundo Giardina (2007), uma emissão monetária de 1923 trazia, de um lado, o vulto do rei, e, do outro, o emblema fascista, celebrando a colaboração entre a monarquia e o fascismo que tornara possível o advento do novo regime.” (GIARDINA, 2007, p. 58), conforme imagem abaixo:

Figura 1- Emissão monetária italiana de 1923



Fonte: ver nota 18.

Ainda conforme Giardina (2007), além das moedas, o símbolo apareceu também nos selos, nos documentos, nos edifícios públicos, nas novas obras do regime, nos uniformes, nos livros e nos anúncios publicitários. Posteriormente, segundo a autora, o símbolo do Estado passou a ser o escudo dos Sabóia erguido pelos dois feixes laterais, conforme imagem²⁰ abaixo:

²⁰ Fonte da imagem:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/hbxLPbBs8gz5PGWcprsCY8d/?lang=pt#ModalImg2a217e74dc972ce8fdfc3c64cec8d92dd7d4bb4a>

Figura 2 - Símbolo do estado fascista: painel com a divisa "Mussolini tem sempre razão"



Fonte: ver nota 18.

O emblema fascista indicara perfeitamente os valores da disciplina e da ordem que o novo regime pretendia impor aos italianos.

Entre 1920 e 1921, segundo Gentili (2020), ocorreu a explosão do *squadrismo*²¹, responsável por transformar o pequeno movimento fascista em um movimento armado de massa. Em novembro de 1921, funda-se o Partido Nacional Fascista (PNF) com uma faceta militar inovadora e como um partido armado e abertamente antidemocrático, e, já em 1922, veio a ser a agremiação política mais numerosa e mais forte da Itália, principalmente devido à sua força paramilitar que conseguia impor um domínio ditatorial em muitas províncias do país.

Em outubro de 1922, a mando de Mussolini, ocorreu a marcha dos “camisas-negras” sobre Roma, um evento militar organizado pelo Partido Nacional Fascista (PNF), conforme Chabod (1963 *apud* BIAZI, 2017), que se consumou com as negociações entre o governo e o Partido Fascista, cujo intuito foi pressionar a monarquia italiana para nomeá-lo primeiro

21 Também conhecidos como “camisas negras” devido a cor dos seus uniformes.

ministro do país e assim canalizar os projetos fascistas para dentro do regime político em voga e evitar um conflito sangrento entre a milícia fascista e o exército.

Com a vitória nas eleições, em 1925, Chabod (1963 *apud* BIAZI, 2017) afirma que o PNF tornou ilegal todos os órgãos representativos, entre eles, os partidos que não estivessem ligados ao fascismo e, com uma política de concentração de poder, em 1928, implantou uma nova lei eleitoral que consolida a ditadura fascista, deixando de lado o sistema parlamentar e constitucional para impor um sistema plebiscitário estadista.

Robert Paxton (2007), em sua obra *A anatomia do fascismo*, explica que, três anos após o seu surgimento, o partido fascista de Mussolini alcançou o poder na Itália e, onze anos depois, outro partido fascista tomou o poder na Alemanha. Particularmente, no que se refere à Alemanha, o autor destaca que, seis anos após tomar o poder, Hitler jogou a Europa em uma Segunda Guerra Mundial em que a humanidade sofreu não só “barbaridades costumeiras das guerras, desta vez alçadas a uma escala sem precedentes pela tecnologia e pela paixão, mas também a tentativa de extinguir, por meio de um massacre em escala industrial, todo um povo, sua cultura e sua própria memória” (PAXTON, 2007, p. 20). A partir dessa escalada fascista ao poder, em toda a Europa - além de outras regiões do mundo - surgiram aspirantes a ditadores e marchas de esquadrões que visavam trilhar o mesmo caminho de Mussolini e Hitler para o poder. Outros movimentos semelhantes foram surgindo na Europa do pós-guerra que não estavam vinculados ao fascismo de Mussolini, mas, motivados pelas mesmas causas: “nacionalismo, anticapitalismo, voluntarismo e violência ativa contra seus inimigos, tanto burgueses quanto socialistas” (PAXTON, 2007, p. 14). Eco (2021) busca elucidar essas variações do movimento fascista demonstrando que, em cada país, retira-se ou acrescenta-se uma ou outra característica fascista e têm-se suas variações.

Tirem do fascismo o imperialismo e teremos Franco ou Salazar; tirem o colonialismo e teremos o fascismo balcânico; acrescentem ao fascismo italiano um anticapitalismo radical (que nunca fascinou Mussolini) e teremos Ezra Pound. Acrescentem o culto da mitologia celta e o misticismo do Graal (completamente estranho ao fascismo oficial) e teremos um dos mais respeitadas gurus fascistas, Julius Evola (ECO, 2021, p. 43).

Para Umberto Eco (2021), o fascismo foi a primeira ditadura de direita que conseguiu dominar um país europeu e ainda serviu de arquétipo para movimentos análogos que surgiram posteriormente. “Foi somente nos anos 30 que surgiram movimentos fascistas na Inglaterra, com Mosley, e na Letônia, Estônia, Lituânia, Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Grécia,

Iugoslávia, Espanha, Portugal, Noruega e até na América do Sul, para não falar da Alemanha” (ECO, 2021, p.29).

Paxton (2007) refere-se ao fascismo como um fenômeno que surgiu, aparentemente, do nada, “tomou múltiplas e variadas formas, exaltou o ódio e a violência em nome da superioridade nacional e, entretanto, conseguiu atrair estadistas, empresários, profissionais, artistas e intelectuais de prestígio e cultura” (PAXTON, 2007, p. 22). Uma vez no poder, o fascismo realizou mudanças profundas, que Paxton (2007) denomina “revolucionárias” em seu desenvolvimento máximo, uma vez que: redesenhou fronteiras entre o público e o privado; transformou a prática da cidadania, ou seja, do exercício dos direitos e deveres constitucionais em participação nas cerimônias de massa de afirmação e conformidade; reformulou as relações entre o indivíduo e a coletividade; ampliou poderes do executivo visando o controle total e, por fim, desencadeou emoções agressivas, comuns na Europa somente em períodos de guerra ou revolução social.

Ao analisar o fascismo, Paxton (2007) afirma que este apelava para as emoções, através de rituais, cerimônias encenadas, retórica carregada e não se baseava explicitamente num sistema filosófico complexo “e sim num sentimento popular sobre as raças superiores, a injustiça de suas condições atuais e o seu direito a predominar sobre os povos inferiores” (Paxton, 2007, p. 38). A verdade era, pois, tudo aquilo que permitisse ao novo homem e mulher fascistas dominar os demais, além de ser também tudo o que levasse o povo eleito ao triunfo.

Ao caracterizar o líder fascista italiano, Finchelstein (2019) diz que Mussolini era um estrategista que acreditava que as necessidades políticas é que deveriam determinar as formações teóricas. Por causa disso, muitos historiadores o definiram como antiteórico, uma característica que o autor reconhece em Mussolini em alguns momentos de sua carreira, porém, salienta que “todas as necessidades políticas que determinaram a visão estratégica do fascismo de Mussolini inspiraram-se num conjunto de pensamentos e objetivos não articulados” (FINCHELSTEIN, 2019, p. 58). Em consoante, Eco (2021) considera o fascismo como um “desconjuntamento ordenado” político e ideológico, que embora não tenha bases filosóficas, era, do ponto de vista emocional, firmemente articulado a alguns arquétipos. O que determinou a prática política de Mussolini ao longo dos anos foram suas ideias acerca do poder, das violências, do inimigo interno e do império, do líder viril e messiânico do seu povo. Eram ideias, destaca o autor, abstratas para inspirar as prioridades políticas e ao mesmo tempo práticas para serem consideradas por políticos fascistas transnacionais, que geralmente preferiam evitar complicações conceituais. Desse modo, o concretismo e o Anti-intelectualismo marcaram o

movimento fascista, que sempre optou pela “ação imediata” violenta partindo de uma visão simplista da realidade.

Para Finchelstein (2019), a ideia essencial fascista, denominada por Mussolini como “*fondo commune*” (denominador comum) era o “sentimento fascista”. Os diversos grupos que constituíam o fascismo eram, conforme Mussolini acreditava, detentores da mesma “alma única”, sentimento responsável por manter unidos os universos fascistas de pessoas e ideias específicas, ou seja, um denominador comum por meio do qual o todo era igualizado. Esse todo, esclarece Finchelstein (2019), “era um conjunto de tropos dominantes, valores pervertidos e sentimentos sobre a violência; a guerra; a trindade de líder, povo e nação; o mito; o sagrado; e o abjeto” (FINCHELSTEIN, 2019, p. 63). O autor aponta ainda que a matriz do fascismo se constituía por binários tradicionais como “nós contra eles”, “a civilização contra a barbárie”, “o povo contra seus inimigos” etc.

O fascismo, portanto, foi um regime que impôs uma ordem totalitária violenta que desembocou em formas extremas de violência política e genocídio. Finchelstein (2019) apresenta uma definição histórica para o fascismo no mundo:

Em termos históricos, o fascismo pode ser definido como uma ideologia mundial com movimentos e regimes nacionalistas. O fascismo foi um fenômeno internacional dentro e fora da Europa. Como formação contrarrevolucionária moderna, era ultranacionalista, antiliberal e antimarxista. O fascismo, em suma, não foi um simples movimento reacionário. Seu principal objetivo era destruir a democracia a partir de dentro para criar uma ditadura moderna do topo para a base. Foi produto de uma crise econômica do capitalismo e de uma concomitante crise de representação democrática. Os fascistas internacionais propunham um Estado totalitário em que a pluralidade e a sociedade civil seriam silenciadas, e onde haveria cada vez menos distinções entre o público e o privado e entre o Estado e seus cidadãos. Nos regimes fascistas, a imprensa independente era proibida e o Estado de Direito completamente destruído. O fascismo defendia uma forma divina, messiânica e carismática de liderança que entendia o líder como organicamente associado ao povo e à nação. Considerava a soberania popular totalmente delegada ao ditador, que agia em nome da comunidade do povo e sabia melhor do que o povo o que este realmente queria. Os fascistas substituíram a história e os conceitos de verdade de base empírica pelo de mito político. Eles tinham uma ideia extremista do inimigo, considerando-o uma ameaça existencial para a nação e para o seu povo, e que tinha de ser primeiro perseguido e depois deportado ou eliminado. Visavam criar uma ordem mundial nova e histórica através de um continuum crescente de extrema violência política e de guerra (FINCHELSTEIN, 2019, p. 37).

Brutalizava-se, assim, a política e militarizava-se a sociedade. Aumentava-se o uso político da violência, de maneira tal que todo aquele que se opusesse à trindade fascista (povo,

nação e líder) deveria ser combatido através da força bruta. A prática fascista era definida pela violência, de modo que, sem um inimigo existencial e absoluto do povo e, conseqüentemente, sua perseguição política, não haveria fascismo. Finchelstein (2019) afirma ainda que à violência foi atribuído um estatuto sagrado que tornou o fascismo uma teologia política radical. Ainda segundo o autor, a ideia de pacificar espaços nacionais e internacionais era associado à fraqueza política, mas, por outro lado, considerava sua própria violência como “sagrada”, de modo que eles inspiravam e legitimavam a violência como um aspecto fundamental da religião política fascista, através de mitos nacionalistas que antecederiam e transcendiam o tempo histórico. Era, portanto, uma religião política e sua modernidade residia no fato de ter reposicionado o lugar do sagrado na política.

Para firmar essa ideia, têm-se a figura do “líder messiânico como um guerreiro que conduzia o povo em lutas sagradas contra inimigos internos e externos”²² (FINCHELSTEIN, 2019, p. 39). A crença estava associada a um ato de fé no líder e o fascismo os apresentava como mitos vivos, infalíveis. Além disso, a realidade do movimento e dos seus líderes era relacionada a um passado mítico de heroísmo, violência e subordinação. “Na ideologia fascista, os líderes personificavam um continuum histórico que estabelecia uma ligação direta ou frente unitária com o povo e a nação” (FINCHELSTEIN, 2019, p. 106).

Ainda no que se refere à figura do líder, Paxton (2007) afirma que

O fascismo não repousava na verdade de sua doutrina, mas na união mística do líder com o destino histórico de seu povo. [...] O líder queria levar seu povo a um campo mais elevado da política, campo esse que podia ser experimentado de forma sensual: o calor de pertencer a uma raça agora plenamente consciente de sua identidade, destino histórico e poder; o entusiasmo de participar de uma vasta empreitada coletiva; a gratificação de deixar-se submergir numa onda e sentimentos coletivos e de sacrificar as próprias preocupações mesquinhas em favor do interesse grupal; e a emoção do domínio. Walter Benjamin, o crítico cultural e exilado alemão, foi o primeiro a observar que o fato de o fascismo ter deliberadamente substituído o debate ponderado pela experiência sensorial imediata transformou a política em estética. E o ápice da experiência estética fascista, advertiu Benjamin em 1936, seria a guerra (PAXTON, 2007, p. 39-40).

22 Paxton (2007) esclarece que, para o fascismo, é necessária a criação de um inimigo demonizado contra o qual ele mobiliza seus seguidores. Tal inimigo é especificado conforme cada cultura. Os fascistas alemães demonizaram os estrangeiros, os impuros, os contagiados e os subversivos, quase sempre mesclados na imagem demonizada do judeu, mas também os ciganos e os eslavos eram alvos de ataque. Já os fascistas americanos demonizaram os negros e, algumas vezes, os católicos, além dos judeus. Os italianos demonizaram seus vizinhos eslavos do sul, além dos socialistas que repudiavam a guerra de renascimento nacional.

Paxton (2007) defende que os fascismos são mais díspares que os demais “ismos”, porque rejeitam qualquer valor universal que não seja o êxito dos povos eleitos em sua luta darwiniana por primazia. Os valores fascistas privilegiam a comunidade em detrimento da humanidade, do respeito aos direitos humanos e aos procedimentos legais, de modo que “cada movimento guarda ciumentamente sua receita de renascimento nacional, e os líderes fascistas parecem sentir pouco ou nenhum parentesco com seus primos estrangeiros” (PAXTON, 2007, p. 44).

No período entreguerras, conforme Finchelsten (2019), o objetivo principal do fascismo era a destruição dos seus inimigos imaginários, quais sejam: a democracia, que seria destruída a partir de dentro, com a consequente destruição da sociedade civil, da tolerância política e do pluralismo e a destruição do seu outro dialético, qual seja, o antipovo, os inimigos existenciais, que tornar-se-iam, portanto, inimigos do Estado. Somente assim seria possível a criação de uma ditadura totalitária, cuja legitimidade baseava-se no poder do líder, do povo e da nação e cujo objetivo era a criação de um novo homem e uma nova ordem mundial. Seria somente através da destruição desses inimigos imaginários e da democracia eleitoral que seria possível a homogeneização do povo, uma vez que, para eles, as eleições, os parlamentos e o debate sobre assuntos públicos, ou seja, a política, não eram capazes de constituir e representar a ‘vontade geral’.

Os fascistas acreditavam que o melhor meio de representação democrática popular era o totalitarismo ditatorial. “Líderes como Mussolini, na Itália, ou Uriburu, na Argentina, afirmavam que o fascismo e a ditadura representavam as fases superiores da democracia” (FINCHELSTEIN, 2019, p. 128). Finchelstein (2019), citando Aristotle Kallis, salienta que as ideologias fascistas oportunizavam a realização de “um futuro sem ‘outros’, dominado pela comunidade nacional regenerada e purificada em um Estado poderoso, completo e homogêneo.” (FINCHELSTEIN, 2019, p. 124). Assim, utilizavam frequentemente de meios democráticos para eliminar a democracia.

Em sua análise sobre o regime fascista em funcionamento, Paxton (2007) faz uma crítica aos estudiosos deste fenômeno, ao atribuir grande enfoque nos momentos mais dramáticos do seu percurso em detrimento de analisar a textura sólida da experiência cotidiana, e ainda, da cumplicidade das pessoas comuns no estabelecimento e funcionamento do regime. Paxton (2007) salienta que o seu crescimento seria impossível, não fosse a ajuda das pessoas, além da aquiescência e concordância ativa das elites tradicionais (líderes de partidos, chefes de Estado, altos funcionários do governo). Destaca ainda que os excessos do fascismo no poder exigiam ampla cumplicidade de magistrados, policiais, oficiais do exército, homens de negócios, ou

seja, do establishment. Aponta ainda o papel desempenhado pelos intelectuais que ajudaram a pôr em marcha uma “transformação emocional de dimensões sísmicas, na qual a esquerda deixava de ser o único recurso para os ofendidos e para aqueles inebriados por sonhos de mudança” (PAXTON, 2007, p. 42). Paxton (2007), assim, denuncia uma aquiescência individual e institucional ao fascismo, de modo que foi por meio de escolhas e atos que os regimes fascistas foram incorporados às sociedades.

Ainda em sua crítica ao modo como o fascismo é delineado em pesquisas e estudos, Paxton (2007) avalia as definições do fascismo como iminentemente limitantes. Conforme o autor, um fenômeno que seria mais bem percebido e observado em movimento é delineado como um quadro estático. Ou seja, mostram como “estatuária congelada” algo que seria mais bem compreendido se examinado como um processo.

Paxton (2007) pontua que o que define a natureza do fascismo não são os temas específicos do nazismo ou do fascismo italiano, e sim a função a eles atribuída. Contra o individualismo e constitucionalismo liberais e a luta de classes de esquerda, em cada cultura nacional, os fascismos buscam por temas capazes de mobilizar um movimento de massas de regeneração, unificação e pureza. O fascismo está mais vinculado a um conjunto de paixões mobilizadoras do que a uma filosofia explícita e plenamente consciente. Um nacionalismo apaixonado, além de uma visão conspiratória maniqueísta da história como uma batalha entre os campos do bem e do mal, entre os puros e os corruptos, da qual a própria comunidade ou nação é sempre vítima. Nessa narrativa darwiniana, o povo eleito foi enfraquecido por partidos políticos, minorias inassimiláveis, classes sociais, grupos beneficiários de rendas, que por sua vez são debilitados por uma vida excessivamente fácil, e pelos pensadores racionalistas, ausentes do senso de comunidade. “Essas ‘paixões mobilizadoras’, em geral dadas como certas e nem sempre discutidas explicitamente como proposições intelectuais, constituem-se na lava emocional que lançou as fundações do fascismo” (PAXTON, 2007. p.78). Tais “paixões mobilizadoras”, difíceis de serem discutidas teoricamente por serem muito antigas, foram agudizadas pela febre do nacionalismo exacerbado anterior à Primeira Guerra e pelas emoções suscitadas por essa luta.

2.3.1 O slogan “Deus, pátria e família”: condições de produção

Mussolini, em seus pronunciamentos e discursos, utilizou o *slogan*: “Crer, obedecer e combater”, além do que chamou de fórmula, em seu discurso em Milão e na obra “A doutrina

do fascismo”, que é: “tudo dentro do Estado, nada contra o Estado, e nada fora do Estado.” Embora Mussolini não tenha utilizado expressivamente “Deus, pátria e família”, os ideais desse *slogan* permearam e alicerçaram todo o movimento fascista, tendo sido utilizado por seus adeptos na Itália fascista.

O *slogan* “Deus, pátria e família”, segundo o autor da série de livros sobre Mussolini, Antonio Scurati, em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo²³, surgiu no século XIX, a partir do pensamento²⁴ de Giuseppe Mazzini, considerado um dos pais da unificação italiana, com um significado de emancipação, e, um século mais tarde, tornou-se um *slogan* utilizado pelo fascismo durante os 20 anos na Itália e passou a significar um retorno a uma sociedade em que o pai apropria-se da sua autoridade de pai da pátria, autoridade essa concedida por Deus, de modo que há um só Deus, uma só pátria e uma só família. Tal *slogan* “Deus, pátria e família” circulou²⁵ em livros, manuais, revistas, selos, muros etc.:

23 Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/10/antifascismo-precisa-ser-refundado-diz-autor-de-serie-sobre-mussolini.shtml> em 01 de outubro de 2022 (Acesso em 20/10/2022)

24 Livro: Deveres do Homem. 1938. Fonte: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/mazzini.html>

25 Fonte das imagens: < <https://www.subito.it/hobby-collezionismo/bolli-chiudilettiera-dio-patria-famiglia-del-900-lucca-210151275.htm>>; < Fonte da imagem: <https://www.lacivettapress.it/2022/09/22/dio-patria-e-famiglia-falsi-valori-risponde-il-bibliista-padre-alberto-maggi/>>; < Fonte da imagem: <https://fai.informazione.it/EC59912C-372C-4954-8AE5-0993F27E8D2D/E-perche-non-dovremmo-credere-che-Giorgia-Meloni-sia-fascista2>>;<https://www.delcampe.net/en_GB/collectables/devotion-images/z183-manualetto-per-ufficiali-guerra-1940-45-1607980795.html#tab-description>.

Figura 3 - *Slogan* "Deus, pátria e família" em livros, revista, selos, muros, manuais



Etimologicamente, o termo *'slogan'* “vem de *slaugh-ghairm* [...], do gaélico escocês que designa a expressão ‘grito de guerra’” (Reboul 1975 e Lasswell 1982, In. Queiroz e Manhanelli, 2009, p. 237). Considerando que o *slogan* “Deus, pátria e família” foi um trinômio que funcionou materializando ideais basilares sob os quais o regime fascista se sustentou, é preciso compreender os sentidos dessa expressão para que se identifique o seu significado. De acordo com Orlandi (2015) não é no dizer em si mesmo que o sentido se estabelece, tampouco o sentido se dá pelas intenções de quem diz. Para se chegar ao sentido do *slogan* fascista “Deus, pátria e família”, é preciso considerar suas condições de produção, além de estabelecer as relações que ele mantém com a memória e, ainda, remetê-lo a uma formação discursiva – e não outra, visto que a formação discursiva é o lugar de constituição dos sentidos, a matriz dos sentidos, de modo que, conforme Pêcheux ([1975] 2014), os sentidos das palavras mudam ao passar de uma formação discursiva para outra.

É impossível, afirma Pêcheux ([1975] 2014), analisar um discurso como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, ou seja, como um texto. Para se analisar um discurso, faz-se necessário “referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 78).

Pêcheux ([1975] 2014) afirma que os elementos estruturais que pertencem às condições de produção de um discurso compreendem fundamentalmente os sujeitos desse discurso e a situação em que ocorre. Sobre tais elementos, no discurso que atravessa a expressão “Deus, pátria e família” que circulou na Itália fascista, e considerando as noções de contexto imediato e contexto amplo defendidos por Orlandi (2015), é possível afirmar que o contexto imediato é o país onde ocorre a instalação do regime fascista, a Itália; os sujeitos que participam dessa produção discursiva - Estado nacional fascista e a sociedade italiana; o momento em que Mussolini cria o partido fascista e assume o poder no país. Já no contexto amplo, está o modo como o regime fascista organiza o poder e a sociedade, as instituições estatais e, por conseguinte, os papéis de mando e obediência. E quanto à história, interessam a produção de acontecimentos que significam nos termos “Deus”, “pátria” e “família”, separadamente, a carga histórica que cada um desses termos produz no imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas e religiosas. “Deus” está relacionado ao Deus do cristianismo; a “pátria” ao sentimento de ultranacionalismo e pertencimento e, por fim, “família”, que se relaciona à conjuntura única de família heteronormativa.

Ainda como preconiza Pêcheux ([1975] 2014), todo dizer significa pela história e pela língua. Tantos os sujeitos quanto os sentidos são afetados pela língua e pela história, de modo que, num processo discursivo, se dá a constituição dos sujeitos e a produção dos sentidos.

Além disso, todo dizer tem um já-dito que está na sua base. Os discursos encontram-se inscritos em filiações históricas que se organizam em memórias, de modo que todo dizer possui filiações de sentido que remetem a memórias e a circunstâncias capazes de provar que os sentidos não estão restritos às palavras ou nos textos, mas, como mostra Orlandi (2015), funcionam na sua relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e independente das intenções dos sujeitos que enunciam. Há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, que é o interdiscurso. Para a AD, o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas, que determinam o nosso dizer, ou seja, é o lugar em que se encontram todos os dizeres já ditos. Ainda segundo Orlandi (2015), “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2015, p. 29). Dito isso, os lexemas que compõem o *slogan* em análise mobilizam tudo o que já foi dito sobre Deus, religião, fé, pátria, país, e sobre família, formação e membro da família etc., e estão, de algum modo, significando nele. Todos os sentidos que já circularam em algum lugar, em outros momentos, por outros sujeitos, têm um efeito sobre o que o *slogan* diz.

Para se compreender o funcionamento de um discurso, faz-se necessário relacioná-lo aos sujeitos e à ideologia à qual ele está filiado. Através do interdiscurso, é possível remeter o *slogan* “Deus, pátria e família” a “toda uma filiação de dizeres, a uma memória e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos” (ORLANDI, 2015, p. 30).

Muitos historiadores atribuem à Giuseppe Mazzini, político e revolucionário da unificação italiana, a suposta “origem” do *slogan* “Deus, pátria e família”, que foi massivamente utilizado durante o regime fascista, uma vez que Mussolini sofreu influências de Mazzini, entre outros, e o cita também em alguns de seus discursos e na sua obra “A doutrina do Fascismo”, embora ele próprio não reconheça tais influências em seus pensamentos. Mussolini almejava terminar o que os pais do *Risorgimento* haviam iniciado, almejava a unificação italiana, que não foi concretizada na metade do século XIX, mesmo com o apoio do rei Vittorio Emanuele II e dos intelectuais Camillo Benso e Giuseppe Mazzini, além do general Giuseppe Garibaldi. Em sua obra “Deveres do Homem” ([1950]2004), escrita em 1860, Mazzini dispõe sobre os termos “Deus”, “Pátria” e “Família” não como um *slogan*, mas elencando-os: Deus, Humanidade, Pátria e Família, como coisas santas, das mais santas que se conhece. Mazzini ([1950]2004), assim, clama àqueles que nele confiam, que procedam segundo seus ensinamentos - frutos de um amadurecimento devido aos longos anos de sofrimentos, observações e estudos - para obter um melhoramento, o progresso da alma, felicidade, bem-estar, melhor condição de vida.

Ao tratar de cada um dos termos que, posteriormente, compuseram o *slogan* (exceto o termo “humanidade”), Mazzini ([1950] 2004) define e argumenta em prol de cada um deles. É preciso compreender as filiações de sentido destes termos e quais memórias eles atualizam, reorganizam ou desestruturam/reestruturam, para, então, verificar o sentido destes no *slogan* em questão.

2.3.1.1 Deus

Na obra de Mazzini (1950] 2004), no capítulo II intitulado “DEUS”, selecionamos as Sequências Discursivas – SD’s abaixo:

Série I

- (01) Deus existe. A humanidade tem podido transformá-lo, ofendê-lo, jamais suprimir-lhe o santo nome. **O universo manifesta-o com a ordem, a harmonia, a inteligência dos seus movimentos e leis. Não existem**

ateus entre vós: se existissem seriam dignos não de maldição, mas de piedade. [...] há tiranos que o imposturam, invocando-o como protetor de suas tiranias; [...] **A fé em Deus brilha com luz imortal através de todas as imposturas e corrupções que os homens reúnem em torno do seu nome.** As imposturas e corrupções passam, como passam as tiranias: **Deus permanece, como permanece o POVO, imagem de Deus na terra** (MAZZINI, [1950] 2004), p. 20-21, grifo nosso).

- (02) Sem Deus, porém, não o conseguireis. Falei-vos de *deveres*; ensinei-vos que **não basta o conhecimento dos vossos direitos para encaminhar-vos sempre para o bem**; não basta que vos entregueis ao melhoramento progressivo, contínuo, da vossa condição. Sem Deus, onde está o Dever? **Sem Deus, qualquer que seja o sistema civil que desejeis adotar, só tereis como base a Força, cega, brutal, tirânica.** [...] **Se não reina uma Mente suprema sobre todas as mentes humanas, quem pode salvar-nos do arbítrio dos nossos semelhantes, quando se acham mais poderosos do que nós? Se não existe uma lei santa e inviolável, não criada pelos homens, que norma teremos para julgar se um ato é justo ou injusto?** Em nome de quem, em nome de quê protestaremos contra a opressão e a desigualdade? [...] Desenganai-vos. [...] **Sem Deus, podeis impor, não persuadir; podeis ser igualmente tiranos, não Educadores e Apóstolos** (MAZZINI, ([1950] 2004), p.23-25, grifo nosso).

A partir da SD (01), é possível observar o funcionamento de uma posição-sujeito fundamentalista-religiosa que produz um discurso de afirmação da existência concreta irrefutável e independente de um Deus onipotente, onipresente, onisciente, criador, fundante do universo, que transcende a qualquer corrupção ou usurpação que possa ser feita em seu nome. Há, também, um discurso segundo o qual Deus e o povo são correspondentes imediatos, no céu e na terra, respectivamente.

Na SD (02), atravessa um discurso doutrinal monoteísta, cuja crença em uma única divindade está intrinsecamente relacionada à incapacidade humana na realização de um melhoramento, ou de um encaminhamento para o bem, atrelado a um discurso de submissão *sine qua non* a um suposto divino.

Ao analisar os itens lexicais “Deus” e “homem” como aparecem descritos na série acima, tem-se o que segue:

Tabela 1 - Representação dos itens lexicais “Deus” e “homem”
DEUS em SD (01) e SD (02) **HOMEM em SD (01) e SD (02)**

Supremo	Incapaz
Criador	Impostor
Salvador	Corrupto
Onisciente	Arbitrário
Santo	Tirano
Onipresente	Dominador
Onipotente	Opressor

Fonte: Elaboração própria.

A natureza divina contrapõe-se à natureza humana como duas partes contrárias, o bem e o mal, numa relação de transcendência de Deus sobre o homem, de modo que Deus torna-se o objetivo do homem, como o pai que irá salvá-lo, e o homem o objetivo de Deus, como o filho que carece da piedade e salvação do pai. A Deus cabe salvar o homem, redimi-lo e purificá-lo, e ao homem, a busca por esta redenção e salvação. Há um entrecruzamento entre criatura e criador que produz efeitos de submissão e dependência da criatura.

Considerando que, conforme Pêcheux ([1990] 2014), os saberes preexistem ao discurso do sujeito, e, portanto, todo discurso se realiza sob o regime da repetibilidade, as SD's (01) e (02) apontam para um *pré-construído*, ou seja, apontam para elementos de discursos que já foram produzidos anteriormente, em um outro discurso, independentemente, e que são, agora, retomados.

À luz da AD, é possível observar que o discurso que aparece na obra de Mazzini é uma paráfrase do discurso religioso monoteísta cristão, materializado na *Bíblia Sagrada*, e cujos sentidos, inscritos no regime de repetibilidade ao longo do tempo, cristalizaram e regularizaram um conjunto de sentidos e saberes na memória discursiva. Sobre a memória discursiva, Pêcheux (2015) a define como:

[...] aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, veem restabelecer os “implícitos” (quer dizer mais tecnicamente os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua memória necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2015, p. 46).

Desse modo, a Bíblia Sagrada, livro composto do Antigo e do Novo Testamento, constitui-se, segundo Amorim (2015), como um dos lugares de dizer sobre princípios cristãos e é enunciada de uma posição-sujeito, cujo sujeito-forma ou forma-sujeito constitui o saber universal do discurso judaico-cristão além de funcionar como um conjunto de princípios universais com efeitos positivos. Assim, podemos identificar, no discurso que atravessa a obra de Mazzini, já-ditos sobre Deus como criador do universo, soberano e salvador, como podemos observar abaixo:

Porque **todos os deuses dos povos são coisas vãs**; mas o **SENHOR fez os céus** (Salmos 96:5).

O SENHOR dos Exércitos, Deus de Israel, que habitas entre os querubins; tu mesmo, **só tu és Deus de todos os reinos da terra; tu fizeste os céus e a terra** (Isaiás 37:16).

Porque assim diz o SENHOR que tem criado os céus, o Deus que formou a terra, e a fez; [...]: **Eu sou o SENHOR e não há outro** (Isaiás 45:18).

Todo aquele que pecar sem a Lei, **sem a Lei também perecerá**, e todo aquele que pecar sob a Lei, **pela Lei será julgado** (Romanos 2:12).

De fato **a Lei é santa**, e o mandamento é santo, justo e bom. [...]. Sabemos que a Lei é espiritual; eu, contudo, não o sou, pois fui vendido como escravo ao pecado (Romanos 7:12-14).

Eu, eu sou o SENHOR, e **fora de mim não há Salvador** (Isaiás 43:11).

Eu sou a videira, vós, as varas; [...], porque **sem mim nada podereis fazer** (João 15:5).

Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, **não habita bem nenhum**, pois o querer o bem está em mim; não, porém, o efetuá-lo (Romanos 7:18).

Deus **não é homem, para que minta; nem filho do homem, para que se arrependa**; porventura diria Ele, e não o faria? Ou falaria, e não o confirmaria? (Números 23:19).

E vos vivificou, **estando vós mortos em ofensas e pecados** (Efésios 2:1).

A partir daí, é possível afirmar que as SD's em análise atualizam uma memória do discurso religioso judaico-cristão, reforçando-a na produção de um sentido unívoco, na repetição e consolidação de um discurso.

2.3.1.2 Pátria

No capítulo V de sua obra intitulada “DEVERES PARA COM A PÁTRIA”, Mazzini ([1950] 2004) ressalta que os primeiros deveres do homem, em importância, são para com a humanidade, justificando que o homem é homem, antes mesmo de ser cidadão ou pai. Sobre a pátria, enfatiza:

Série II

SD (03) Mas, que pode cada um de vós, com suas forças isoladas, fazer pelo melhoramento moral, pelo progresso da Humanidade? [...] **O indivíduo é demasiado fraco e a Humanidade demasiado vasta. Meu Deus – suplica, ao zarpar, o marinheiro da Bretanha – protege-me: meu barco é tão pequeno e vosso Oceano tão grande**” E essa prece resumirá a condição de cada um de vós, se não se achar um meio de multiplicar indefinidamente as vossas forças, a vossa capacidade de ação. **Esse meio, achou-o Deus para**

vós, quando vos deu uma Pátria, quando como um sábio diretor de trabalhos, distribuiu os diversos papéis de acordo com a capacidade, repartiu a Humanidade em grupos, em núcleos distintos, sobre a face do nosso globo, e lançou o germe das nações. Os maus governos contrariam o desígnio de Deus, [...]: contrariam-no com a conquista, a avidez, a inveja do justo poder alheio; [...]. É que não conheceram e não conhecem Pátria fora da própria família, dinastia, egoísmo de casta. **Mas o desígnio divino se realizará inevitavelmente. As divisões naturais, as tendências inatas e espontâneas dos povos substituirão as divisões arbitrárias sancionadas pelos maus governos.** O mapa da Europa será refeito. **A Pátria do Povo surgirá, defendida pelo voto das livres, sobre as ruínas da Pátria dos reis, das castas privilegiadas. Entre essas pátrias haverá harmonia, fraternidade** (MAZZINI, ([1950] 2004), p. 44-46, grifo nosso).

SD (04) **Sem Pátria**, não tereis nome, nem senha, nem voto, nem direitos, nem batismo de irmãos entre os povos. **Sereis os bastardos da humanidade.** Soldados sem bandeiras, israelitas das Nações, **não tereis fé nem proteção:** não tereis fiadores (MAZZINI, ([1950] 2004), p. 46, grifo nosso).

SD (05) [...] **Meus irmãos! Amai a Pátria. A Pátria é a nossa casa: a casa que Deus nos deu, pondo-nos dentro de uma numerosa família que nos ama e que nós amamos** [...] A pátria é nossa oficina: [...] os instrumentos de trabalho que melhor e mais eficazmente podemos manejar se encontram nela, e não podemos renunciar a eles sem trair a intenção de Deus e sem diminuir as nossas forças. **Trabalhando pela Pátria, segundo os verdadeiros princípios, trabalharemos pela Humanidade** (MAZZINI, ([1950] 2004), p. 47-48, grifo nosso).

SD (06) **Em nome do vosso amor à Pátria, combatereis sem tréguas a existência de todo privilégio, de toda desigualdade sobre o solo que nos deu vida.** [...] **Qualquer privilégio que pretenda vossa submissão em virtude da força, a herança de um direito que não seja direito comum, é usurpação, é tirania que deveis combater e extinguir.** A Pátria deve ser vosso templo. **Deus no vértice, um povo de iguais na base; não tenhais outra fórmula, outra Lei moral, se não quiserdes desonrar a Pátria e a vós mesmos.** As Leis secundárias que devem continuamente regular vossa vida devem ser a aplicação progressiva dessa Lei Suprema (MAZZINI, ([1950] 2004), p. 49, grifo nosso).

SD (07) **A pátria não é um território; o território é apenas a base. A Pátria é a ideia que surge sobre aquele; é o pensamento de amor, o senso de comunhão que reúne num só todos os filhos desse território.** [...] **A Pártia de todos, a Pátria para todos** (MAZZINI, ([1950] 2004), p. 50, grifo nosso).

Na *série II* acima, identifica-se um discurso religioso judaico-cristão que atravessa todas as SD's, atrelando a pátria a um presente concedido por Deus. Na SD 03, a pátria é definida como meio de multiplicação das forças humanas individuais, como unificador e potencializador das forças individuais através da união coletiva de um determinado grupo. Ainda nesta SD, é produzido um efeito-sentido de condenação divina da conquista humana de outros territórios e ainda um efeito de prevalectimento das divisões divinas sobre aquelas realizadas por homens.

Nas SD's 04 e 05, a pátria é discursivizada como uma identidade, um lar, uma família, um lugar de origem, um elo entre o homem e a terra, a sociedade, valores e costumes, com a qual se tem uma relação de afetividade, produzindo um efeito-sentido de referência de identificação individual e coletiva. E, na SD 06, atravessa um discurso de que a pátria deve ser protegida contra a tirania. E, ainda, um efeito-sentido de sujeição das leis humanas à Lei Suprema, advinda do Deus cristão.

Por fim, a SD 07 produz um efeito-sentido da pátria como uma ideia, um sentimento, transcendendo a noção de pátria como território. Sentimento de unidade, fraternidade e comunhão entre os “filhos” do território.

A *Série II* acima, como todo dizer, também mobiliza uma memória discursiva acerca do termo “pátria”. Tal dizer atualiza uma memória sobre a pátria da República Romana. Nas catilinárias²⁶ de Marco Tulio Cícero (um orador romano, jurista, político e escritor, que através da sua oratória com um grande pronunciamento no Senado Romano, destruiu uma conspiração liderada por Lúcio Catilina, também senador romano, para derrubar a República Romana), pode-se observar um discurso acerca do termo “Pátria” que está para além do sentido de “terra onde se nasceu”, ultrapassando-a para a ordem do social.

Por Hércules! Eu, por mim, entendo que tanto ele como todos os que são dos municípios **têm duas pátrias, uma por natureza, outra por cidadania: [...]** **também nós chamamos pátria àquela em que nascemos e àquela que nos recebeu. Mas é necessário que esteja em primeiro lugar no nosso afecto aquela de onde vem que o nome de República seja propriedade de toda a cidade, pela qual devemos morrer e dar-nos a ela por inteiro, em quem devemos colocar e, por assim dizer, a ela consagrar todos os nossos bens.** Porém, não é menos doce a que nos gerou do que a que nos recebeu. Por isso, jamais negarei que esta é a minha pátria, embora a outra seja maior e esta nela esteja contida (CÍCERO, 2006 apud URBANO, 2007, p.45, grifo nosso).

Pois agora é a **pátria, mãe comum de todos nós**, que te odeia e teme, e sabe que desde há muito não pensa noutra coisa que não seja o seu **parricídio** (CÍCERO, 2006 apud URBANO, 2007, p. 47, grifo nosso).

Ameaçada a ferro e fogo por uma ímpia conjura, **para vós estende as suas mãos, suplicante, a nossa Pátria comum**; a vós se confia ela própria, **a vós confia a vida de todos os cidadãos**, a cidadela e o Capitólio, os altares dos Penates, e aquele fogo de Vesta sempre aceso, os templos e os santuários de todos os deuses, as muralhas e as casas da cidade (CÍCERO, 2006 apud URBANO, 2007, p. 47, grifo nosso).

26 As Catilinárias consistem em um conjunto de pronunciamentos acusatórios proferidos por Marco T. Cícero, senador romano, que expuseram o senador Catilina no Senado.

Nessa perspectiva, o sentido de “pátria” desliza da terra geradora de vida, onde se nasceu, para pátria que se recebe por cidadania, em que o homem se conecta com toda a sociedade, bem como seus valores e costumes.

Os efeitos-sentido de “pátria” como geradora de vida, e como unificadora, para além dos limites geográficos e raciais, produzidos na Roma Republicana, são retomados e atualizados nos discursos que atravessam a obra de Mazzini, de modo a regularizar e consolidar a memória sobre a “pátria” ao longo da história.

2.3.1.3 Família

No que tange à família, na obra de Mazzini ([1950] 2004), capítulo VI, intitulado DEVERES PARA COM A FAMÍLIA, extraímos as seguintes SD's:

Série III

SD (08) **A família é a Pátria do coração.** Há um anjo na Família que, com uma misteriosa influência de graças, doçura e amor, torna o cumprimento dos deveres menos árido, e os sofrimentos menos amargos (MAZZINI, ([1950] 2004), p. 53, grifo nosso).

SD (09) **O Anjo da Família é a mulher. Mãe, esposa, irmã,** a mulher é a carícia da vida, a suavidade do afeto difundida sobre suas fadigas, um reflexo sobre o indivíduo da Providência amorrável que vela sobre a Humanidade. Nela se encerram tesouros de consoladora doçura, que bastam para aliviar qualquer sofrimento. E ela é, além disso, para cada um de nós, a iniciadora do futuro. [...] **Por ela, a Família, com o seu Mistério divino de reprodução, acena à eternidade** (MAZZINI, ([1950] 2004), p. 53-54, grifo nosso).

SD (10) **A Família é conceito de Deus, não vosso.** Como a Pátria, muito mais do que a Pátria, a Família é um elemento de vida (MAZZINI, ([1950] 2004), p. 54, grifo nosso).

SD (11) [...] **Ela é o berço da humanidade.** Como todo elemento da vida humana, ela deve ser aberta ao Progresso, **melhorar de época em época suas tendências, suas aspirações; ninguém, porém, poderá destruí-la** (MAZZINI, ([1950] 2004), p. 54, grifo nosso).

SD (12) **Fazer a família cada vez mais santa e cada vez mais ligada à Pátria, eis a vossa missão.** O que a Pátria é para a Humanidade, a Família deve ser para a Pátria (MAZZINI, ([1950] 2004), p. 54, grifo nosso).

SD (13) **Amai os filhos que a providência vos manda;** mas, amai-os com verdadeiro, profundo e severo amor; [...] Em nome do que há de mais sagrado, não esqueçais nunca que tendes ao vosso cuidado as gerações futuras, que tendes para com essas almas que vos foram confiadas, **para com a Humanidade, para com Deus, a mais tremenda responsabilidade que o**

ser humano pode conhecer (MAZZINI, ([1950] 2004), p. 56-57, grifo nosso).

SD (14) **Falai-lhes** da Pátria, do que ela foi, do que deve ser. [...] **narrai-lhes** os grandes feitos dos homens do povo das nossas antigas repúblicas; [...] **Instalai-lhes** nos jovens corações, não o ódio contra os opressores, mas a energia de propósitos contra a opressão (MAZZINI, ([1950] 2004), p. 57, grifo nosso).

Os sentidos de família que aparecem discursivizados na *série III* acima estão atrelados a Deus e à pátria. Discursivizada como uma instituição santa e indestrutível e equiparada à pátria, a família é tida como pátria do coração, de modo que, assim como a pátria está para a humanidade, a família está para a pátria. Quanto aos elementos da família, o texto trata da mulher e dos filhos. A partir de uma posição-sujeito patriarcal, identifica-se um discurso, quanto à mulher, de objetificação e restrição, em que a mulher é discursivizada no desempenho de funções (mãe, esposa, reprodutora etc.) e definida como um anjo, o que restringe a sua personalidade à doçura, suavidade, sensibilidade. E no que se refere aos filhos, estes são discursivizados como um presente de Deus enviado aos homens, que se tornam, portanto, responsáveis por eles, perante Deus e a humanidade. Produz-se, assim, também, um efeito-sentido de objetificação da figura do filho, que é discursivizado como um bem concedido por Deus aos pais, sob tutela, e estes, por sua vez, devem educar, cuidar e instruir tal bem.

Esse discurso sobre a família que aparece na *Série III* atualiza e promove a regularização da memória da família patriarcal. Uma ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres. Tal memória é retomada e atualizada, visto que reforça os mesmos sentidos de família que, historicamente, consolidou-se enquanto instituição na Roma Antiga, conforme segue:

A associação entre famílias e patriarcado remete à origem do termo "família", oriundo do vocábulo latino *famulus*, que significa "escravo doméstico". Esse novo organismo social - a família - consolidou-se enquanto instituição na Roma Antiga. **A família romana era centrada no homem**, sendo as mulheres, no geral, meras coadjuvantes. **O patriarca tinha sob seu poder a mulher, os filhos**, os escravos e os vassalos, **além do direito de vida e de morte sobre todos eles**. A autoridade do *pater familiae* sobre os filhos prevalecia até mesmo sobre a autoridade do Estado e duraria até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo (ENGELS, 1884/1964; XAVIER, 1998, *apud* Narvaz & Koller, 2006, grifo nosso).

A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado **atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da**

autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (Millet, 1970; Scott, 1995 *apud* Narvaz & Koller, 2006, grifo nosso).

Em uma cultura patriarcal, o homem assume a responsabilidade e a autoridade política, moral e religiosa sobre as mulheres e os filhos sob sua tutela. Tais sentidos sobre família foram repetidos e repetidos a ponto de formarem uma regularização na memória discursiva que foi, então, retomada no discurso sobre família que atravessa a obra de Mazzini.

Ao utilizar os termos “Deus”, “pátria” e “família” definidos e descritos por Mazzini ([1950] 2004), o fascismo utiliza o *slogan* “Deus, pátria e família” como um ideal a ser alcançado, com vistas a promover um empenho das massas em prol de uma causa e, como tal, gerar uma adesão ao ideário político-ideológico contido nele.

Os sentidos produzidos pelo *slogan* em questão retomam e também reorganizam os discursos que atravessam a obra de Mazzini ([1950] 2004), provocando regularidade, mas também desregularidade da memória, uma vez que o acontecimento discursivo da chegada do fascismo ao poder provoca na rede de memória discursiva um deslocamento e desregularização dos implícitos associados ao sistema de regularização anterior, como veremos adiante.

O item lexical “Deus”, que compõe o *slogan* fascista, atualiza a memória do discurso religioso monoteísta judaico-cristão, cuja crença em Deus representa a salvação, remissão e purificação do homem, entretanto, novos sentidos passam a produzir efeitos no *slogan* fascista.

Ao regime fascista, conforme Paxton (2007), foi aplicado o conceito de “religião política”, devido à maneira pela qual o fascismo, assim como a religião, mobilizava os fiéis em torno de ritos e palavras sagradas, estimulava-os até o ponto do fervor abnegado e pregava uma verdade que não admitia dissidência. Ainda conforme Paxton (2007), Mussolini acreditava que o caráter do povo italiano deveria se moldar na luta, de modo que a paz entre estados nacionais e internacionais, paz esta bastante estimulada pelo discurso religioso, era, para o ditador, um sinônimo de fraqueza.

Por outro lado, como advertiu Finchelstein (2019), o fascismo entendia sua própria violência como “sagrada”, o que tornou o fascismo uma teologia política radical. Através dos mitos nacionalistas – que, conforme os fascistas, antecediam e transcendiam o tempo histórico -, o fascismo inspirava e legitimava a violência como um aspecto fundamental da religião política fascista e ostentava ainda o fato de ter reposicionado o lugar do sagrado na política.

Por fim, ainda conforme Finchelstein (2019), o fascismo defendia a figura do seu líder como messiânico, um guerreiro que conduzia o povo em lutas sagradas contra inimigos internos

e externos, de modo que o líder era considerado um mito vivo que estabelecia ligação direta com o povo e a nação.

Considerando as práticas fascistas representadas no item lexical “Deus” que compõe o *slogan* em análise, podemos observar a produção de efeitos-sentido para o termo “Deus”, que desregulam a memória e reorganizam as filiações de sentido dos discursos que atravessam a obra de Mazzini ([1950] 2004). Podemos constatar um efeito-sentido de depreciação da paz e sacralização da violência, além de uma reestruturação nas redes de memória acerca do líder político que, agora, atualiza uma memória do líder messiânico. Assim, “Deus” passa a significar a partir de novos sentidos que são agregados a ele.

Quanto aos sentidos do item lexical “pátria”, consideremos o que diz Pêcheux ([1969] 2014) acerca do efeito metafórico, que se encontra na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos, ou seja, o mesmo e o diferente. O termo “pátria” no *slogan* produz um efeito metafórico, pois atualiza os sentidos que aparecem na obra de Mazzini ([1950] 2004), em que pátria é um sentimento, uma ideia capaz de multiplicar as forças humanas individuais através da união coletiva, como um lar, uma família que deve ser protegida. Por outro lado, também produz novos sentidos, a partir do acontecimento da chegada do fascismo ao poder. “Pátria” sofre um deslizamento de sentido e passa a produzir, a partir do funcionamento de uma posição-sujeito ultranacionalista, um sentido de primazia da comunidade em detrimento de humanidade. Observamos também um deslizamento de sentido de nacionalismo para ultranacionalismo, de unificadora para padronizadora do pensamento, das ações e das formas de expressão. Assim, ocorre também uma descontinuidade dos sentidos sobre pátria que aparecem em Mazzini ([1950] 2004), uma ruptura com as filiações históricas. Desse modo, os sentidos produzidos pelo termo “pátria” passam a significar a obrigatoriedade da unificação nacional, de modo a silenciar discursos divergentes. A primazia do grupo em detrimento da individualidade, de modo que o indivíduo passa a subordinar-se aos deveres, que, por sua vez, são superiores a qualquer direito, além de também significar uma constante ameaça a sua comunidade, o que justifica atos de violência tanto internos quanto externos.

Por fim, quanto ao item “família”, o *slogan* atualiza e reformula os sentidos de família como uma instituição santa e indestrutível, alicerçada no modelo monogâmico e patriarcal heteronormativo em que a figura masculina controla a mulher e os filhos e é a autoridade política, moral e religiosa.

Segundo Stanley (2020), para o regime fascista,

A mensagem evidente é que o patriarcado é uma prática virtuosa do passado, cuja proteção em relação ao liberalismo deve ser consagrada na lei fundamental do país. Na política fascista, mitos de um passado patriarcal, ameaçados pela invasão de ideais liberais e tudo o que eles significam, atuam para criar uma sensação de pânico frente à perda do status hierárquico, tanto para homens quanto para a capacidade do grupo dominante de proteger sua pureza e status da invasão estrangeira (STANLEY, 2020, p. 27).

No movimento fascista, a família, como menor unidade de organização social, também funciona como uma instituição garantidora da manutenção da tradição e dos valores fascistas, e controladora da ordem moral.

Nessa perspectiva, à luz da análise de discurso, é possível afirmar que o discurso que atravessa o *slogan* “Deus, pátria e família”, cujos ideais estiveram em ação no Estado fascista, funcionou como um elemento de interpelação ideológica das massas, produzindo, a partir de uma suposta “transparência da linguagem”, uma evidência do sentido. *As palavras “Deus”, “pátria” e “família”, articuladas numa sequência que imprime uma ordem de precedência /superioridade, em que Deus aparece como o primeiro elemento, superior aos demais, seguido da pátria que seria o segundo elemento mais importante e por fim a família como o terceiro elemento a ser considerado, funcionaram produzindo sentidos, na FD fascista, que legitimavam o slogan de modo axiomático mas que, na realidade, mascarava para o sujeito o caráter material do sentido, com fins de dominação política.*

Assim, os discursos que atravessam o *slogan* “Deus, pátria e família” estão filiados a uma FD fascista que interpelou/interpela os indivíduos em sujeitos, representando, na linguagem, a formação ideológica que lhe corresponde, e produziu efeitos-sentido de apelo à uma reforma moral da sociedade italiana, bem como de promessa e esperança na realização de tal reforma. O *slogan*, ao mesmo tempo em que formula uma necessidade coletiva que é transferida para a expressão “Deus, pátria e família”, também concretiza a realização da solução de tal necessidade. Além de terem assediado a população italiana, instalou-se com naturalidade na memória e na linguagem e funcionou como uma senha de coesão do grupo fascista, e mais um símbolo de poder do regime, que produziu, também, um efeito-sentido ilusório de ligação entre o governo e aquilo que a população mais necessita e deseja.

2.4 O Nazismo

Uma das múltiplas e variadas formas do fascismo foi o que se deu na Alemanha, e que, segundo Lenharo (1986), expressou-se de maneira bastante específica, originada por sérios

embates, frutos de uma rigorosa crise do mundo capitalista que amplificou problemas que há muito já assolavam o país: a tradição autoritária prussiana, o nacionalismo exacerbado e o racismo. Muito embora a morte da democracia no entreguerras tenha sido um fenômeno europeu amplo, Evans (2010) afirmou que, no caso da Alemanha, teve raízes bastante específicas na história do país e recorreu a ideias que faziam parte da tradição alemã, como: nacionalismo; visão pangermânica de concluir, através da guerra, a obra de Bismarck (unir todos os alemães em um estado único); certeza da superioridade da raça ariana e da ameaça que os judeus representavam; crença no planejamento eugênico e na higiene racial, entre outras. Tudo isso somado ao fato de a Alemanha ser o país mais avançado e poderoso do continente europeu.

O Partido Nazista, expressão do fascismo na Alemanha, foi formado em 1919, num contexto de intensa crise nacional e grande movimentação contrarrevolucionária. Além das arremetidas dos comunistas alemães que buscavam a tomada do poder nos moldes soviéticos, somava-se a derrota da Primeira Guerra, a queda do imperador e as imposições do Tratado de Versalhes. Segundo Lenharo (1986), com a crise e o desemprego, a organização sindical dos trabalhadores alemães perdeu sua força, e estes não conseguiram realizar a sua revolução, o que facilitou a contrarrevolução nazista e explicou o fato de os trabalhadores terem se deixado atrair pelo corpo ideológico nazista, ainda que isso fosse de encontro a seus interesses. A consolidação do regime Nazifascista se deu quando da chegada de Adolf Hitler ao poder e sua novidade era a força psicológica que interpelava a todos.

Ainda conforme Lenharo (1986), depois de uma tentativa fracassada de golpe de Estado em 1923, cujo desfecho resultou na prisão de Hitler, ele passou a projetar sua chegada ao poder pela via legal, parlamentar e eleitoral. Para tanto, a propaganda eleitoral nazista concentrou-se no nacionalismo revanchista, em intenções moralistas de proteção à família, respeito à religião e defesa da propriedade privada, além de oferecer trabalho aos desempregados, isenções fiscais aos industriais e financiamento aos agricultores. Na campanha eleitoral de 1930, o nazismo conjugava nacionalismo com populismo, e suas mentiras propagandísticas impressionavam pela força de sua organização.

Segundo Evans (2010), embora Hitler não tenha conseguido se eleger, o partido nazista conquistou o maior número de votos desde a sua criação nas eleições de 1930. Já nas eleições de 1932 o partido nazista mais do que duplicou sua votação, tornando-se o maior partido do *Reichstag*.

O partido utilizava emblemas da águia e da cruz gamada, que apareceram dispostos em braçadeiras, estandartes e bandeiras, funcionando, conforme Lenharo (1986) como marcas de identificação.

Figura 4 - À esquerda, Adolf Hitler passa pelo Portão de Brandenburgo e à direita, saúda a bandeira Olímpica na abertura dos Jogos Olímpicos.



Alemanha, 1º de agosto de 1936. Fonte vide nota 25²⁷.

Figura 5: Águia



Fonte: vide nota 26²⁸

De acordo com Lenharo (1986), “o símbolo mítico da suástica, de conhecida ancestralidade, uma espécie de cruz em movimento, sugeria a energia, a luz, o caminho da

27 Fonte das imagens: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/photo/adolf-hitler-passes-through-the-brandenburg-gate-on-the-way-to-the-opening-ceremonies-of-the-olympic-games>

28 Fonte da imagem: <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/simbolos-nazistas/>

perfeição, como a trajetória do Sol em sua rota” (LENHARO, 1986, p. 40). O *Reich* a percebia como dotada de conteúdo afetivo, capaz de suscitar emoções profundas. Em seu livro *Mein Kampf* (1925), Adolf Hitler escreveu:

Nesse ínterim, depois de inúmeras tentativas, eu havia chegado a uma forma definitiva; uma bandeira de fundo vermelho com um disco branco, em cujo meio figurava uma cruz suástica preta. Após longas experiências, descobri, também, uma relação determinada entre a dimensão da bandeira e a do disco branco, como entre a forma e o tamanho da cruz suástica, e aí fizemos ponto final (HITLER, 1925, p. 459).

Era um símbolo de verdade! Por serem intérpretes da nossa veneração pelo passado, estas cores ardentemente amadas, que, outrora, alcançaram tanta glória para o povo alemão, eram, agora, ainda a melhor materialização das aspirações do movimento. Como nacionais-socialistas, costumamos ver na nossa bandeira o nosso programa. No vermelho, vemos a ideia socialista do movimento, no branco, a ideia nacional, na cruz suástica a missão da luta pela vitória do homem ariano, simultaneamente com a vitória da nossa missão renovadora que foi e será eternamente antissemitica (HITLER, 1925, p. 460).

O nazismo também possuía hinos oficiais que eram cantados pela multidão e, ainda segundo Lenharo (1986), produzia no povo um sentimento de formar um todo unívoco, coeso e inquebrantável. O militante nazista era visto como um crente, apóstolo e fanático devido ao seu comportamento nos espetáculos promovidos pelo regime fascista.

Em janeiro de 1933, segundo Lenharo (1986), o presidente Hindenburg, atendendo ao apelo dos 38 signatários da grande indústria, demitiu von Shleicher, e nomeou Hitler chanceler. Este, por sua vez, surpreendeu seus aliados de gabinete com sua retórica revolucionária e violência desenfreada nas ruas. Com a morte de Hindenburg, em 1934, Hitler assumiu a presidência. A ditadura de Hitler configurava-se por suas posições como Presidente do *Reich* (chefe de estado), Chanceler do *Reich* (chefe de governo), e *Führer* (chefe do Partido Nazista).

Após a chegada de Hitler ao poder, ainda como chanceler, em 1933, a ditadura nazista promoveu uma autêntica mudança no cenário político, visto que dissolveu partidos e sindicatos, que tiveram suas sedes invadidas, já sob um regime de violência totalitária. O regime foi se configurando nas ações e, com isso, modelando a nova “civilização” alemã, preparando-se, também, para a política expansionista. Nesse mesmo ano, começaram as queimas públicas de livros e Hitler decretou a saída da Alemanha da Liga das Nações. Em 1935, teve início o rearmamento do país – uma violação ao Tratado de Versalhes - e a aprovação das leis racistas contra os judeus. Pelas Leis de Nuremberg, os judeus não mais poderiam se casar ou manter relações sexuais com indivíduos de sangue alemão ou assimilado.

A peculiaridade do fascismo na Alemanha foi o racismo exacerbado que elegeu como inimigo interno a ser combatido o povo judeu. O antisemitismo, bem como o antiliberalismo e o antimarxismo, ganhou força com a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, que buscou a retirada dos judeus da sociedade alemã. De acordo com Evans (2010), o cerne da revolução cultural de Hitler era:

expurgar o espírito alemão de influências “alienígenas” como comunismo, marxismo, socialismo, liberalismo, pacifismo, conservadorismo, experimentação artística, liberdade sexual e muito mais. Todas essas influências eram atribuídas pelos nazistas à influência maligna dos judeus, a despeito de evidência maciça em contrário. Excluir os judeus da economia, dos meios de comunicação, do emprego estatal e das classes profissionais era, assim, uma parte essencial do processo de redimir e purificar a raça alemã, e prepará-la para dar livre curso à vingança contra aqueles que a haviam humilhado em 1918 (EVANS, 2010, p. 661).

Tal racismo foi o motivo do genocídio perpetrado pelo nazismo contra grupos definidos por etnia, em que se encontravam não somente judeus, mas, segundo Evans (2018), eslavos, deficientes mentais e físicos, supostos “associados” e criminosos e todo indivíduo considerado “marginal à comunidade nacional”. Essa guerra travada contra tal inimigo interno tinha como justificativa o fortalecimento da chamada raça ariana. Assim, ainda segundo Evans (2018), o Holocausto não foi limitado nem pelo tempo e nem pelo espaço, mas sim dirigido contra um inimigo mundial que, supostamente, ameaçava em escala global e precisava ser exterminado.

Assim como no fascismo italiano, o fascismo alemão, ou nazifascismo, apresentou ideais de um estado totalitário e de unificação nacional. Os sentidos do *slogan* “Deus, pátria e família” também funcionaram na Alemanha nazifascista como um ideal a ser alcançado e como uma causa político-ideológica à qual se deveria aderir, também produzindo um apelo a uma reforma moral e, principalmente, racial da sociedade alemã.

2.4.1 Deus

De acordo com Evans (2010), Hitler e seus companheiros sabiam da grandeza e profundidade da lealdade cristã da maioria da população e, portanto, foram cuidadosos nos primeiros meses de 1933, afirmando a crença e devoção do novo governo na fé cristã. Afirmavam que a “revolução nacional” planejava erradicar o ateísmo materialista da esquerda

de Weimar e em seu lugar, difundir um “cristianismo positivo”, que seria sintonizado com o espírito alemão.

No livro intitulado *Mein Kampf* (Minha Luta [1925]), escrito por Adolf Hitler, podemos observar efeitos-sentido produzidos acerca do item lexical “Deus”:

Série IV:

SD (15) Por isso, acredito agora que ajo de acordo com as prescrições do Criador Onipotente. Lutando contra o judaísmo, estou realizando a obra de Deus (HITLER, 1925, p. 64).

SD (16) (...) O produto dessa educação religiosa - o próprio judeu é o seu melhor expoente. Sua vida só se limita a esta terra, e seu espírito conservou-se tão estranho ao verdadeiro Cristianismo quanto a sua mentalidade o foi, há dois mil anos, ao grande fundador da nova doutrina. **Verdade é que este não ocultava seus sentimentos relativos ao povo judeu; em certa emergência pegou até no chicote para enxotar do templo de Deus este adversário de todo espírito de humanidade que, outrora, como sempre, na religião, só discernia um veículo para facilitar sua própria existência financeira.** Por isso mesmo, aliás, é que Cristo foi crucificado (...) (HITLER, 1925, p. 291).

SD (17) (...) Com essa missão, o Estado, pela primeira vez, assume a sua verdadeira finalidade. Em vez do palavreado irrisório sobre a segurança da paz e da ordem, por meios pacíficos, **a missão da conservação e do progresso de uma raça superior escolhida por Deus é que deve ser vista como a mais elevada** (HITLER, 1925, p. 367).

SD (18) Tudo deveria ter sido posto a serviço dessa grande missão, (...). Isso se deveria repetir até que a tímida oração dos nossos atuais "patriotas" - "Deus Todo-Poderoso libertai-nos!" - Se transformasse, mesmo no cérebro dos mais jovens rapazinhos, na súplica ardente, **"Deus Todo- Poderoso. abençoi no futuro as nossas armas; sede tão justo como sempre fostes; decidi, agora, se somos dignos da liberdade; Deus Todo-Poderoso, abençoi o nosso combate!"** (HITLER, 1925, p. 587).

SD (19) **As confissões cristãs, todas duas, estão presenciando indiferentes a essa profanação e destruição de um nobre e incomparável ser presenteado à nossa terra pela graça de Deus.** (...) Apesar disso, **essas duas confissões, longe de combaterem o destruidor da espécie,** tratam apenas de se aniquilarem mutuamente. Justamente o homem de sentimentos nacionalistas devia ter a sagrada obrigação, cada um dentro do seu próprio credo, de cuidar, **não só de falar sempre da vontade de Deus, mas também de cumpri-la, não permitindo que a obra de Deus seja desonrada. A vontade de Deus foi que deu aos homens sua forma exterior, sua natureza e suas faculdades. Aquele que destruir a obra de Deus está desta forma combatendo a obra divina, a vontade divina.** (HITLER, p. 521).

Da análise das SD's acima, identificamos a atualização da memória do discurso religioso monoteísta judaico-cristão que acredita na existência de um Deus onipotente criador de todas as coisas.

Na série acima, é possível identificar um efeito-sentido de antagonismo entre a raça ariana e os judeus, como podemos visualizar na tabela abaixo:

Tabela 2: Raça ariana x Judeus

RAÇA ARIANA	JUDEUS
Eleita pelo divino	Destruidor da espécie eleita
Presente divino enviado a terra	Ameaça
Cristão	Profanador
Superior / mais elevada	Anticristão
Dignos	Inimigo de Deus
Nobre	Expulso do templo de Deus
Incomparável	Desonra à obra de Deus

Fonte: Elaboração própria

A raça ariana, discursivizada como raça superior escolhida pelo divino, está, assim, diretamente oposta ao povo judeu, que se configura como seu inimigo antagônico.

Ainda da análise da série em questão, ao discursivizar a raça ariana como única raça eleita superior pelo divino, é possível identificar um efeito-sentido de justificação, com base em um suposto querer divino, dos atos que devem ser realizados, por meio do Estado e do Cristianismo para proteger, conservar e fazer progredir a raça.

Ao Cristianismo, ao honrar a obra de Deus e fazer a vontade do divino, caberia, portanto, combater a ameaça à existência ariana, ou seja, combater o judaísmo, visto que tal combate é, supostamente, o desejo de Deus.

Ao Estado, por outro lado, baseado na crença da superioridade de uma raça supostamente eleita pelo divino, caberia como função maior e mais elevada conservar a raça ariana, fazê-la progredir.

Por fim, a Deus, era necessário suplicar que este abençoasse as armas e o combate do povo alemão na conquista dos territórios e na defesa da raça eleita. É possível identificar, aqui, o efeito-sentido de sacralização da violência, sentido este que funcionou também no regime fascista italiano.

2.4.2 Pátria

Os sentidos de “Pátria”, assim como na Itália fascista, também são sentidos de unificação nacional que silenciam discursos divergentes, e, no caso do nazismo, a primazia da raça ariana em detrimento das demais.

Série V

SD (20) O objetivo da nossa luta deve ser o da **garantia da existência e da multiplicação de nossa raça e do nosso povo, da subsistência de seus filhos e da pureza do sangue, da liberdade e independência da Pátria, a fim de que o povo germânico possa amadurecer para realizar a missão que o criador do universo a ele destinou** (HITLER, 1925, p. 202-203).

SD (21) O Estado nacionalista deve lutar pela sua existência. (...). A sua maior proteção não está nas armas mas nos seus cidadãos. Não são fortalezas que o defenderão, mas as muralhas vivas das mulheres e homens, **dominados pelo mais elevado amor à Pátria e por um fanático entusiasmo nacional** (HITLER, 1925, p. 391).

SD (22) Em contraposição, nós os nacionais-socialistas devemos nos manter firmes nos nossos propósitos quanto à política externa, isto é, os de **assegurar ao povo alemão o solo que lhe compete neste mundo. E essa ação é a única que justifica, perante Deus e a posteridade alemã, um tributo de sangue** (HITLER, 1925, p. 606).

SD (23) De fato, **não há solução fora da conquista de território para colonização que aumente a extensão territorial da mãe pátria** e com isso não só mantenha os colonizadores em contato íntimo com o seu país de origem como também **assegure as vantagens de uma unidade perfeita** (HITLER, 1925, p. 607).

É possível identificar, em relação parafrástica com os sentidos de pátria da Itália fascista, efeitos-sentido de ultranacionalismo e fanatismo pela pátria. Efeitos de justificação da guerra e sacralização da violência na conquista por território e expansão da pátria com base na crença de que se estaria reavendo um solo que já pertenceria ao povo alemão, de modo que somente essa expansão asseguraria as vantagens da “unidade perfeita” e ainda garantiria a existência, pureza do sangue e multiplicação da raça ariana e do povo alemão.

2.4.3 Família

Evans (2010) esclarece que o nazismo defendia a higiene racial em detrimento da higiene social, de modo que os racialmente aprovados deveriam se reproduzir e aumentar, assim, sua taxa de natalidade enquanto os reprovados, ou as famílias dos “fracos” deveriam ter

sua reprodução contida. Assim, como supunham alguns eugenistas desde o final do século XIX, reduzir-se-ia de modo drástico o fardo dos fracos sobre a sociedade, com programas que evitassem sua reprodução. Ainda conforme Evans (2010), muito antes do fim da república de Weimar, tal ideia foi rapidamente aceita entre médicos, assistentes sociais e administradores da previdência durante a Depressão²⁹.

SD (24) O primeiro dever de um Estado nacionalista é **evitar que o casamento continue a ser uma constante vergonha para a raça e consagrá-lo como uma instituição destinada a reproduzir a imagem de Deus e não criaturas monstruosas, meio homens meio macacos**. Protestos contra isso estão de acordo com **uma época que permite qualquer degenerado reproduzir-se** e lançar uma carga de indizíveis sofrimentos sobre os seus contemporâneos e descendentes, enquanto, por outro lado, meios de evitar a procriação são oferecidas à venda em todas as farmácias e até anunciados pelos camelôs, mesmo quando se trata de **pais sadios** (HITLER, 1925, p. 371).

SD (25) Seria muito mais nobre que ambas as igrejas cristãs, (...), ensinassem aos europeus, com gestos bondosos, mas com toda seriedade, **que é agradável a Deus que os pais não sadios tenham compaixão das pobres criancinhas sadias e que evitem trazer ao mundo filhos que só trazem infelicidade para si e para os outros** (HITLER, 1925, p. 372).

SD (26) (...), **raça** deve ser vista como ponto central da atuação do Estado na vida geral da nação. **Deve ser conservada pura. A infância deve ser vista como a mais preciosa propriedade da Pátria. Deve-se providenciar para que só pais sadios possam ter filhos. Só há uma coisa vergonhosa: é que pessoas doentes ou com certos defeitos possam procriar, e deve ser considerada uma grande honra impedir que isso aconteça. Por outro lado, deve ser condenado o privar a nação de filhos sadios**, o Estado deve pôr todos os recursos médicos a serviço dessa concepção (HITLER, 1925, p. 372-373).

SD (27) **Quem, física ou espiritualmente, não é sadio ou digno, não deve perpetuar os seus defeitos através de seus filhos! Nisso consiste a maior tarefa educativa do Estado nacionalista** (HITLER, 1925, p. 372-373).

SD (28) **Só uma proibição, durante seis séculos, da procriação de degenerados físicos e de doentes de espírito não só libertaria a**

29 Segundo Evans (2010) “os especialistas haviam agarrado a oportunidade propiciada pela crise financeira para argumentar que o melhor modo de reduzir o fardo impossível da previdência sobre a economia era impedir a classe mais baixa de se reproduzir, submetendo-a à esterilização forçada. Assim, não levaria muitos anos para haver menos famílias indigentes para se sustentar. Também não tardaria para o número de alcoólicos, “indolentes”, deficientes mentais, gente propensa ao crime e fisicamente incapacitada ser drasticamente reduzido na Alemanha – com base na suposição dúbia, claro, de que todas essas condições eram basicamente de natureza hereditária –, e a previdência estatal seria capaz de direcionar seus minguados recursos para os pobres merecedores. Instituições protestantes de caridade, influenciadas por doutrinas de predestinação e pecado original, de modo geral saudaram tais ideias; os católicos, amparados por um rígido aviso do papa em uma encíclica de 1930 de que casamento e intercuro sexual eram unicamente para fins de procriação e de que todos os seres humanos eram dotados de uma alma imortal, foram intensamente contrários” (EVANS, 2010, p. 570-571).

humanidade dessa imensa infelicidade como produziria uma situação de salubridade que, hoje, parece quase impossível. Se se realizar com método um plano de procriação dos mais sadios, o resultado será a constituição de uma raça que trará em si as qualidades primitivas, evitando assim a degradação física e intelectual de hoje. (HITLER, 1925, p. 372-373).

Quanto aos sentidos do item “família” no regime nazista, é possível identificar um efeito-sentido antagônico entre a raça ariana e os chamados “impuros”, conforme tabela abaixo:

Tabela 3: Arianos x impuros

ARIANOS	IMPUROS
Saudáveis	Doentes
Raça superior	Degenerados
Imagem de Deus	Criaturas monstruosas / meio homem meio macaco
Perfeitos	Defeituosos
Dignos	Indignos
Felizes	Sofredores / portadores de infelicidade

Fonte: Elaboração própria

A partir de tal antagonismo, é possível identificar efeitos-sentido sobre o Estado nacionalista, que é discursivizado como um agente regulador da segregação da natalidade do país, responsável por impedir a procriação dos chamados “impuros” e, por outro lado, garantir a procriação da raça ariana, consagrando o casamento à reprodução da imagem de Deus e conservação da pureza da raça, além de promover e garantir a reprodução de pais sadios e ainda condenar a privação de tal reprodução.

Acerca do cristianismo, identifica-se um discurso de que a este também caberia despertar um sentimento de “compaixão” nos “não sadios” pelas crianças que estes gerariam, de modo a não terem filhos, exortando sobre ser essa a “vontade de Deus”.

Os sentidos de família, portanto, seriam o de uma instituição garantidora da multiplicação da raça e manutenção da pureza do sangue, o que estaria de acordo com a vontade divina.

Logo, a partir das análises acerca do fascismo alemão, é possível dizer que os ideais do *slogan* “Deus, pátria e família” funcionaram produzindo efeitos de apelo a uma regeneração racial da sociedade alemã e uma justificação para o expansionismo da pátria.

2.5 “Deus, pátria e família” como lema da Ação Integralista Brasileira

Como preconiza Paxton (2007), quase todas as nações do mundo e, certamente, todas as que possuíam política de massas, no período entreguerras, produziram alguma corrente intelectual ou movimento ativista que se aproximou do fascismo. Após a Primeira Guerra, na Itália e, mais tarde, na Alemanha, o poder foi tomado pelos fascistas, e na Europa, para citar como exemplo, governos parlamentares foram substituídos por regimes autoritários, como na Espanha, Portugal, Polônia, Romênia, Iugoslávia, Estônia, Lituânia e Grécia. Paxton (2007) ainda explica que o êxito fascista se deu, quase exatamente, nos países derrotados pela Primeira Grande Guerra, como na Alemanha e nos países em que as tentativas ou o medo das tentativas de uma revolução bolchevique fosse iminente. A Itália, embora pertencendo à aliança vitoriosa, não conseguiu a expansão nacional que pretendia quando entrou na guerra. Na América Latina, o que Paxton (2007) considera mais próximo a um partido fascista de massas nativo foi a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado.

De acordo com Carneiro (2020), que pesquisa o movimento integralista brasileiro e a influência expressiva do catolicismo, com a Doutrina Social da Igreja e ainda com a presença característica do modelo fascista, a partir do século XIX, em países como França, Itália, Inglaterra e Alemanha, a igreja católica sofreu um forte abalo oriundo do impacto do pensamento moderno, de modo que um conflito interno se instalou entre o catolicismo mais liberal e os mais conservadores. Para esses últimos, uma das principais tendências que os representavam, era o integrismo, considerado um “catolicismo social” que defendia a integridade doutrinal e se fechava nela, com base no maurrasismo³⁰, cuja posição é de um radicalismo antidemocrático, antiliberal e antissocialista.

Carneiro (2020) afirma ainda que o antissemitismo também se tornou necessário para a escatologia católica, uma vez que, com a constituição da nova geopolítica que propunha a

30 Charles Maurras era, segundo Michel Winock ([2000] apud Rodrigues, 2009) uma espécie de príncipe do nacionalismo, da autoridade, da antidemocracia, da xenofobia do sentimento de decadência, que deixou sua marca por muitas décadas no meio intelectual europeu e no mundo todo. "Segundo Winock, Maurras foi convidado por Barrès, na década de 1890, para colaborar no jornal *Cocarde* com pensadores como Le Play, Taine, De Maistre, Bossuet, Comte e Renan. [...] Desses pensadores ele retirou elementos que o convenceram dos “benefícios da desigualdade” e que, mais tarde, o auxiliariam na rejeição aos princípios da democracia. Assim, Maurras estava à frente do movimento da *Action Française* e de sua revista, criada em agosto de 1899, defendendo uma reação nacionalista e monarquista, em razão de acreditar que faltava à França um verdadeiro poder “responsável e autorizado”. Sob sua ótica, havia sempre um complô entre os franceses – considerados traidores - e os judeus, por sua vez, co-responsáveis pelo trabalho em favor da destruição da França. Ao mesmo tempo, Maurras defendia um nacionalismo integral sob a formulação teórica do “pensamento positivo” e da política da restauração" (WINOCK, 2000, p.76-99 *apud* RODRIGUES, 2009).

criação de Estados-Nação, surgiu o movimento sionista, cujo objetivo seria fundar um Estado-Nação para o povo judeu na Palestina, uma ameaça para o catolicismo, pois tal território era considerado sagrado pela Igreja Católica, uma referência à “Terra Santa”. O antissemitismo, portanto, seria uma lógica necessária, como uma preparação para o fim dos tempos, que se daria na Nova Jerusalém, na Terra Santa.

Assim, o uso do termo integralismo para caracterizar movimentos que se fundamentavam no conservadorismo católico ocorreu não só no Brasil, mas em outros países, como Argentina e Portugal. Ainda segundo Carneiro (2020), a questão “racialista” estava presente na construção do projeto de Estado integralista no Brasil. Entre os intelectuais participantes do movimento, era Gustavo Barroso que explicitava mais francamente seu preconceito “racial” antissemita.

A Ação Integralista Brasileira foi criada no Brasil em 1932 por um pequeno grupo de intelectuais. De acordo com Gonçalves e Neto (2020), Plínio Salgado, numa viagem à Europa com uma comitiva brasileira, conseguiu um encontro com o líder fascista Mussolini, em junho de 1930, encontro esse marcado por mútuos elogios e por muita cumplicidade e apoio ao *Duce*. Salgado foi aconselhado por Mussolini a “criar um movimento preliminar de ideias, pautando a sociedade em uma nova consciência, para, posteriormente, formar um partido político” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 10). Ainda conforme Gonçalves e Neto (2020), Plínio Salgado seria a própria versão brasileira de Mussolini. Autodenominando-se gênio, atribuía aos intelectuais um papel de destaque nesse novo Brasil. “É preciso que nós, intelectuais, tomemos conta do Brasil. Definitivamente. Temos de romper com a tradição medíocre da política. Estamos fartos de vivermos nós, intelectuais, à sombra dos poderosos. Queremos mandar” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 11). Apesar de negar ter sofrido influência do fascismo, alegando ter ele “pensamento próprio”, seus militantes sabiam que o fascismo italiano foi o elemento sedutor para o líder integralista, além dos muitos indícios das relações entre Plínio e movimentos conservadores e fascistas.

Em outubro de 1932, no Teatro Municipal de São Paulo e com o apoio de grande parte dos intelectuais nacionalistas e apoiadores do fascismo, o líder integralista fez a leitura do “Manifesto de outubro”, documento composto por 10 capítulos e considerado a certidão de nascimento do integralismo brasileiro, redigido por ele, após diversas discussões que ocorreram em reuniões na Sociedade de Estudos Políticos - SEP.

Plínio Salgado propunha então uma nova política no Brasil, que consistia em “[...] romper as tradições da velha política com um discurso autoritário, antiliberal, antidemocrático, anticomunista, baseado em uma estrutura nacionalista e na concepção cristã radical e

conservadora (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 12). Utilizando a religião como um dos principais sustentáculos do movimento, o lema era “Deus, pátria e família”, o mesmo do *slogan* fascista que representava os princípios da doutrina; A representação simbólica do movimento ficou por conta da letra grega sigma - Σ -, “um símbolo matemático que indica o projeto de um Estado único e integral e a soma dos números infinitamente pequenos – analogia com os membros da AIB” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 15); a bandeira nas cores azul e branca, em que o azul simboliza a atitude integralista, além de não haver limite político no movimento e o branco, por sua vez, como mistura de todas as cores, indica o objetivo do movimento, que é a união integral do país e sugere, ainda, a pureza dos sentimentos; a saudação integralista era *Anauê!*, que na língua tupi significa “Você é meu parente”, utilizada como caracterização do movimento e demonstração de respeito às categorias hierarquizadas do movimento, significava a grande família dos camisas-verdes, por fim, o gesto com o braço direito estendido, erguido para a frente em posição vertical (gesto que remete ao cumprimento nazista), que, segundo Gonçalves e Neto (2020), indicava uma expressão do ideal nacionalista.

Muitos historiadores comparam o movimento integralista com os fascismos europeus, sobretudo em sua organização, ritos e símbolos, de modo a concluir que o integralismo seria um fascismo adaptado às condições brasileiras. De acordo com Paxton (2007),

Salgado conseguiu mesclar imagens históricas brasileiras (inclusive da cultura indígena tupi-guarani) com os aspectos mais abertamente fascistas de seu programa, tais como ditadura, nacionalismo, protecionismo, corporativismo, antissemitismo, passo de ganso, a proposta de uma Secretaria de Educação Moral e Cívica, camisas verdes e braçadeiras pretas com a letra grega sigma (Σ - o símbolo do integralismo), para formar um movimento explicitamente fascista genuinamente nacional (PAXTON, 2007, p. 314).

Paxton (2007) também afirma que o integralismo chegou ao auge em 1934, com 180 mil filiados, entre eles, figuras proeminentes em suas profissões, no empresariado e entre os militares. O principal motivo da adesão de muitos integralistas foi, como defendem Gonçalves e Neto (2020), o anticomunismo intensificado pelo pânico que foi criado no Brasil, na grande onda contra o “perigo vermelho”. O movimento impunha ao militante um modo bastante próprio de ser integralista, orientando sobre como portar-se, vestir-se, falar, calar, andar, casar-se, morrer.

Para Gonçalves e Neto (2020), três tendências foram indispensáveis para a formação do integralismo: um cristianismo social, com Plínio Salgado, a linha antissemita, com Gustavo Barroso, e uma estrutura mais social, política e econômica, com Miguel Reale.

Seguindo os moldes fascistas europeus, a AIB criou também uma estrutura paramilitar, segundo Gonçalves e Neto (2020), conhecida como Milícia Integralista, cujo chefe era Gustavo Barroso, e que após a criação da Lei de Segurança Nacional, foi transformada em Secretaria de Educação (moral, cívica e física). Nestes termos, todo integralista que tinha idade entre 16 e 42 anos, deveria obrigatoriamente inscrever-se nas Forças Integralistas. Após alistar-se e passar por uma preparação de 60 dias, o militante jurava dar a vida, se preciso fosse, por Deus, pela pátria e pela família.

A AIB alcançou uma significativa expansão pelo país ao longo da década de 1930, esclarecem Gonçalves e Neto (2020). Com jornais, revistas, rádios, cinema e uma ampla literatura, propagou os ideais e valores integralistas com o intuito de atrair cada vez mais adeptos. Dentre esses veículos, estão os publicados pela empresa “Rede Sigma Jornais Reunidos”, tais como: “Jornal Acção”; “O integralista”; “A Offensiva” e “Monitor Integralista”, além das revistas nacionais “Anauê!” e “Panorama”.

A história mostra que a AIB, assim como todos os demais partidos políticos, foi extinta com a instauração do Estado Novo em 1937, pelo então presidente Getúlio Vargas, e, posteriormente, 1964, como afirmam Gonçalves e Neto (2020), os integralistas receberam com exaltação os militares que aplicaram o golpe e assumiram o poder no país, visto que tiveram um papel relevante no processo que culminou na ditadura militar.

Quando das marchas, organizadas pelo clero e entidades femininas, que precederam o golpe militar, por exemplo, Plínio Salgado discursou conclamando às mulheres a participar:

Os grandes desfiles populares da **família**, com **Deus**, pela liberdade, que têm levado às ruas das cidades brasileiras o clamor de um povo fiel às suas tradições cristãs e disposto à luta para impedir que o escravizem, demonstraram, neste momento histórico, o poder da mulher quando se ameaçam os fundamentos do lar, **da religião**, dos direitos humanos e da soberania nacional. Que mais esperam os brasileiros? **A destruição da família? O domínio do ateísmo, como crença do Estado e a perseguição de todas as religiões**, principalmente em que os sem Deus as lançam nos países dominados pelo comunismo, ou pela chamada limpeza da mente adotada hoje de modo sistemático e processos desumanos, na China Vermelha e já agora em Cuba? (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 107).

De acordo com Gonçalves e Neto (2020), os integralistas acreditavam esperançosos que, com a ditadura, o integralismo, finalmente, poderia criar uma organização política-cultural verdadeiramente nacionalista, o que não veio a ocorrer. Durante o período da ditadura, Plínio Salgado, após perceber que não teria o espaço que imaginara no governo, concentrou sua legislatura em propor projetos de cunho moral e conservador, como o “Projeto nº 135/1970 da

Comissão de Educação e Cultura, que tinha como proposta a censura prévia com a intenção de impedir erotismo e pornografia no Brasil” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 110).

Desde a sua fundação, o movimento integralista utilizou como lema o *slogan* “Deus, pátria e família”, *slogan* este que produziu sentidos cuja família parafrástica se inscreve na mesma matriz de sentido do *slogan* também utilizado no regime fascista. A memória sobre o movimento fascista mobilizada é repetida e atualizada, como veremos adiante.

Da materialidade do “Manifesto integralista de 1932”, o primeiro documento escrito por Plínio Salgado e endereçado à nação brasileira (Ao operário do país e aos sindicatos de classe – Aos homens de cultura e pensamento – À mocidade das escolas e das trincheiras – Às classes armadas!), extraímos as SD’s que compõem a *Série VII* abaixo, para, num batimento entre descrição e interpretação, conforme preconizado por Pêcheux (2015), ressaltarmos os sentidos produzidos pelo discurso integralista:

Série VII:

SD (29) **Deus dirige os destinos dos povos.** O Homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. **O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade** (SALGADO, 1932, cap. I, grifo nosso).

SD (30) **A Nação Brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz.** Para isso **precisamos de que todos os brasileiros estejam unidos.** Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado, partidos políticos fracionando a Nação, classes lutando contra classes, indivíduos isolados, exercendo a ação pessoal nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro (SALGADO, 1932, cap. II, grifo nosso).

SD (31) **Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem. Um governo que saia da livre vontade de todas as classes é representativo da Pátria:** como tal deve ser auxiliado, respeitado, estimado e prestigiado. Nele deve repousar a confiança do povo. A ele devem ser facultados os meios de manter a justiça social, a harmonia de todas as classes, visando sempre os superiores interesses da coletividade brasileira (SALGADO, 1932, cap. III, grifo nosso).

SD (32) **O cosmopolitismo, isto é, a influência estrangeira, é um mal de morte para o nosso Nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever.** [...] . Referimo-nos aos costumes, que estão enraizados, principalmente em nossa burguesia, embevecida por essa civilização que está periclitando na Europa e nos Estados Unidos. **Os nossos lares estão impregnados de estrangeirismos;** [...] Envergonham-se também do caboclo e do negro de nossa terra. [...] Criaram preconceitos étnicos originários de países que nos querem dominar. **Desprezaram todas as nossas tradições. E procuram implantar a imoralidade de costumes. Nós somos contra a influência**

perniciosa dessa pseudo-civilização, que nos quer estandardizar. E somos contra a influência do comunismo, que representa o capitalismo soviético, o imperialismo russo, que pretende reduzir-nos a uma capitania. [...] **Temos de invocar nossas tradições gloriosas, temos de nos afirmar como um povo unido e forte, que nada mais poderá dividir** (SALGADO, 1932, cap. VI, grifo nosso).

SD (33) [...]. **O comunismo não é uma solução, porque se baseia nos mesmos princípios fundamentais do capitalismo, com a agravante de reduzir todos os padrões a um só e escravizar o operariado a uma minoria de funcionários cruéis, recrutados todos na burguesia. O comunismo destrói a família para melhor escravizar o operário ao Estado; destrói a personalidade humana para melhor escravizar o homem à coletividade; destrói a religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica uma humanidade inteira, por um sonho, falsamente científico, que promete realizar o mais breve possível, isto é, daqui a 200 anos, no mínimo. [...] Não destruimos a pessoa, como o comunismo; nem a oprimimos, como a liberal-democracia; dignificamo-la** (SALGADO, 1932, cap. VII, grifo nosso).

SD (34) **Comunhão nas alegrias, nos triunfos, nas lutas, conforto de todos os instantes, estímulo de todos os dias, esperança de perpetuidade no sangue e na lembrança afetuosa, eis o que é a família, fonte perpétua de espiritualidade e de renovação, ao mesmo tempo projeção da personalidade humana. [...] Pretendemos, nesta hora grave para a família brasileira, inscrever a sua defesa em nosso programa. [...], contra a desorganização, a prostituição e a ruína, que desejamos o Estado Forte, baseado nas forças vivas da Nação** (SALGADO, 1932, cap. VIII, grifo nosso).

Nas SD's que compõem a *Série VII* acima, podemos identificar o atravessamento de um discurso sobre Deus, pátria e família, lema do movimento integralista, em que “Deus” é considerado ser supremo que dirige o destino de todos, e o homem, por sua vez, tem seu valor atrelado ao trabalho e sacrifício em prol da família, da pátria e da sociedade.

Identificamos, também, deslizamento do sentido de país, que deixa de ser considerado diverso e heterogêneo, para ser caracterizado como unificado, homogêneo, uno e indiviso, aliado a um efeito de necessidade de erradicação de elementos que comprometem a manutenção da unidade e homogeneidade natural do país. Desse modo, partidos políticos, luta de classes e Estado dentro do Estado, que costumam atuar como representações legítimas dos diferentes grupos que compõem a sociedade, passam, agora, a significar uma ameaça à unidade e à harmonia do povo brasileiro, visto que são considerados fracionadores e divisores do Brasil, ou seja, são eles os responsáveis por criar as “diferenças”, produzir desigualdades, separações, divisões que supostamente não existiriam antes. Nessa perspectiva, o sentido de Estado passa também por um deslizamento e este é discursivizado como mantenedor da ordem e disciplina, da justiça social, da harmonia de todas as classes, e dos interesses superiores da coletividade

brasileira. Sua constituição passa a se restringir apenas ao voto dos representantes das classes profissionais.

A família é discursivizada como comunhão, estímulo, esperança da perpetuidade e lembrança afetuosa, fonte de espiritualidade e renovação, projeção da personalidade humana. O integralismo considera que a família está sendo ameaçada e se compromete pela defesa da mesma contra a desorganização, prostituição e ruína. O uso das palavras díspares - “desorganização”, “prostituição” e ruína” - enumeradas como uma coisa só, numa mesma cadeia enunciativa, produz um efeito de semelhança entre elas, de que estão interrelacionadas, uma estratégia persuasiva típica do totalitarismo, com fins de dominação.

Os sentidos de comunismo, liberal-democracia e integralismo são produzidos de modo a valorizar o último em detrimento dos dois primeiros, numa escala em que o comunismo seria o pior dentre eles por destruir a família, a personalidade humana, a religião, matar o estímulo, reduzir um país a uma capitania; e a liberal-democracia sofre um deslizamento de sentido, de modo a ser ressignificado, pois deixa de significar o regime garantidor da dignidade da pessoa humana e das liberdades individuais e passa a ser discursivizado como regime opressor, conforme abaixo:

Tabela 4. Síntese SD 33

Comunismo	Destrói a pessoa humana
Liberal-democracia	Oprime a pessoa humana
Integralismo	Dignifica a pessoa humana

Fonte: Elaboração própria.

Na *Série VII*, é possível verificar, também, o atravessamento do discurso religioso tradicionalista que condena a modernidade, considerando-a uma heresia. Há um efeito-sentido de condenação do cosmopolitismo, ou seja, da influência estrangeira. O estrangeirismo é discursivizado como pseudo-civilização, que despreza tradições, implanta costumes imorais, faz influência pernicioso, objetiva a padronização do povo brasileiro para dominá-lo e cria o preconceito étnico. Como contraponto, produz-se um efeito-sentido de exaltação das tradições brasileiras e do povo brasileiro, caracterizado como forte e unido.

Todos os sentidos acerca do povo brasileiro, da pátria, do estrangeirismo retomam e atualizam uma memória do mito do bom selvagem. A expressão, advinda da obra Rousseaariana, acreditava na pureza e bondade humana como algo natural e constitutivo do homem, e que a sociedade, a cultura, as leis é que são os responsáveis por corrompê-lo:

O princípio fundamental de toda moral sobre o qual raciocinei em todos os meus escritos e que desenvolvi neste último com toda a clareza de que era

capaz, é de que **o homem é um ser naturalmente bom, amando a justiça e a ordem; que não há perversidade original no coração humano e que os primeiros movimentos da natureza são sempre retos** (ROUSSEAU, 1989, p. 12 *apud* RAMOS, 2007).

O pensamento acerca da integração homem-natureza e a expressão “bom-selvagem” que aparece na obra de Rousseau (1989), oriundos da sua crítica à civilização e ao iluminismo, reverberou e foi difundida na América, após a “independência” política do Brasil em 1822, por artistas do movimento literário brasileiro conhecido como romantismo, que, na tentativa de estabelecer uma identidade nacional e na sua busca pela exaltação da natureza, elegeram o índio como um homem ideal, livre e naturalmente bom. À problemática de Rousseau, que opõe natureza e civilização, os românticos associaram os indígenas, e produziram obras que exaltam a nação brasileira pelas paisagens de natureza ainda virgem e pela origem fundada na imagem do indígena ideal. A obra *Ubirajara*, de José de Alencar (1981), por exemplo, apresenta um herói que não teve contato com a cultura civilizada da Europa, e, portanto, não foi corrompido pela sociedade, mantendo-se puro e natural. É fiel, corajoso, nobre e luta para manter viva a tradição e a nobreza do seu povo.

O discurso integralista acerca do cosmopolitismo como um mal para o nacionalismo, atualiza a memória do bom selvagem, trazendo o mesmo efeito que, na formulação atual, é repetido com outras palavras, mas produz uma relação de metáfora. Assim como no mito do bom selvagem, os indígenas, os povos originários são puros e bons e sofreram uma influência corruptora da civilização que os explorou, assim também, o povo brasileiro é discursivizado pelo movimento integralista como um povo unido e forte, de tradições gloriosas, sem preconceitos étnicos, que preza pela moral e bons costumes e que sofre uma influência estrangeira responsável por corromper esse povo, criar preconceitos, desprezar as tradições, promover o imoralismo dos costumes. Ambos os sentidos são assim regularizados pelo funcionamento discursivo de retomada pelo efeito de paráfrase de uma memória que irrompe na atualidade.

O *slogan* “Deus, pátria e família” funcionou discursivamente no movimento integralista do Brasil, assim como funcionou no Estado Fascista, como um apelo à uma reforma moral da sociedade, supostamente baseada na fé cristã (em que a figura divina ocupa o topo da estrutura hierárquica social, ou seja, Deus acima de todos); no amor e sacrifício pela pátria (que representava o “lar” dos brasileiros, cuja população era vista como uma unidade dentro do território, ou seja, Brasil acima de tudo); e na salvação e manutenção da família (monogâmica

e heteronormativa em que o patriarcado é considerado uma prática virtuosa do passado que precisa ser protegida).

2.6 Considerações finais

Neste capítulo, discutimos brevemente acerca do Estado, das formas de poder e do poder político para compreendermos, do ponto de vista da história, o modo como a sociedade organizou-se e reorganizou-se ao longo do tempo, as modificações sofridas, os modelos criados e modificados, as formas de poder exercidas e modificadas e, principalmente, as insurgências acerca do modelo vigente, como surgem e as consequências da instalação de tais forças. Tratamos especificamente do regime fascista que surgiu na Itália e, posteriormente, espalhou-se pela Europa e expandiu-se por todo o mundo, bem como do regime nazista, como um braço do fascismo na Alemanha e do movimento integralista, expressão do fascismo no Brasil. Nesta perspectiva analisamos, a partir do funcionamento discursivo do *slogan* “Deus, pátria e família”, as condições de produção em que esse discurso se constituiu, os sentidos e sujeitos que se estabeleceram a partir da exterioridade da língua, dos efeitos da história e da ideologia, da memória, do jogo de forças.

Os gestos de interpretação utilizados a partir do dispositivo teórico da Análise de Discurso mostrou que, no discurso que atravessa o *slogan* “Deus, pátria e família” do regime fascista, atualizou-se memórias acerca: do discurso religioso monoteísta judaico-cristão, cuja crença representa salvação, remissão e purificação do homem; da pátria como um sentimento, uma ideia que multiplica forças humanas através da união coletiva, um lar, uma família que deve ser protegida e sobre a família como uma instituição santa e indestrutível alicerçada no modelo monogâmico e patriarcal heteronormativo. Entretanto, a atualização dessas memórias no encontro com a atualidade do movimento fascista e de sua chegada ao poder provocou um abalo nas filiações históricas acerca dos sentidos e uma desregularização dessa memória, de modo a produzir novos sentidos.

Assim, identificamos, a partir da posição-sujeito fundamentalista religioso, sentidos de “Deus” como acima de todas as coisas, sacralização da violência e depreciação da paz, messianismo do líder fascista, antagonismo entre “escolhidos” e “inimigos” de Deus, e, ainda, um efeito de justificação, em nome de Deus, para a conquista de territórios através da guerra. Há, portanto, um deslizamento de sentidos que busca, pela transparência da linguagem, a caracterização de Deus como o Deus cristão, mas que, na materialização dos sentidos que se

inscrevem na formação ideológica, significam um “Deus” que estabelece uma relação polissêmica com o Deus do cristianismo.

Os sentidos de “pátria” também sofrem um deslizamento no encontro da memória e da atualidade, e, a partir de uma posição-sujeito ultranacionalista, produz um efeito-sentido de homogeneidade, padronizadora do pensamento, das ações e formas de expressão, primazia de uma única comunidade, ou de uma raça;

Os sentidos de “família”, que também provocam uma ruptura com as filiações de sentido no encontro entre memória e atualidade, produziram, a partir da posição-sujeito patriarcal, um efeito de instituição santa e indestrutível, atualizando uma memória da família patriarcal, cujo controle e autoridade política, moral e religiosa concentra-se na figura masculina e produz ainda um efeito de instituição mantenedora da tradição e dos valores fascistas, e um efeito de controladora da ordem moral.

Por fim, o *slogan* “Deus, pátria e família” produziu efeitos-sentido que interpelaram ideologicamente os indivíduos em sujeito numa FD fascista, cujo fim era de apelo à uma reforma moral e racial da sociedade, conduzida a partir de um Estado Totalitário e de um líder soberano, além de uma promessa e esperança na concretização de tal reforma, para uma dominação política.

3 EFEITOS-SENTIDO DO *SLOGAN* “DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA” NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI: DAS MANIFESTAÇÕES DE 2013 AO GOVERNO DE EXTREMA DIREITA DE JAIR BOLSONARO (2019-2022)

3.1 Considerações iniciais

Neste capítulo, tratamos do funcionamento discursivo do *slogan* “Deus, pátria e família” no Brasil, a partir do ano de 2013, partindo do trabalho desenvolvido por Luz (2018), no âmbito do mestrado, que tratou, dentre outras questões, acerca dos confrontos discursivos responsáveis por prefigurar discursivamente o *Impeachment* da então Presidente Dilma Rousseff, em 2016, e que prosseguiram a tal acontecimento, passando a atribuir forma e figura, além de apressar a emergência do acontecimento discursivo da eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil.

Considerando o que afirmamos em Luz (2018), o confronto discursivo que precedeu ao acontecimento do *impeachment* tratou-se de um grande trabalho de formulações, às quais não se pode determinar o início, tampouco o fim, visto que os confrontos discursivos podem, também, prosseguir ao acontecimento. Assim, neste capítulo, analisamos o funcionamento discursivo dos sentidos do *slogan* “Deus, pátria e família” que permeou os confrontos que precederam e prosseguiram ao acontecimento do *impeachment*, e ainda, como ajudaram a prefigurar o novo acontecimento discursivo da eleição de Jair Bolsonaro ao poder, conforme demonstrado por Oliveira (2021), e como funcionaram no governo de extrema-direita.

3.2 Efeitos-sentido do *slogan* “Deus, pátria e família” nas manifestações de 2013, 2015 e 2016

No período entre 2013 e 2016, as ruas de diversos estados brasileiros foram palco de grandes manifestações populares, com pautas cada vez mais expansivas que pediam desde a redução do aumento da tarifa do transporte público até a saída de Dilma Rousseff do poder. Ao longo desse período, manifestações favoráveis ao governo também foram vistas por todo o país. Tais manifestos marcaram um grande acontecimento histórico que foi amplamente divulgado pela mídia e produziu impacto nas diversas esferas do poder, além de obterem repercussão internacional³¹.

31 Sobre a análise discursiva acerca das manifestações, ver Luz (2018).

Nesse confronto discursivo que antecedeu o *impeachment* de Dilma Rousseff, já é possível identificar o funcionamento discursivo dos sentidos do *slogan* “Deus, pátria e família”, conforme demonstramos a seguir.

Muitos manifestantes, ao longo dos movimentos favoráveis ao *impeachment*, levantaram cartazes, imagens, estampas de camisas etc., com mensagens, palavras de ordem, símbolos, emblemas que remetiam aos sentidos de Deus, pátria e família. Na série VIII abaixo, observamos imagens que trazem a temática religiosa, ao fazerem referência a Deus, Jesus Cristo e Nossa Senhora.

Figura 6 - Série VIII³² - Deus³³

32 É importante ressaltar que são muitos os desdobramentos epistemológicos no campo da AD, na medida em que o digital aparece como um campo de questões que vem sendo bastante discutido por analistas de discurso como Dias (2016, 2012, 2008,2004), Orlandi (2013), Paveau (2015, 2013) etc. Entretanto, esclarecemos que não mobilizamos, neste trabalho, nenhuma das teorias do digital, uma vez que este não foi o enfoque das análises aqui realizadas.

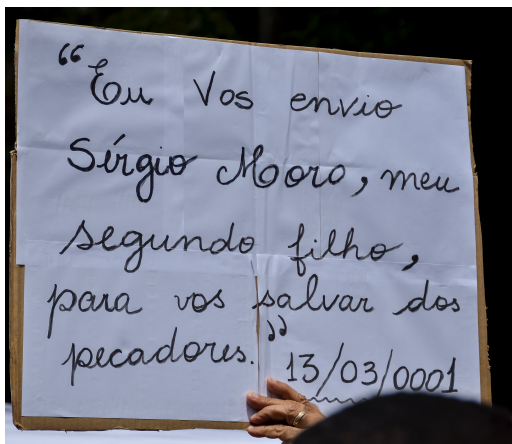
33 Fonte das imagens: Mídia Ninja. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/midianinja/page1069>>



SD 29
(Manifestação pró-impeachment – São Paulo – 13.03.2016)



SD 30
(Vem pra rua – Rio de Janeiro – 04/12/2016)



SD 31
(Manifestação pró-impeachment – Belo Horizonte – 13.03.2016)



SD 32
(Marcha da família com Deus – São Paulo – 22.03.2014)



SD 33
(Manifestação pró-impeachment- Rio de Janeiro – 13.03.2016)



SD 34
(Marcha da família com Deus – São Paulo – 22.03.2014)

As SD's da *série VIII* são atravessadas pelo discurso religioso judaico-cristão, segundo o qual Deus estaria guiando os manifestos, como se verifica na formulação “Deus faz Deus junta”, escrita numa camisa verde e amarela usada por um manifestante, na imagem que compõe a SD 30. O então juiz Sérgio Moro, juiz que se destacou durante as investigações da Lava Jato é discursivizado, na SD 29, como um ser divino que tem o poder ou a autoridade para rogar, interceder, pedir a Deus pelos pecadores, e, na SD 31, é considerado um segundo filho de Deus enviado à terra para “salvar” os brasileiros dos “pecadores”, atualizando, assim, a memória do Cristo, que, conforme as escrituras sagradas da religião judaico-cristã, foi enviado à terra para pagar pelos pecadores e, assim, justificar seus pecados diante de Deus, de modo a redimi-los, cumprindo a lei do velho testamento. Tal memória é atualizada e agora o então juiz seria um segundo filho de Deus enviado não mais para pagar pelos pecadores e assim redimi-los, mas para salvar a nação, protegê-la dos pecadores, de modo que a salvação se daria, não mais pelo sacrifício, mas pela punição dos corruptos. Está em funcionamento, também, um discurso de súplica à Nossa Senhora de Aparecida e à Nossa Senhora de Fátima, ambas invocações atribuídas à Virgem Maria, conforme crença da Igreja Católica. Considerando que Nossa Senhora Aparecida é conhecida como a padroeira e protetora do Brasil, a SD 32 produz um efeito de pedido de proteção para o país, assim como na SD 34, na qual Nossa Senhora de Fátima é invocada para “livrar” o Brasil do comunismo, o que funciona como uma espécie da salvação divina do “mal”. Tais discursos aproximam a religião e a política, de modo que se roga ao divino para intervir na política do país.

No que se refere à pátria, as manifestações fizeram circular discursos como os da Série IX³⁴ a seguir:

Figura 7 - Série IX - Pátria³⁵

34 Fonte das imagens: Mídia Ninja. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/midianinja/page1069>>

35 SD27 - “Comunista é bom morto. Dilma, Maduro, Hugo, Fidel, Cristina, Lula – lixo do mundo”; SD 28 - “Corruptos preferem cair com a força do povo ou a das forças armadas?”; SD 29 - “Exército Brasileiro é a solução – Fora corrupção”; SD 30: “Nossa bandeira nunca será vermelha” e “não queremos mais os políticos ladrões do PT”; SD31- “S.O.S intervenção militar”; SD32 - “Brasil acima de tudo”; SD33 - “Golpe à democracia é mentir, roubar e trair o povo!”.



SD 35 (Ato impeachment Dilma – RJ – 15.03.2015)



SD 36 (Ato impeachment Dilma – RJ – 15.03.2015)



SD 37 (Ato impeachment Dilma – BH – 13.03.2016)



SD 38 - (Ato impeachment Dilma – RJ – 15.03.2015)



SD 39 (Vem pra rua de Copacabana – RJ – 04.12.2016)



SD 40 (Ato impeachment Dilma – RJ – 13.03.2016)

A partir da análise das SD'S, podemos observar um pedido de socorro, um apelo pela intervenção militar no país, que funcionaria como a salvação da nação contra uma suposta ameaça de invasão comunista e da corrupção. De acordo com Stanley (2020), o fascismo

utilizou massivamente campanhas contra corrupção por gerações, para justificar a implantação do regime fascista. Stanley (2020) cita Richard Grunberger para afirmar que, na Alemanha nazista, foi inculcada na consciência coletiva que democracia e corrupção eram sinônimas e, com o discurso de combatê-la, o terceiro Reich cometia corrupção de maneira sistêmica que era ignorada por seus cidadãos, visto que em regimes autoritários não há denúncia ou investigação acerca de corrupção. Segundo Stanley (2020), a corrupção para o fascista, consiste na corrupção da pureza, e não da lei, ou seja, corrupção era tida como a usurpação da ordem tradicional. O que funcionou no Brasil, em 2013, é um pedido de intervenção militar para combater a corrupção, o que mobiliza uma memória de que, durante a ditadura militar no Brasil, não acontecia corrupção. Além disso, a formulação “não queremos mais os políticos ladrões do PT” indica o funcionamento de um discurso segundo o qual o PT é um partido corrupto e, por isso, precisa ser destituído do poder. Esse mesmo funcionamento também está presente na formulação “nossa bandeira nunca será vermelha”, na qual a referência à cor vermelha está relacionada tanto à bandeira do PT quanto do comunismo, regime ao qual Dilma e Lula são associados pelos manifestantes, como se vê na SD 35.

Há também um discurso ultranacionalista que atravessa a materialidade da SD 39, na qual aparece a imagem de um boneco inflável em posição militar de continência, vestindo o uniforme do exército brasileiro, com uma faixa presidencial do Brasil em que aparece os dizeres: “Brasil acima de tudo”, dizeres estes que, futuramente, serão parte do *slogan* de campanha de Jair Bolsonaro (Brasil acima de tudo, Deus acima de todos), **e que atualiza uma memória do discurso que circulou na Alemanha nazista “Deutschland über alles” (Alemanha acima de tudo)**. Desse modo, a imagem de um militar com uma faixa presidencial produz um efeito de anseio de que um militar deve ocupar o cargo da presidência, e esse discurso ultranacionalista que atualiza o discurso fascista da comunidade em detrimento da humanidade produz um efeito de que, com um militar no poder, o país seria priorizado e valorizado, o que implica ainda que o país, nas mãos de civis, estaria sendo colocado em “segundo plano”, ou que os governantes civis privilegiam e beneficiam países estrangeiros em detrimento do seu próprio país.

Identificamos, também, um deslizamento de sentido sobre o golpe contra a democracia e contra Dilma Rousseff, discurso que circulou durante os manifestos contrários ao *impeachment*, de modo que a palavra “golpe”, no que se refere à democracia, sofre um deslizamento de sentido e passa a significar mentira, roubo e traição contra o povo brasileiro, o que implicaria dizer que o governo Dilma roubou, traiu e mentiu ao povo, e estaria, assim, atentando contra a democracia do país.

Quanto à família, vejamos a série X³⁶ abaixo:

Figura 8 - Série X - Família³⁷

36 Fonte das imagens: Mídia Ninja. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/midianinja/page1069>>

37 SD34 - “Como legalizar a morte se queremos a vida? Aborto não! Viva a vida”; SD35 - aborto? Não!; SD36 - “A vida começa na concepção. Sim à vida”; SD37 - “Brasil sem aborto”, “Brasil sem drogas”, “Aborte o aborto” e “Torcida a favor da vida”; SD38 - “Pelo Brasil, pelas famílias e pela liberdade SOS Forças armadas”; SD39 - “Família brasileira unida por um Brasil Melhor”.



SD 41 (Manifestação pró-impeachment – RJ – 13/03/2016)



SD 42 (Marcha da família com Deus – SP – 22/03/2014)



SD 43 (Vem pra rua – RJ – 04/12/2016)



SD 44 (Vem pra rua – RJ – 04/12/2016)



SD 45 (Marcha da família com Deus – RJ – 22/03/2014)



SD 46 (Marcha da família com Deus – SP – 22/03/2014)

Nos discursos que atravessam as SD's da série X, identificamos efeitos que defendem a intervenção militar em prol ou em defesa das famílias, produzindo, assim, um efeito-sentido de

que a instituição familiar estaria ameaçada pelo regime de governo democrático, e a intervenção militar seria responsável pela manutenção de tal instituição. Há, ainda, um discurso que condena o aborto e a descriminalização da prática, que é discursivizada como “legalização da morte”. Produz-se, aqui, um efeito de inversão dos valores da família, de modo que o aborto atenta contra a família tradicional. Conceder o direito ao aborto implicaria aceitar que a família, supostamente, passaria a utilizar o aborto como um método de planejamento familiar.

Nas três séries analisadas, é possível observar um movimento da memória que provoca uma agitação na rede de implícitos, de já ditos sobre família, Deus, pátria, comunismo, ditadura militar, corrupção, democracia. Identificamos, já nas manifestações que antecedem ao *impeachment*, um jogo de forças que busca desestabilizar as redes de memória no trabalho dos confrontos discursivos.

3.3 Efeitos-sentido do slogan “Deus, pátria e família” na admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff

De acordo com Luz (2018), os confrontos discursivos que circularam nas manifestações de 2013, 2015 e 2016, na mídia impressa e na virtual, continuaram na sessão de votação pela admissibilidade de abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, cuja admissibilidade, considerada por Luz (2018) como um acontecimento discursivo, foi permeada por confrontos de discursos favoráveis e contrários. Nos discursos favoráveis ao impedimento, Luz (2018) identificou uma regularidade de justificativa dos votos que divergiram do objeto da acusação contra Dilma, o crime de responsabilidade fiscal e prática das “pedaladas fiscais”, de modo que seus sentidos foram esvaziados e quase apagados. Dos votos pela abertura, contabilizados e categorizados por Luz (2018), destacamos os seguintes: Deus (16% dos votos) e família (30%). Da análise de tais categorias, identificou-se, entre outros, efeitos-sentido de fé cristã e de defesa da família tradicional conservadora. O discurso religioso que atravessou as formulações favoráveis à abertura do processo produziu um efeito-sentido de legitimação do voto, em que o funcionamento da posição-sujeito porta-voz do querer divino enunciava como mediador entre Deus e os homens, de modo que votar “sim” implicava obedecer/cumprir a uma “ordem divina”. Já nos votos justificados pela família, Luz (2018) apontou efeitos-sentido de ameaça à existência da família tradicional que precisava ser “protegida”.

Embora o item lexical “Pátria” não tenha sido mobilizado enquanto uma categoria de análise no trabalho de Luz (2018), revisitando os dados da pesquisa em questão, pudemos

identificar, nos gráficos que compõem o arquivo da pesquisa, o quantitativo de votos justificados pela pátria, em defesa da pátria, por amor à pátria, ao Brasil, ao país, o que corresponde a 179 do total de 367 votos favoráveis, ou seja 33%. Assim, temos, nos votos pela admissibilidade:

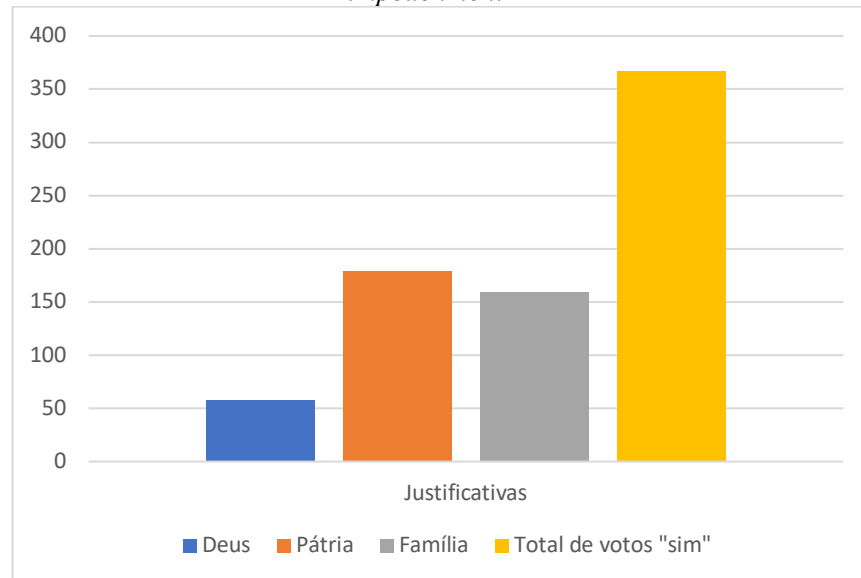
Tabela 5. Quantitativo de votos favoráveis ao *impeachment* justificados por “Deus, pátria e família”

MOTIVAÇÃO / JUSTIFICATIVA	QUANTIDADE DE VOTOS	TOTAL	%
DEUS	58	367	16%
PÁTRIA	179	367	33%
FAMÍLIA	159	367	30%

Fonte: Elaboração própria.

Tal quantitativo é ilustrado no gráfico abaixo e representa o percentual de votos favoráveis justificados por cada categoria:

Gráfico 1. Votos favoráveis ao *impeachment*



Fonte: Elaboração própria.

Como mostra o gráfico acima, os votos por “Deus, pátria e família” correspondem a um quantitativo significativo quando comparado ao número total de votos pela admissibilidade. Da análise dos discursos que atravessaram tais formulações, temos, nas formulações analisadas por Luz (2018), as séries XI e XII, por Deus e pela família, respectivamente. E as séries XIII, XIV e XV que tratam dos votos pela Pátria, como demonstramos adiante.

Nas análises desenvolvidas por Luz (2018), dos votos justificados por Deus é possível identificar o atravessamento do discurso religioso monoteísta judaico-cristão, cuja existência de um único Deus fundante de todo universo é irrefutável e este transcende a tudo. Assim, de acordo com Luz (2018), votar “sim” implicava fazer a vontade de Deus na terra, o que está nos princípios da fé cristã materializados na Bíblia. Entre as SD’s analisadas por Luz (2018), destacamos:

Série XI: Por Deus

SD47. Sr. Presidente, nunca foi tão atual a palavra bíblica que diz: **“E se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar a minha face e se converter dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua terra.”** [...], pelos meus irmãos brasileiros, [...], o meu voto é “sim”.³⁸

SD48. Presidente, [...], **em defesa** da vida, da família e **da fé**, voto “sim”.³⁹

SD49. **A palavra de Deus diz: “Quando um justo governa, o povo se alegra. Quando um ímpio domina, o povo sofre”.** [...], **pela Nação Quadrangular no Brasil, por um pai de 78 anos que me ensinou os princípios da palavra de Deus**, [...], eu voto “sim”, Sr. Presidente.⁴⁰

SD50. Sr. Presidente, [...] **e para nenhum governo se levantar contra a Nação de Israel**, [...], voto “sim”.⁴¹

Nas SD’s analisadas, Luz (2018) destacou o atravessamento do discurso religioso judaico-cristão que atualiza a memória dos princípios cristãos enunciados na Bíblia Sagrada. Na SD47, observamos um efeito-sentido do *impeachment* como uma redenção de Deus para com o seu povo; uma resposta a uma suposta necessidade do povo que pediu, clamou, se humilhou e foi então atendido pelo divino, que por sua vez, restaura, cura a terra, em misericórdia aos anseios do seu povo. Na SD48, há um discurso de defesa da fé cristã, o que mobiliza um não-dito de que a fé cristã estava sendo ameaça/perseguida pelo governo Dilma.

Na SD49, Luz (2018) destaca um discurso de que o país era governado por um “ímpio”, ou seja, um incrédulo de Cristo, razão pela qual se justifica o suposto “sofrimento” do povo. Nesta SD, identificou-se o atravessamento de um discurso religioso que, no encontro com a atualidade da justificativa do voto, produz um efeito-sentido de que, para que o povo viva alegre, é necessário que o país seja governado por um cristão. Na SD50, Luz (2018) afirma que o atravessamento do discurso religioso produz um efeito de que o governo do PT é contrário à “nação evangélica” e contra ela se levantou, ou seja, um efeito de ataque ao povo cristão por

38 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 120, p. 80.

39 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 123, p. 81.

40 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 130, p. 83.

41 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 132, p. 83.

parte do governo petista. Aqui, também é possível identificar a mobilização de uma memória da passagem bíblica que consta no velho testamento (Êxodo, 12), que conta a história da luta de Moisés para retirar o povo escolhido, ou seja, a Nação de Israel, do Egito. Convocado por Deus para libertar a Nação de Israel, Moisés liderou o povo, após consecutivas pragas que assolaram os egípcios como punição de Deus para que o rei libertasse o povo israelense da escravidão a que estavam subjugados. No livro de Gênesis (15:13-14), também no velho testamento, consta que já existia uma promessa do Deus soberano de julgar a nação que oprimisse e dominasse o seu povo.

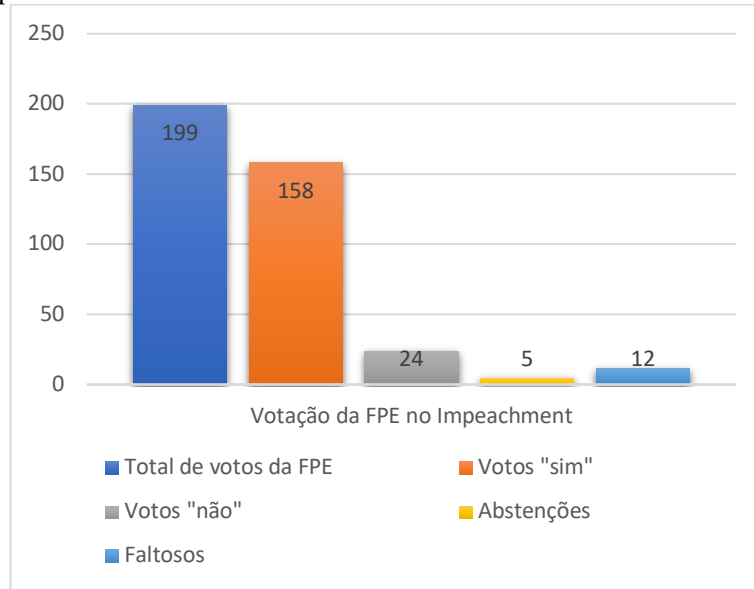
Desse modo, Luz (2018) defende que o voto pela admissibilidade, apresentou-se como um voto em conformidade com a vontade divina que deve ser obedecida pelo cristão. Nestes termos, no *corpus* analisado por Luz (2018), há uma convergência entre doutrinas políticas e teológica, ou, religião tradicional cristã, em que as decisões políticas estão diretamente relacionadas a um suposto querer divino, de modo que as ações da vida pública do sujeito político são definidas e pautadas segundo a vontade do Deus cristão, vontade essa da qual tais sujeitos seriam porta-vozes.

Os sentidos de “Deus” mobilizados durante a sessão de votação remetem ao Deus da fé cristã, que o reconhece como único Deus existente e que está acima de tudo e a tudo transcende, apontam para um Deus que ouve, perdoa, cura, protege e defende o seu povo contra as ameaças representadas por ímpios, ou seja, aqueles que não reconhecem sua autoridade e não se submetem aos seus princípios/mandamentos. Assim, na defesa do povo escolhido, julga, condena e pune seus supostos inimigos. A memória atualizada, aqui, é a do Deus cristão do antigo testamento, um Deus punitivo e violento, que, em nome da defesa do seu povo e para ser temido e demonstrar sua força, comete extermínios, agressões e violência contra os ímpios, ou seja, aqueles que não creem e que pecam ao não seguirem as leis divinas. Identificamos, assim, uma relação parafrástica entre os efeitos-sentido que circularam nos regimes fascistas de sacralização da violência e criação de um inimigo que deve ser combatido, que, no caso do *impeachment*, trata-se do governo petista, que é convocado a ocupar a posição-sujeito de inimigo da “nação evangélica”, ou dos cristãos e que ameaça a existência destes.

O trabalho desenvolvido por Campelo (2018), que, assim como Luz (2018), também trata da Sessão da admissibilidade do *impeachment*, mostrou que a Frente Parlamentar Evangélica – FPE constituída na Câmara dos Deputados, liderada por seu presidente, deputado João Campos, declarou que votaria “SIM” pelo *impeachment*. Entretanto, de acordo com os resultados apresentados, dos 199 deputados que compõem a FPE, 158 votaram “sim”, 24

votaram “não”, 5 se abstiveram e 12 estavam de licença, afastados e/ou faltaram. A partir dos dados apresentados por Campelo, produzimos o gráfico que segue, para melhor visualização:

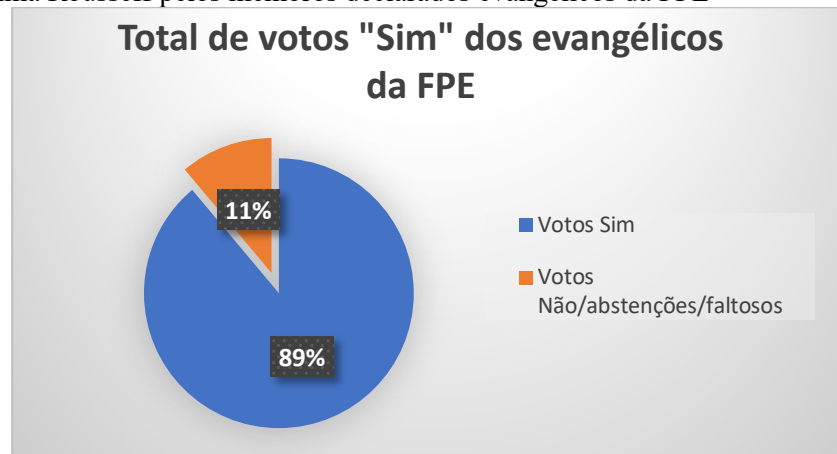
Gráfico 2. Votação da FPE na sessão de votação pela admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados



Fonte: Elaboração própria.

Além dos votos da FPE, Campelo (2018) também verificou os votos pelo *impeachment* dos membros da Frente que se declaram evangélicos, dados que compilamos no gráfico que segue:

Gráfico 3. Total de votos “SIM” pela abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff pelos membros declarados evangélicos da FPE



Fonte: Elaboração própria.

A partir da análise dos dados, Campelo (2018) identificou que não houve unidade entre os votos da FPE na votação pela admissibilidade, unidade essa, destaca, que não é frequente em relação à Frente, e que funcionou em votações específicas sobre determinados temas como na apreciação do projeto de lei sobre biossegurança e no Projeto de Lei nº 478/2007, que trata do Estatuto do Nascituro. Campelo (2018) ressalta, por fim, que a participação dos membros da FPE para a votação pela admissibilidade foi decisiva no resultado da votação, visto que representou 43% do total de votos pela admissibilidade, embora não seja possível afirmar que tal votação tenha seguido a orientação da Frente ou dos respectivos partidos dos seus membros.

Nos votos “pela pátria”, destacamos as SD’s a seguir:

Série XII – Pela pátria

SD51. Gente de bom coração, **pelo amor ao Brasil, pelo amor a esta bandeira**, pelo amor à vida, [...], eu voto sim.

SD52. Sr. Presidente, [...], **certo de que estou cumprindo com o meu dever cívico, patriótico**, voto “sim” ao impedimento da Presidente da República.

SD53. Sr. Presidente, com toda a minha convicção, [...] e **para que o maior símbolo do Brasil volte a ser a bandeira verde-amarela**, eu voto “sim

SD54. [...], **na esperança de que o próximo Presidente governe para o Brasil e não para o seu partido**, [...], **pelo Brasil verde e amarelo**, eu voto “sim”.⁴²

SD55. **Pátria amada, Pátria amada**, seu filho Delegado Waldir **não foge à luta**. [...], **pelo meu País**, [...] e pelas pessoas de bem, o meu voto é “sim”.
Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT

42 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 26, p. 54.

SD56. [...], em um momento este País escolheu a bandeira vermelha, mas viu que errou e quer novamente o verde-amarelo, a ordem e o progresso. Esse povo que está aí fora não veio da Venezuela, não veio da Coreia do Norte. [...], por um Brasil mais forte, um Brasil independente, um Brasil sem corrupção.⁴³

SD57. [...]. Neste momento histórico, nós somos o povo brasileiro, **nós somos a Pátria. Pelo Brasil**, pelo meu amado Estado de Sergipe, [...], eu voto “sim”, Sr. Presidente, pelo *impeachment*.⁴⁴

Nos votos que compõem a série acima, identificamos o funcionamento de uma posição sujeito patriota, que enaltece o amor à pátria, o dever cívico, seus símbolos e justifica o voto como um ato patriótico. As SD's 53, 54 e 56 produzem um sentido de que a saída do PT do poder significará o retorno à pátria como centro do governo, que, até então, estaria sendo o partido do PT e o regime comunista, visto que a bandeira vermelha aliada aos países (Venezuela e Coreia do Norte) atualiza a memória do comunismo. A SD56 produz um sentido de arrependimento entre os eleitores que votaram em Dilma. Na SD 57, o efeito-sentido produzido é o de que os deputados que votam favoravelmente ao *impeachment*, naquele momento, simbolizam/personificam a pátria, o que separa e exclui aqueles que votam contrariamente. Ao justificar a virtude do patriotismo aos votos pela admissibilidade, é produzido um efeito-sentido de identidade nacional, de amor pelos seus compatriotas, que são unos e indivisos, silenciando, assim, as vozes do contraditório e da pluralidade democrática.

Série XIII – Pela união do país

SD58. Senhores, **cabe a nós a tarefa de unirmos este País.** [...] Meu voto é “sim”.

SD59. Sr. Presidente, [...], **convicto ainda mais da necessidade de uma união nacional depois deste processo**, para que o Brasil retome o seu crescimento e o seu desenvolvimento, eu voto “sim”!

SD60. Sr. Presidente, **pela reconstrução da unidade de uma Nação que tentaram dividir**, [...].⁴⁵

SD61. Respeitando o sentimento de cada brasileiro, [...], pelo Brasil e **para derrubar esse muro**, eu voto “sim”.

SD62. Sr. Presidente, [...], **esperamos que amanhã possamos estar todos unidos em favor do Brasil.** [...] O PRB segue junto e unido. [...].

SD63. [...] **Pela nossa Pátria unida, não a do Brasil de nós e eles, porque o Brasil é um só – ninguém vai nos dividir** —, em nome [...] da nossa Pátria, eu voto “sim”, pelo Brasil.⁴⁶

43 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 94, p. 74.

44 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 86, p. 70-71.

45 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 155, p. 80.

46 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 114, p. 80.

De acordo com as análises de Luz (2018), na série acima, tem-se o efeito-sentido de que o país se unirá a partir da abertura do processo de *impeachment*, o que significa que a divisão do Brasil foi produzida pelo PT. Luz (2018) identificou, ainda, a atualização da memória do discurso do ex-presidente Lula, que se refere aos adversários políticos como “eles”, e aos aliados políticos como “nós”. Luz (2018) destaca que os votos pela união da pátria produzem um efeito de reconciliação nacional, uma vez que a saída do PT implicaria numa restauração da união perdida do país. Observamos, também, o irromper de uma memória sobre um suposto passado de união nacional, em que o país se mantinha unido, sem divisões.

Verificamos nesta série um efeito de paráfrase do discurso que atravessa o termo “pátria” do *slogan* fascista, com sentidos de pátria como unificadora do homem, que padroniza seus pensamentos, ações e formas de expressão. Os adversários políticos são compreendidos como inimigos, causadores da destruição de uma suposta unidade. Do mesmo modo que todos os diversos partidos políticos que compõem os votos pela admissibilidade são compreendidos como um só, homogêneos e sem divisões. Tais sentidos silenciam tanto os votos dos contrários ao *impeachment* quanto a voz das ruas que pediam “Não ao golpe”, de modo a produzir um efeito de que toda a pátria, unida, desejava o afastamento da presidente e que tal união precisa ser restaurada.

Série XIV – Em defesa da pátria contra a “ameaça esquerdista”

SD64. Contra a ladroeira, contra a imposição desse partido de esquerda, que quer transformar este Brasil numa ditadura de esquerda, o meu voto é “sim”. [...] pelo meu Brasil, pela minha família, voto “sim”.⁴⁷

SD65. [...] Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve... Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S.Paulo, [...], por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é “sim”.⁴⁸

SD66. [...], contra um partido que aparelhou o nosso País, que se utiliza da política externa nacional para financiar ditaduras bolivarianas sanguinárias com recursos do País, contra aqueles que se utilizam da educação para doutrinar e assediar as nossas crianças, por melhores dias para o nosso País, livre dessa quadrilha que se entranhou em nosso seio, com todo o coração voto “sim”. Fora, Dilma!⁴⁹

SD67. Presidente, pelo resgate da esperança do povo brasileiro, pela reconstrução do nosso País, mas, sobretudo, em defesa da vida, da família e da fé, voto “sim”.⁵⁰

47 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 49, p. 60.

48 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 157, p. 87.

49 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 57, p. 64.

50 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 123, p. 81.

SD68. Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! **Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes**, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é “sim”.⁵¹

SD69. Sr. Presidente, [...], em nome do Brasil, [...], o meu voto é “sim”. **Já dizia Olavo de Carvalho, na década de 90, que o PT daria no Brasil PT – Perda Total.**⁵²

SD70. **Pelos valores da família; pelos homens livres e de bons costumes;** [...] Meu voto é “sim”, a favor do Brasil!

De acordo com Paxton (2007), o fascismo necessita de um inimigo demonizado para mobilizar seus seguidores numa guerra constante, e cada cultura, cada país, produz seu próprio inimigo nacional. No caso do Brasil, o sentimento de antipetismo foi crescendo de modo que o PT foi ocupando o lugar do “inimigo” da nação. Já nas eleições presidenciais de 2014, como nos mostra o trabalho de Brito (2016), o PT foi alvo de ataques e uma forte disputa se instaurou no meio digital, na plataforma *Facebook* entre as posições-sujeito de eleitor petista e antipetista na eleição mais acirrada da história do país.

Na série acima, o PT é discursivizado como uma quadrilha que aparelhou o país e financiou ditadura bolivarianas sanguinárias. Desse modo, votar a favor do *impeachment* implicaria, por um lado, “combater a corrupção”, o “comunismo”, a “ditadura de esquerda”, a “doutrinação e o assédio das crianças”, ou seja, combater “o inimigo interno que ameaça a existência do grupo”, que, portanto, é vitimizado pela ameaça petista e, por isso, precisa ser “defendido”. Por outro lado, votar “sim” significa defender o país contra tal “inimigo”. Defender a “vida”, a “família”, a “inocência das crianças”, a “fé”, a “justiça”, a “moral”, os “bons costumes”, a “liberdade”. Simbolicamente, tais atos de combate e defesa atualizam uma memória de estado de guerra, em que a nação, que foi vítima de um “ataque do inimigo”, precisar reagir, “combatendo-o” e “defendendo” a nação, para não sucumbir a ele.

O “inimigo” é caracterizado então como alguém que ameaça a vida do povo da nação, ameaça a existência da “família de bem”, corrompe a inocência das crianças, ameaça a existência da fé cristã, perverte a moral e os bons costumes, cerceia a liberdade e que não se submete às leis. Com a configuração discursiva de um inimigo dessa natureza, combatê-lo, destruí-lo passa a ser um ato nobre, aceito. Como elenca Paxton (2007), uma das paixões mobilizadoras do fascismo é “a crença de que o próprio grupo é vítima, sentimento esse que justifica qualquer ação, sem limites jurídicos ou morais, contra seus inimigos, tanto internos quanto externos” (PAXTON, 2007, p. 360). Desse modo, a política fascista não reconhece o

51 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 155, p. 87.

52 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 39, p. 60.

espaço político dos seus oponentes, deslegitimando-os. No caso do *impeachment*, defender a vida, a família, os bons costumes etc., causas dignas de serem defendidas de uma suposta ameaça, produz um efeito de legitimação do voto favorável, que visa, assim, uma restauração moral do país ao destruir a ameaça inimiga.

Por fim, nos votos pela família categorizados por Luz (2018), destacamos:

Série XII – Pela família

SD71. Sr. Presidente, [...], **junto com a minha esposa, formamos uma família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que criança troque de sexo e aprenda sexo nas escolas, com 6 anos de idade**, [...] eu voto “sim”.⁵³

SD72. [...] e **por todas as famílias de bem do Brasil**, meu voto é “sim”.⁵⁴

SD73. Pelos valores da família; [...]. Vai haver *Impeachment!* Meu voto é “sim”, a favor do Brasil!⁵⁵

SD74. Pelo povo de Deus, **em defesa da família, tão atacada por este Governo**, [...], o meu voto é “sim”.⁵⁶

SD75. Sr. Presidente, pelo Rio de Janeiro, **contra este Governo, que sempre tentou destruir a família**. [...].⁵⁷

SD76. [...]. Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. **Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve...** [...].⁵⁸

Dentre os votos dedicados à família, Luz (2018) identificou o funcionamento de uma posição sujeito antipetista que produz sentidos sobre o PT atacar e tentar destruir a “família de bem” e seus valores, com atos como corromper a “inocência” das crianças, com supostas propostas de que estas troquem de sexo e aprendam sexo nas escolas aos 6 anos de idade. Tal acusação, que podemos configurar como uma teoria da conspiração, visto que tais ações não são verdadeiras, foi também um método muito utilizado pela política fascista.

Stanley (2020), ao alertar sobre características do fascismo, destaca a “irrealidade”, que é quando a propaganda política consegue distorcer ideais fazendo com que se voltem contra si mesmos, de modo a substituir o debate fundamentado por medo e raiva, colocando a própria realidade em dúvida. Ainda conforme Stanley (2020), “mentiras óbvias e repetidas fazem parte do processo pelo qual a política fascista destrói o espaço da informação” (STANLEY, 2020, p. 67). O método das teorias conspiratórias funciona para deslegitimar seus alvos, vinculando-os, inclusive, simbolicamente, a atos graves. Tais teorias estão sempre a serviço de algum grupo

53 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 145, p. 86.

54 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 146, p. 86.

55 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 147, p. 86.

56 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 152, p. 87.

57 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 153, p. 87.

58 Luz (2018), neste trabalho numerado como SD 157, p. 87.

em detrimento de outro e nos votos pela família, o objetivo dessa conspiração foi o de vincular o PT a atos de extrema depravação.

3.4 Efeitos-sentido do *slogan* “Deus, pátria e família” nas eleições presidenciais de 2018

De acordo com Pêcheux ([1983] 2015a), uma circulação-confronto de formulações prossegue depois do acontecimento, é deslocada, repetida ou retomada e se coloca no jogo parafrástico e polissêmico. A partir do acontecimento discursivo da admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, todo o trabalho de formulações, agora marcado por essa novidade do dia 17 de abril, continuou e deu forma e figura ao acontecimento discursivo da chegada de Jair Bolsonaro ao poder, após as eleições de 2018, conforme Oliveira (2021).

Durante a sessão de admissibilidade, o voto do então deputado Jair Bolsonaro, como afirmam Luz e Fonseca-Silva (2021), gerou também uma grande polêmica e dividiu opiniões na circulação-confronto que prosseguiu ao acontecimento do *impeachment* nas redes sociais digitais. No audiovisual publicado na rede *YouTube* com a transcrição do voto de Jair Bolsonaro, as materialidades discursivas que compunham os comentários dos internautas acerca do voto de Jair Bolsonaro mostraram um confronto de formulações que, por um lado, acusavam o sujeito político de ser machista, misógino, homofóbico, preconceituoso, lunático e ditador/torturador e, por outro lado, defendiam-no e negavam tais acusações, justificando a fala do então deputado e acusando a mídia de manipular e distorcer seu discurso e até cogitavam sua eleição para presidente. A partir da análise de Luz e Fonseca-Silva (2021), foi possível considerar que o discurso que atravessou o voto de Jair Bolsonaro na tribuna, durante a sessão pela admissibilidade do *impeachment*, deu uma grande visibilidade ao parlamentar, e foi o marco de uma forte catalisação de adeptos, atraindo e aproximando futuros eleitores.

Jair Messias Bolsonaro (PSL) ingressou na política como vereador pela cidade do Rio de Janeiro em 1988, após ter servido ao exército por 15 anos⁵⁹. Em 1990, elegeu-se para a

59 Em 1987 o então capitão do exército, Jair Bolsonaro, foi acusado por cinco irregularidades e respondeu a uma espécie de inquérito a um Conselho de Justificação formado por três coronéis. O processo continha dois objetos: um artigo escrito em 1986 para a revista “Veja” pedindo aumento de salário para a tropa, sem consultar seus superiores, e, meses depois, a afirmação de que, juntamente com outro oficial, ele teria elaborado um plano para explodir bombas-relógio em unidades militares do Rio de Janeiro. Bolsonaro foi preso por 15 dias por “ter ferido a ética, gerando clima de inquietação na organização militar” e “por ter sido indiscreto na abordagem de assuntos de caráter oficial, comprometendo a disciplina”. Os coronéis decidiram pela condenação de Bolsonaro. Entretanto, em junho do mesmo ano, o Supremo Tribunal Militar – STM, decidiu, por 8 votos a 4, declarar Bolsonaro “não culpado” das acusações, uma vez que duas perícias confirmaram e outras duas foram inconclusas a respeito da elaboração do plano de explodir bombas nos quartéis, o que configurou “na dúvida a favor do réu”, e quanto ao texto enviado à “Veja”, o STM decidiu que Bolsonaro assumiu total responsabilidade por seu ato e foi punido por 15 dias de prisão. Em dezembro de 1988, Bolsonaro foi então excluído do serviço ativo do Exército, passando a

Câmara dos Deputados Federal, onde atuou durante 07 mandatos. Enquanto parlamentar, sempre manteve um discurso de defesa dos militares. Ao longo dos sete mandatos, Bolsonaro apresentou 172 projetos de lei, dos quais dois projetos foram aprovados. Em quase 30 anos de vida política, passou por diversos partidos, PDC, PPR, PPB, PFL, PTB, PP, PSC⁶⁰ e PL.

Nas prévias da eleição presidencial de 2018, uma pesquisa⁶¹ divulgada em agosto apontava Lula (PT) liderando as intenções de votos, e, logo atrás dele, o então deputado federal Jair Bolsonaro (PSL), seguido de Marina Silva (REDE), Geraldo Alckmin (PSDB) e Ciro Gomes (PDT), respectivamente. Tal cenário se mostrava intrigante, visto que Bolsonaro já liderava entre os demais candidatos veteranos na disputa, apesar de advindo de um partido pequeno e com pouca representatividade política, o Partido Social Liberal (PSL), além de só ter se projetado para a disputa em 2014.

Em 2018, Jair Bolsonaro (PSL) lançou sua candidatura no pleito presidencial, formando a chapa com o General Hamilton Mourão (PRTB) e sua plataforma eleitoral foi, primordialmente, organizada por meio das redes sociais da internet. Com uma campanha pautada na defesa de propostas ligadas à extrema-direita, e o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”⁶², o mesmo utilizado na Câmara dos Deputados ao proclamar seu voto pela admissibilidade do *impeachment*, Bolsonaro se apresentou como um candidato sem ligações partidárias e que teria como base ideológica a tríade religião, nação e família, novamente, de acordo às categorias analisadas por Luz (2018) quando da votação pela admissibilidade, quais sejam *Deus* (religião) e *Família*. Assim como fez e ganhou visibilidade na sessão de admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, firmou-se, então, como um candidato contrário às pautas de esquerda, defensor de uma política econômica liberal, pró-armamento, defensor da ditadura militar e contrário, principalmente, às causas das minorias apoiadas pela esquerda, como os LGBTQIA+, negros e indígenas. Mas, principalmente, Bolsonaro surgiu como aquele que conseguiria extirpar o inimigo PT do Brasil.

No ano das eleições presidenciais, intensificaram-se os confrontos discursivos no campo político, pautados por operações policiais e prisões de políticos, ao que destacamos a prisão do

integrar a Reserva Remunerada. Fonte: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1884033-bolsonaro-admitiu-atos-de-indisciplina-e-deslealdade-no-exercito.shtml>>

60 Partido considerado de pequeno porte antes das eleições de 2018, mas que assumiu o posto de partido que recebeu o maior número de votos nessa última eleição, garantindo a segunda maior bancada da Câmara de Deputados, atrás apenas do PT. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/11/psl-e-o-partido-que-ganhou-maior-numero-de-votos-na-eleicao-para-a-camara-mdb-e-o-que-mais-perdeu.ghtml>. Acesso em 25/02/2019.

61 <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml> <Acesso em 22/02/2019>.

62 <https://www.bolsonaro.com.br/> <Acesso em 25/02/2019>

potencial pré-candidato às eleições pelo PT, Luís Inácio Lula da Silva, que já despontava em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais, em 07 de abril⁶³; o assassinato da vereadora da cidade do Rio de Janeiro, Marielle Franco; a crise migratória ligada à chegada contínua de venezuelanos ao Brasil⁶⁴; greve dos caminhoneiros⁶⁵ etc. Após a prisão de Lula e o impedimento⁶⁶, pelo TSE, de que ele concorresse como candidato do PT, Bolsonaro passou a liderar as pesquisas de intenção de votos⁶⁷ na corrida eleitoral, com a possibilidade de ser eleito ainda em primeiro turno.

A disputa eleitoral, em 2018, foi permeada por polêmicas e violência. Ainda no período de campanha do primeiro turno, o candidato do PSL foi ferido com uma arma branca durante uma passeata de campanha. Devido ao incidente, o candidato deixou de cumprir diversos compromissos durante as eleições. Entretanto, mesmo sem realizar todas as atividades de campanha previstas, o resultado das eleições, já no primeiro turno, colocou Bolsonaro (PSL) com 46,03%⁶⁸ dos votos válidos contra o segundo colocado, o candidato do PT, Fernando Haddad, que, por sua vez, obteve 29,28%. No segundo turno, Bolsonaro se elegeu com 57,8 milhões de votos. Apesar de filiado a um partido pequeno (PSL) e da falta de alianças com grandes legendas, o candidato, com um discurso conservador, se afirmando contrário à corrupção, ao PT e ao próprio sistema político, elegeu-se Presidente da República.

No que tange às eleições de 2018, de acordo com Oliveira (2021), tratou-se de um acontecimento discursivo, conforme postula Pêcheux (2015a), por entrecruzar memória e atualidade. Devido à reforma política que foi aprovada em outubro de 2017, as eleições de 2018 sofreram mudanças que, de acordo com Oliveira (2021), culminaram no uso massivo das redes sociais como principais ferramentas de campanha, tendo destaque a rede de troca de mensagens *WhatsApp*.

De acordo com um estudo desenvolvido pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital – INCT.DD em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Universidade Federal Fluminense - UFF, os pesquisadores identificaram um “fenômeno da propagação de grande alcance com uma dinâmica de funcionamento interno e

63 <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/lula-se-entrega-a-pf-para-cumprir-pena-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.ghtml>> <Acesso em 25/02/2019>

64 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-12/retrospectiva-relembre-fatos-que-movimentaram-o-brasil-em-2018> <Acesso em 25/02/2019>

65 <https://www.politize.com.br/retrospectiva-2018-relembre-o-ultimo-ano/> <Acesso em 25/02/2019>

66 <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/31/maioria-dos-ministros-do-tse-vota-pela-rejeicao-da-candidatura-de-lula.ghtml>. Acesso em 06/07/2020.

67 <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-lidera-ibope-com-22-ciro-chega-a-12-e-empata-com-marina/>. Acesso em 06/07/2020.

68 <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/cobertura-votacao-apuracao-primeiro-turno> <Acessado em 22/02/2019>

atores bem definidos – quem posta, quem organiza e quem consome os conteúdos que foram produzidos para as eleições 2018”.⁶⁹ Segundo os pesquisadores, que monitoraram cerca de 90 grupos de *WhatsApp* relativos à política⁷⁰, a campanha eleitoral de 2018 contou com uma produção profissional de conteúdos, *Fake News*⁷¹, uso de *bots* e disparos em massa, um problema que a Justiça Eleitoral não conseguiu conter suficientemente à época, visto que se trata de uma plataforma fechada, cujo anonimato é preservado e conta com criptografia de ponta a ponta.

Em outubro do mesmo ano, uma reportagem da *Folha de São Paulo*⁷² denunciou a compra de pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT no *WhatsApp* por parte de empresários com contratos que chegavam a 12 milhões de reais, prática ilegal por se tratar de doação de campanha. No ano seguinte, a plataforma *WhatsApp* admitiu⁷³ que houve o uso ilegal de envio de mensagens em alta escala na campanha eleitoral, com sistemas automatizados contratados por empresas.

Um outro grupo de pesquisadores que também monitorou mensagens em grupos de política no *WhatsApp* em 2018 foi o grupo formado por pesquisadores do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, que desenvolveu um sistema conhecido como “Monitor de *WhatsApp*”⁷⁴. O uso do sistema fechado foi autorizado para a coleta de *corpus* desta pesquisa pelo coordenador do grupo, que nos concedeu *login* e senha para acesso. O sistema comporta o conteúdo mais compartilhado de imagens, vídeos, áudio, mensagens e *URL*’s em mais de 300 grupos públicos do *WhatsApp*, que apoiavam os candidatos Jair Bolsonaro (PL) e Fernando Haddad (PT), e foram monitorados diariamente. Esses grupos são abertos, acessíveis por meio de links de convite publicados em sites, bem

69 https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/doi-estudos-in-%C3%A9ditos-sobre-papel-do-whatsapp-nas-elei-%C3%A7%C3%B5es-2018-apresentados-na-facom

70 <https://apublica.org/2018/10/grupos-pro-bolsonaro-no-whatsapp-orquestram-fake-news-e-ataques-pessoais-na-internet-diz-pesquisa/>

71 Chamamos *fake News* as notícias falsas que circulam, neste trabalho em específico, no campo da política e que, conforme Indursky (2019), à luz da AD, a compreende como “um processo de torção discursiva realizado sob o efeito de uma identificação ideológica” (INDURSKY, 2019 *apud* MARIANI E SILVA, 2019). Segundo a autora a torção acontece quando determinado acontecimento é narrado pela mídia de modo a projetar um efeito de verdade ao que, de fato, é uma falsificação do ocorrido. É uma prática discursiva que passou a ter um peso muito grande no discurso político e no fazer político em nossos dias, em função das novas tecnologias da informação.

72 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>

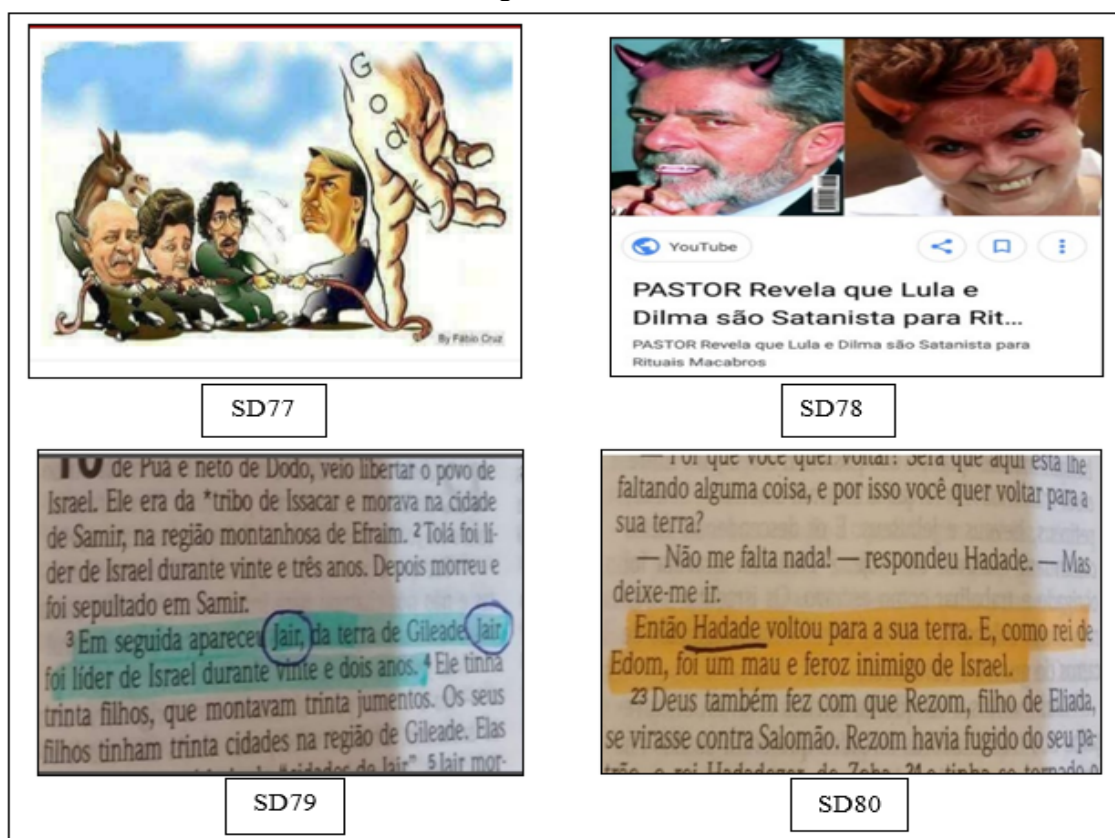
73 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/whatsapp-admite-envio-massivo-ilegal-de-mensagens-nas-eleicoes-de-2018.shtml>

74 Sobre o desenvolvimento do sistema —Monitor de Whatsapp: <https://research.ibm.com/publications/analyzing-textual-misinformation-shared-in-whatsapp-groups> e <https://homepages.dcc.ufmg.br/~fabricio/download/icwsm2019-whatsapp.pdf#:~:text=The%20purpose%20of%20the%20WhatsApp%20Monitor%20is%20to,on%20 the%20 information%20shared%20on%20those%20groups.%20http%3A%2F%2Fnyti.ms%2F2L3>

como em várias redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*. Dessa forma, esse sistema visualiza quais imagens, memes e notícias eram mais frequentes nos chats dos brasileiros no ano de 2018.

A partir da análise dos dados coletados no sistema em questão, durante todo o período de 2018, também identificamos o funcionamento dos sentidos do *slogan* “Deus, pátria e família”, como veremos a seguir:

Figura 9 - Série XIII – Deus⁷⁵



Na análise dessa série, podemos identificar o funcionamento de uma posição-sujeito fundamentalista religioso que produz um discurso religioso judaico-cristão, o qual atravessa o campo político. Um confronto discursivo que aproxima o sujeito político Jair Bolsonaro ao Deus cristão, como ajudado por Deus, e como líder estabelecido pela ordem divina e, por outro lado, os sujeitos políticos, Dilma e Lula supostamente ligados ao inimigo bíblico de Deus, satanás. Identificamos, ainda, acerca dos candidatos à presidência Jair Bolsonaro e Fernando

⁷⁵ SD74 - Charge cabo de guerra (de um lado Jair Bolsonaro sustentado pelo dedo de Deus e de outro Lula, Dilma, Jean Willis e um animal- Burro). SD75 – Pastor revela que Lula e Dilma são satanistas para rituais macabros. SD76 – Juízes 10:3. “Em seguida apareceu Jair, da terra de Gileade. Jair foi líder de Israel durante vinte e dois anos. SD77 – I Reis 11: 22-23. “Então Hadade voltou para a sua terra. E, como rei de Edom, foi um mau e feroz inimigo de Israel.”

Haddad, imagens de versículos da Bíblia que aparecem grifados nas cores azul e amarelo, o que produzem um efeito de legitimidade do discurso ali atravessado. Na SD 79, cujo versículo se encontra no livro de Juízes 10:3, um personagem, de nome Jair, teria governado Israel por 22 anos, e, na SD80, a imagem do livro I Reis 11:22-23, em que um de Edom, cujo nome era Haddade, teria sido um mau e feroz inimigo de Israel. Tais trechos bíblicos, que visam associar os personagens aos candidatos à eleição, produzem um efeito de profecia bíblica, de modo que o candidato vencedor teria seu governo determinado pelo que aparece nos versículos em questão. Jair Bolsonaro sendo um governante de Israel, que governa para o povo eleito de Deus, e Haddad como um inimigo feroz do povo eleito.

Figura 10 - Série XVII⁷⁶

76 SD81 – PT apoia - Blasfêmia gay. Homem vestido de papa com cálice de preservativo como hóstia; SD83 – Jesus ama as vadias; SD84 – Militantes da Juventude Socialista/Comunista debochando, cuspiendo na pintura de Jesus na manifestação em Brasília. Por que o ódio? Se para os comunistas Deus não existe, por que cuspir nele? SD85 – Espero que essa imagem ajude você entender de uma vez por todas que tipo de guerra estamos travando.



SD81



SD82



SD83



SD84

Espero que essa imagem ajude você entender de uma vez por todas que tipo de guerra estamos travando:



SD85

MILITANTES da Juventude Socialista/ Comunista, Debochando, Cuspindo na Pintura de *J.E.S.U.S* na Manifestação em Brasília, Porque o ÓDIO?..{?}. Se para os Comunistas, *D.E.U.S* Não existe 🙄, porque Cuspir Nele?



SD86

A série de SD's acima produz um efeito-sentido de deslegitimação do candidato do PT, posto que tenta associar o PT a atos graves de blasfêmia, desrespeito à fé cristã, depravação extrema, com imagens que afrontam a crença cristã, zombam do Deus cristão e cultuam o inimigo de Deus, satanás. Identificamos, ainda, na SD83, um efeito de memória sobre a guerra

santa, guerra discursivizada na Bíblia⁷⁷ contra principados e potestades espirituais, em que o adversário político representa o “inimigo” de Deus que precisa ser combatido. Tal rede discursiva produz efeitos-sentido de medo e raiva contra o adversário político do PT, uma vez que este supostamente atenta contra a fé e a moral cristãs.

Por fim, identificamos, na SD87 abaixo, o funcionamento da posição-sujeito capitalista neoliberal, que produz um discurso de desqualificação do socialismo político, comparando-o ao socialismo de Jesus.

Figura 11 - SD87



A SD em análise afasta o socialismo político do socialismo cristão, uma vez que associa o socialismo político a uma prática de usurpação de bens, de modo que o Estado supostamente usurpa o bem que pertence a outrem, para então dividir entre os seus, produzindo, assim, um efeito de deslegitimação do ato de compartilhar, visto que a origem do bem foi “roubada” de alguém que detinha sua propriedade.

Sobre os sentidos de “pátria” que circularam durante o ano de 2018, temos as séries a seguir:

Figura 12 - Série XVIII⁷⁸- pátria

77 Efésios 6: 11-13. 11Revesti-vos de toda a armadura de Deus, para poderdes ficar firmes contra as ciladas do Diabo; 12Porquanto, nossa luta não é contra seres humanos, e sim contra principados e potestades, contra os dominadores deste sistema mundial em trevas, contra as forças espirituais do mal nas regiões celestiais. 13Por esse motivo, vesti toda a armadura de Deus, a fim de que possais resistir firmemente no dia mau e, havendo batalhado até o final, permaneceris inabaláveis, sem retroceder.

78 SD88 - Nossa bandeira JAMAIS será vermelha! Essa vitória é sua, Brasil! SD89 - Ou Jair ou já era; SD90 - Qual bandeira você defende? Brasil (trabalho, liberdade econômica, liberdade de expressão, força de vontade, honestidade, leis, Israel, vida) x socialistas (miséria, imposto e burocracia, censura, politicamente 'correto', esmolas

NOSSA BANDEIRA
JAMAIS
SERÁ VERMELHA!

ESSA VITÓRIA É SUA,
BRASIL!

SD88

OU JAIR

OU JÁ ERA

SD89

QUAL BANDEIRA VOCÊ DEFENDE?

SOCIALISTAS
QUAL É A DIFERENÇA?

TRABALHO
LIBERDADE ECONÔMICA
LIBERDADE
LIBERDADE DE EXPRESSÃO
FORÇA DE VONTADE
HONESTIDADE
LEIS
ISRAEL
VIDA

MISÉRIA
IMPOSTOS E BUROCRACIA
CENSURA
POLITICAMENTE "CORRETO"
ESMOLAS ESTATAIS
MENTIRA
CORRUPÇÃO
TERRORISTAS DO HAMAS
MORTE

#SOCIALISMO é MORTE

SD90

OS IGNORANTES
DEFENDEM CORRUPOTOS
E PARTIDOS POLÍTICOS

OS SÁBIOS
DEFENDEM A NAÇÃO

SD91

Tá quase...
Agora, todo mundo...
Vamo com força...

SD92

COMO DEFENDER UMA ÚNICA IDEOLOGIA
DE MANEIRAS DIFERENTES SEM PERDER A HEGEMONIA

GRAMSCISMO

Divida as pautas, crie uma falsa oposição, proponha debates ideológicos fechados, espalhe as ideias, recrute e treine ativistas, minta sobre estatísticas, ocupe a mídia, escolas e universidades.

CONSERVADORES

SD93

A relação interparafrástica que atravessa todas as SD's acima é a de um discurso patriótico que afirma o amor ao país e se mostra contrário ao PT. Há, ainda, um discurso de escolha entre a bandeira brasileira, símbolo da pátria, ou a bandeira "vermelha", que representa

estatais, mentira, corrupção, terroristas do Hamas, morte) #Socialismoémorte; SD91 - Os ignorantes defendem corruptos e partidos políticos. Os sábios defendem a nação; SD92 - Tá quase...Agora, todo mundo...Vamo com força...; SD93 - Como defender uma única ideologia de maneiras diferentes sem perder a hegemonia: Gramscismo - Divida as pautas, crie uma falsa oposição, proponha debates ideológicos fechados, espalhe as ideias, recrute e treine ativistas, minta sobre estatísticas, ocupe a mídia, escolas e universidades.

o PT ou o comunismo, de modo que votar no candidato Jair Bolsonaro seria votar a favor do país, defender a bandeira brasileira. Na série em análise, o país precisa ser defendido contra o comunismo, o que produz um efeito-sentido de uma suposta ameaça comunista no Brasil, que destruiria o país. Defender o comunismo seria em detrimento da pátria, de modo que se o comunismo fosse implantado no país, este seria destruído enquanto nação.

Na SD91, há um discurso de que não se deve defender partidos políticos, como se defender partidos estivesse na contramão da defesa da nação. O candidato Jair Bolsonaro, durante as eleições de 2018, fez um uso massivo dos símbolos e cores nacionais, de modo que a bandeira do seu partido político não fora utilizada, mas sim a bandeira do Brasil. Neste caso, defender a nação seria votar em Bolsonaro.

Identificamos ainda um discurso de defesa da continuidade de um “sistema capitalista”, baseado na lógica do capital, da mercadoria, das relações de exploração e do trabalho como um sistema econômico seguro e próspero, em detrimento de um “sistema socialista” que é associado à miséria, corrupção estatal e exploração.

Figura 13 - Série XIX⁷⁹:

79 SD94 - No Brasil é crime inafiançável fazer apologia ao nazismo ou ostentar seus símbolos ENQUANTO O COMUNISMO É CELEBRADO...O NAZISMO É DEMONIZADO

Comunismo / ISSO PODE: minhas teorias contribuíram para a morte de 100.000.000 de pessoas.

Nazismo / ISSO NÃO PODE: minhas teorias contribuíram para a morte de 20.000.000 de pessoas

SD95 – Campos de concentração; SD96 - Quando o militonto diz que "Hitler era de direita" mas até o broche nazista desmente.

SD97 - Vocês sabiam: Hitler chegou a ser mendigo, aproveitou a oportunidade e entrou no partido dos trabalhadores da Alemanha, assumiu o posto de presidente do partido, manipulou comprou aliados políticos, calou a imprensa, mandou matar opositores e provocou a Segunda Grande Guerra tendo em seu currículo mais de 60 milhões de mortes! Jamais subestime um psicopata! ELE ERA SOCIALISTA!



A série acima faz circular discursos sobre o regime nazista. A SD94 faz uma comparação entre dois regimes (o comunismo e o nazismo) e produz um efeito de crítica ao fato de a apologia ao comunismo não ser, também, considerada um crime no Brasil, assim como o nazismo. Na comparação, atribui ao comunismo a responsabilidade pela morte de cem milhões de pessoas, enquanto o nazismo seria responsável por 20 milhões de mortes. Tal comparação, com base nos supostos números de mortes, produz um efeito de que o comunismo foi um regime muito mais perverso, violento e sanguinário do que o nazismo, e, no entanto, no Brasil, ele é celebrado.

Na SD95, uma imagem compara os campos de concentração nazista às filas nos atendimentos de hospitais, atribuindo a ambos o título de “campos de concentração”, o que produz um efeito de que as filas em hospitais são responsáveis por causar mortes em massa na mesma proporção que ocorreram nos campos de extermínio nazista e produz também um efeito de crítica ao governo pelo funcionamento da saúde no país, relacionando-o ao regime nazifascista.

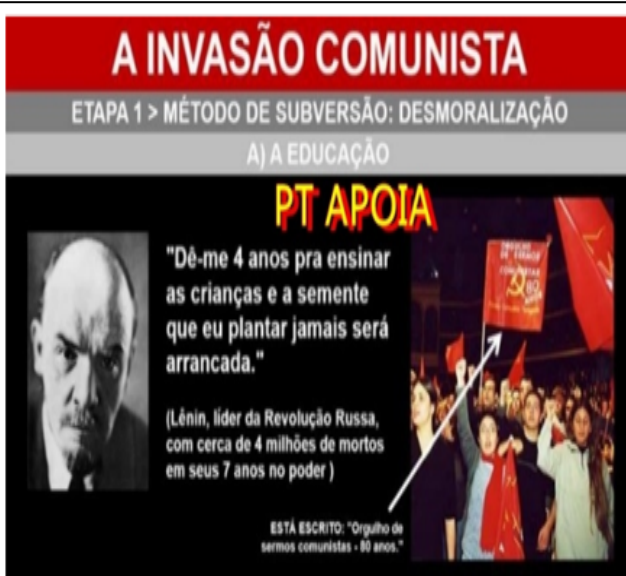
Tanto na SD94 quanto na SD95, produz-se um discurso de que o ditador Hitler era de esquerda na tentativa de aproximá-lo ao governo do PT. Na SD96, uma imagem que apresenta um suposto “broche nazista” com o símbolo nazista (águia nazista com uma suástica sob suas garras e com as asas abertas e o rosto virado para o lado direito) e o símbolo de uma foice e um martelo, que representam a bandeira comunista, além de texto que desqualifica militantes de esquerda, o que também produz um efeito de aproximação entre o regime nazista e a esquerda. E a SD97 faz afirmações sobre quem foi Hitler, pontuando atos violentos e criminosos do ditador, para, então, afirmar que ele era socialista.

Afirmações curtas e imagens ajudam a compor uma narrativa que associa o ditador Adolf Hitler ao socialismo, para produzir um efeito de desqualificação do socialismo e da esquerda, além de efeitos de medo e pavor contra o governo e o candidato da esquerda no Brasil.

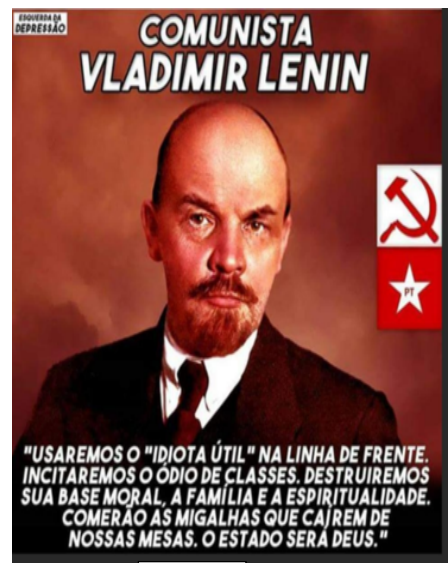
Na Série XX abaixo, temos o que segue

Figura 14 - Série XX⁸⁰:

80 SD98 - A invasão comunista: Etapa 1 - Método de subversão: desmoralização. a) A educação (PT APOIA) "Dê-me 4 anos para ensinar as crianças e a semente jamais será arrancada" Lênin, líder da Revolução Russa com cerca de 4 milhões de mortos em seus 7 anos no poder; SD99 - Comunista Vladimir Lênin "usaremos o 'idiota útil' na linha de frente. Incitaremos o ódio de classes, destruiremos sua base moral, a família e a espiritualidade. Comerão as migalhas que caírem de nossas mesas. O estado será Deus."; SD100 - Arnold Bolsonoguer - o exterminador de comunistas!!! em 2018; SD101 - Vacina contra o comunismo; SD102 - O mais eficaz repelente do comunismo; SD103 - Comunismo é doença? Sim, é doença: o complexo de Fourier é um distúrbio de natureza psiquiátrica na qual o complexado se sente compelido a advogar por uma forma extrema de igualitarismo, estando o mesmo disposto a aceitar, ou mesmo desejar, a pobreza geral, possivelmente até a miséria e a desnutrição, como consequência ou meio de tornar o "bem-estar" de todos os membros da sociedade SD104 - As mulheres grávidas serão dispensadas de seus deveres durante quatro meses antes e três meses depois do nascimento da criança [...]. Um mês após o nascimento, as crianças serão colocadas em uma instituição a que será confiado seu cuidado e educação. Permanecerão na instituição para completar sua instrução e educação, a expensas do fundo nacional, até atingirem a idade de dezessete anos [...]. Todos os que se recusarem a reconhecer o presente decreto e a cooperar com as autoridades deverão ser declarados inimigos do povo, anti-anarquistas e sofrerão as consequências de seus atos; outro documento que ilustra o tipo de "liberação" recebido pelas mulheres sob a versão comunista da moralidade está contido na decisão do funcionário de um soviete, na qual dizia: "Não existe violação de mulher por homem: aquele que diz que a violação é errada nega a Revolução Comunista de Outubro. Defender uma mulher violada é revelar-se burguês e partidário da propriedade privada"; SD105 - Além disso, o comunista vê na ideologia dinâmica dos ensinamentos judaico-cristãos uma força pela paz que corta nas entranhas a campanha comunista pela revolução mundial. Como disse Lunarcharsky, ex-comissário popular da educação russo: Odiamos os cristãos e o cristianismo. Mesmo os melhores entre os cristãos devem ser considerados nossos piores inimigos. Pregam o amor ao próximo e a misericórdia, que são contrários a nossos princípios. O amor cristão é um obstáculo ao desenvolvimento da revolução. Abaixo o amor ao próximo! O que queremos é o ódio [...]. Somente então poderemos conquistar o universo.



SD98



SD99



SD100



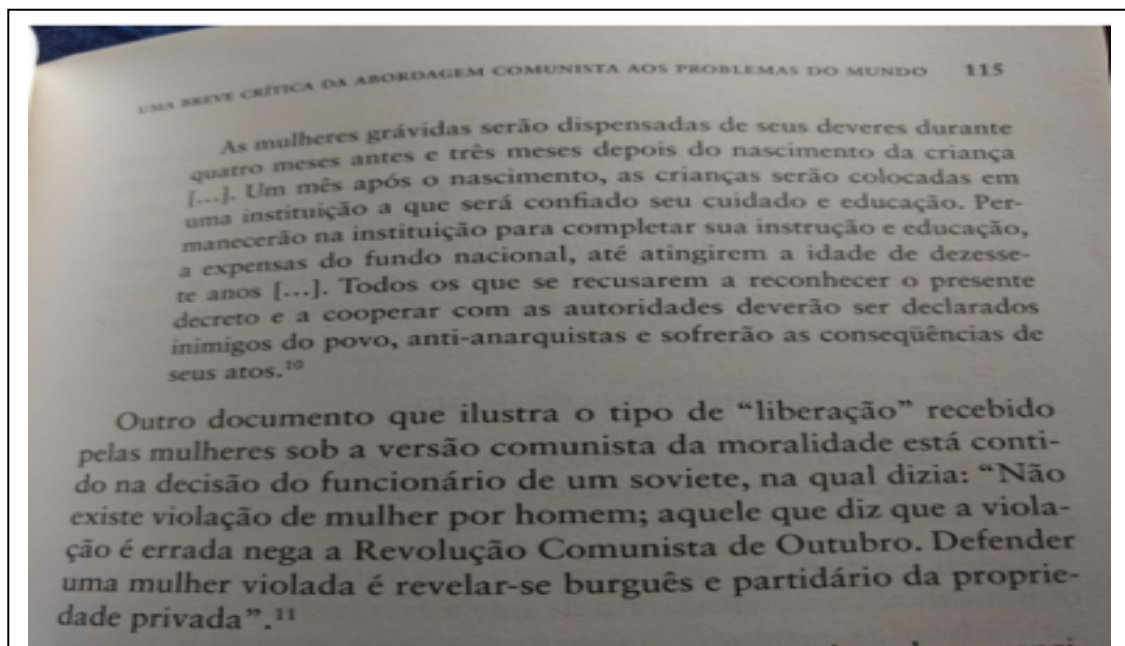
SD101



SD102



SD103



SD104

Além disso, o comunista ve na ideologia dinâmica dos ensinamentos judaico-cristãos uma força pela paz que corta nas entranhas a campanha comunista pela revolução mundial. Como disse Anatole Lunarcharsky, ex-comissário popular de educação russo:

Odíamos os cristãos e o cristianismo. Mesmo os melhores entre os cristãos devem ser considerados nossos piores inimigos. Pregam o amor ao próximo e a misericórdia, que são contrários a nossos princípios. O amor cristão é um obstáculo ao desenvolvimento da revolução. Abaixo o amor ao próximo! O que queremos é o ódio [...]. Somente então poderemos conquistar o universo.⁹

SD105

Na série XX, discursos sobre o comunismo fazem circular teorias da conspiração acerca do regime comunista. Frases e pensamentos são atribuídos a Vladimir Lênin, cujo propósito seria manipular as pessoas, incitar o ódio, destruir a base moral, a família, a espiritualidade, empobrecer a população e instalar o Estado totalitário. A partir da posição-sujeito anticomunista, produz-se um discurso de que o comunismo ameaça a moral, a família, a espiritualidade, o cristianismo e até o combate ao segundo mandamento cristão de “amor ao próximo”. Segundo as imagens analisadas na série, o comunismo exalta o ódio aos cristãos e

ao cristianismo, se apropria e subverte as crianças, desrespeita e violenta as mulheres e propõe o combate aos princípios cristãos, o que seria o exato oposto aos princípios comunistas.

É produzido também um efeito-sentido de que o comunismo seria uma doença que faz o acometido perder o controle sobre seus desejos. Além de frases curtas e imagens, circulam, também, por meio de fotos de páginas de livros, dizeres sobre o comunismo que afirmam que as crianças seriam afastadas dos pais após um mês de seu nascimento e entregues ao Estado que cuidaria de sua educação e instrução até os 17 anos, e os pais que se recusassem seriam responsabilizados e considerados inimigos, produzindo um efeito-sentido de enfraquecimento da família ou ainda enfraquecimento do poder patriarcal. Há, também, a materialização de um discurso de que, no comunismo, não existiria violação feminina por parte do homem e ainda que uma mulher violada pelo homem não poderia ser defendida, o que produz um efeito de que o homem é livre e autorizado a violar o corpo feminino, discurso esse baseado no pré-construído de que a mulher é uma propriedade do homem, portanto um objeto de posse deste.

Nas SD's 100, 101 e 102, temos um efeito de combate ao comunismo, que se daria através do candidato Jair Bolsonaro, aqui comparado ao personagem do filme "O exterminador do futuro". Bolsonaro aparece armado na imagem, e seria, portanto, o exterminador de comunistas. Também o combate ao comunismo se daria por meio de armas de fogo, o que produz um efeito de que se deve combater o inimigo matando-o. E ainda, um efeito de comunismo como uma espécie de praga, de modo que o combate deve ocorrer através do ultranacionalismo (Brasil acima de tudo).

Vejamos a próxima série:

Figura 15 - Série XXI⁸¹:

Na série em questão a esquerda é discursivizada como perversa, corrupta, manipuladora, promiscua, ineficiente, que despreza as leis, promove a “preguiça”, uma doença. A partir de uma posição-sujeito antiesquerdista, identificamos discursos que deslegitimam a esquerda, atribuindo a ela atos graves, depravados e perversos. Identificamos, ainda, um discurso que desqualifica os eleitores de esquerda e deslegitima as políticas públicas desenvolvidas por governos de esquerda, que, supostamente, enganam e manipulam a

81 SD106- Esquerda é = lavagem cerebral, desonestidade, imbecilidade, promiscuidade, desemprego, ódio, desigualdade, fálencia, desprezo pela família, desrespeito às leis, preguiça, inveja, corrupção, ladroagem, saquear o Brasil e doar a países comunistas, se associar a construtoras e assaltar os cofres da saúde e educação e o pior de tudo...fazer do pobre massa de manobra e fuder a vida dele por completo, resumindo...uma doença grave; SD107 - Como a esquerda "revolucionou a sociedade"; SD108 - "...Mas eu subi na vida!"; SD109 - NO NORDESTE: 500 mulheres do Bolsa Família rejeitam emprego em indústria têxtil: As novas costureiras só aceitariam o emprego se o pagamento fosse por fora, ou seja, na informalidade.

população pobre, além de promover uma dependência constante e um desinteresse pelo trabalho. Além da esquerda, as SDs que compõem a série em análise também produzem dizeres sobre a região nordeste do país, onde, supostamente, se rejeita o trabalho devido às políticas públicas do programa “bolsa família”, o que mobiliza um pré-construído do nordeste como uma região que é improdutiva e “sustentada” pelas regiões sul e sudeste. Há, ainda, um efeito de manipulação do eleitor petista que acredita ter “vencido na vida” durante o governo do PT, quando estaria sendo manipulado enquanto é saqueado pelo governo através da corrupção.

Por fim, identificamos um efeito-sentido de ironia acerca da “sociedade revolucionária, em que se deslegitimam saberes sobre gênero, cultura, arte, política, pensamento crítico e opressão.

A série XXII a seguir produz discursos sobre a ditadura militar e provoca conflitos de regularização no espaço móvel da memória discursiva acerca da ditadura no Brasil.

Figura 16 - Série XXII⁸²

82 SD110 - O período militar estava tão "errado" que a justiça de hoje está julgando e prendendo os mesmos marginais da época!; SD111 - Seu professor já te contou que a Dilma nos matou? Algumas vítimas do grupo de Dilma Rousseff: Capitão Charles Chandler, morto com uma rajada de 14 tiros de metralhadora; Soldado Mário Kozel Filho, morto aos 19 anos em uma explosão de 50 quilos de dinamite; Tenente Alberto Mendes Júnior, foi pego como refém, morto a golpes de coronha de fuzil.; SD112 - Jornalista diz ter ficado na mesma cela de Dilma Rousseff "Nunca fomos torturadas". Ao confessar ter mentido sobre torturas que eu inventei, não quero fazer de conta que ninguém foi torturado no Brasil. Ao contrário. Mentir, neste caso, é escarnecer de quem sofreu e experimentou na própria carne o horror do suplício. E foram muitos. Mas não foram tantos e nem foram todos.; SD113 - Eram desses malditos comunistas que nossos militares tentavam nos proteger a 40 anos atrás!! Hoje são estes comunistas que governam o país!!; SD114 - Um dos retratos que o PT tenta esconder, não quer que apareça de forma alguma...Dilma jovem já terrorista, atrás dela, encostado na parede...um fuzil automático leve (FAL - calibre 7.62) roubado do exército brasileiro!!! Essa é a mãe do povo, como deseja ser chamada.; SD115 – 1969...dor, tortura, sofrimento no exílio em...Londres.; SD116 – Vivi a "ditadura" militar! Trabalhei, estudei, circulei por onde quis, namorei, casei, constituí família, comprei meu ap pelo BNH. Nunca tive minha liberdade cerceada! Não era baderneiro nem terrorista. Corrupção e safadeza de verdade, estou conhecendo com a "democracia" de hoje!; SD117 – Seu professor de esquerda mentiu pra você, os únicos que temiam os militares eram bandidos, comunistas e guerrilheiros - Regime Militar: época de ouro da história do Brasil.; SD118 – "Crimes na ditadura militar existiram? Com certeza. O pior foi dar anistia a todos os bandidos que hoje nos governam" Olavo de Carvalho; SD119 - BOLSA DITADURA: Você sabia que os Guerrilheiros Comunistas de 64 recebem uma BOLSA DITADURA por mês? São até o momento 10 mil ex-guerrilheiros Comunistas recebendo mensalmente uma PENSÃO que varia entre R\$ 17 mil a 62 mil. ENQUANTO ISSO UM TRABALHADOR APOSENTA-SE COM R\$ 997,00.

Oto Fredy
@otofredy

Vivi a "ditadura" militar! Trabalhei, estudei, circulei por onde quis, namorei, casei, constitui família, comprei meu ap pelo BNH. NUNCA tive minha liberdade cerceada! Não era baderneiro nem terrorista. Corrupção e safadeza d verdade, estou conhecendo com a "democracia" d hj!

6:24 PM · 25 abr 18

SD116

Seu professor da esquerda mentiu pra você, os únicos q temiam os militares eram bandidos, comunistas e guerrilheiros



SD117

"Crimes na ditadura militar existiram? Com certeza. O pior foi dar anistia a todos os bandidos que hoje nos governam"

Olavo de Carvalho

M&A #OlavoTemRazão

SD118

BOLSA DITADURA
Vc sabia q os Guerrilheiros Comunistas de 64 recebem uma BOLSA DITADURA por mês? São até o momento 10 mil ex guerrilheiros Comunistas recebendo mensalmente uma PENSÃO que varia entre R\$ 17 mil a 62 mil. ENQUANTO ISTO UM TRABALHADOR APOSENTA-SE COM R\$ 997,00.



SD119

Ao confessar ter mentado sobre torturas que eu inventei, não quero fazer de conta que ninguém foi torturado no Brasil. Ao contrário. Mentir, neste caso, é escarnecer de quem padeceu e experimentou na própria carne o horror do suplício. E foram muitos. Mas não foram tantos e nem foram todos.

SD112

Ação Popular
Lider PSDB

Abílio Nunes
Terrorista ALN
Senador PSDB

Terrorista VPR
Governador Minas PT

HOJE SÃO ESTES COMUNISTAS QUE GOVERNAM O PAIS II

SD113



UM DOS RETRATOS QUE O PT TENTA ESCONDER, não quer que apareça de forma alguma... DILMA JOVEM JÁ TERRORISTA, ATRÁS DELA, ENCOSTADO NA PAREDE...UM FUZIL AUTOMÁTICO LEVE (FAL - CALIBRE 7.62) ROUBADO DO EXERCITO BRASILEIRO!!!ESSA É A MÃE DO POVO, COMO DESEJA SER CHAMADA

SD114



SD115

Verificamos o funcionamento de uma posição-sujeito ditador/torturador que produz um discurso legitimador de atos de violência, tortura e assassinatos durante a ditadura militar, atribui assassinatos à ex-presidente Dilma Rousseff, deslegitima depoimentos de sobreviventes da ditadura, define os opositores ao regime como bandidos, guerrilheiros e comunistas e afirma que havia o pagamento de auxílio para “guerrilheiros da ditadura” por parte do governo. Também é possível identificar um discurso que insinua uma intenção de sujeitos em omitir uma suposta “verdade” acerca do regime ditatorial, o que produz um efeito de denúncia de enganação, manipulação das informações sobre tal regime.

Assim, é possível identificar um discurso negacionista acerca da tortura, da dor e do sofrimento causados pela ditadura militar, que provoca um silenciamento na memória das trucidâncias da ditadura, produzindo, a partir do jogo de forças na memória discursiva, a atualização de uma memória da ditadura como um período honesto, e com atos nobres e necessários. Legitima-se, assim, o governo arbitrário dos militares e produz-se efeitos de negação da narrativa dos crimes e torturas cometidos.

Figura 17 - Série XXIII⁸³

83 SD120 - MALDITOS MILITARES: No governo militar lugar de criança era na escola; não existia aprovação automática, nem traficantes vendendo drogas na porta das Escolas, o professor era respeitado, não existia a lei da Palmada e nem o Estatuto da Criança e do Adolescente, e não podia ficar o dia inteiro na rua vagabundando e fumando maconha, porque com 12 anos já podia tirar a carteira de trabalho e procurar um emprego. Ainda bem que hoje temos um governo DEMOCRÁTICO que corrigiu todas aquelas injustiças do governo militar; SD121 - Fato histórico que a esquerda deturpa. O Regime Militar (1964-1985) só ocorreu mediante solicitação e autorização oficial do Congresso Nacional que atendeu ao clamor popular. Não foi golpe dos militares! ISSO "ELES NÃO DIZEM NAS AULAS DE HISTÓRIA.; SD122 - Isso os "professores" maconheiros da rede pública não contam. Sabe os orelhões das ruas que todos usavam? foram colocados nas ruas pela "ditadura" militar.; SD123 - 31 de março de 1964. Um dia para ser lembrado! Como o dia que o Brasil disse não para o comunismo; SD124 - Esperamos 32 anos para finalmente escutar e ver a verdade aflorar, dedico este poste aos heroicos militares de 1964: Nunca ganhei um centavo durante o governo dos militares, não havia brechas para propinas, dr...Certa vez foi propor a um major da COBAL uma vantagem ele colocou um 38 em cima da mesa (risos)..eu achei que iria morrer..Eles eram assim, Dr...(risos). Emílio Odebrecht, delação 13/04.; SD125 - Se dependesse da esquerda e da mídia, você não saberia disso. Já ouviram falar de: Usina de Itaipu, Ponte Rio-Niterói, Ponte da Amizade, Mobral, Modernização de portos e aeroportos, saneamento básico no Brasil, muitas obras em SP, INAMPS que hoje se chama SUS, Usina de Angra, transamazônica que ninguém até hoje melhorou e muitas outras? A gente que fez...mas a esquerda jamais falará delas para vocês...

MALDITOS MILITARES



No Governo Militar lugar de criança era na Escola; não existia aprovação automática, nem traficantes vendendo drogas na porta das Escolas, o Professor era respeitado, não existia a lei da Palmada e nem o Estatuto da Criança e do Adolescente, e não podia ficar o dia inteiro na rua vagabundando e fumando maconha, porque com 12 anos já podia tirar a carteira de trabalho e procurar um emprego.

Ainda bem que hoje temos um governo **DEMOCRÁTICO** que corrigiu todas aquelas injustiças do governo militar.

SD120

Fato histórico que a esquerda deturpa.

O Regime Militar (1964-1985) só ocorreu mediante solicitação e autorização oficial do Congresso Nacional que atendeu ao clamor popular. Não foi golpe dos militares!




ISSO "ELES" NÃO DIZEM NAS AULAS DE HISTÓRIA

SD121

31 DE MARÇO DE 1964



UM DIA PARA SER LEMBRADO!


COMO O DIA QUE O BRASIL DISSE NÃO PARA O COMUNISMO

alestivaoficial | alestiva_38 | alestiva.official

SD122

Isso os "professores" maconheiros da rede pública não contam.

SABE OS ORELHÕES DAS RUAS QUE TODOS USAVAM?




FORAM COLOCADOS NAS RUAS PELA "DITADURA" MILITAR

GERADORMEMES.COM

SD123

ESPERAMOS 32 ANOS PARA FINALMENTE ESCUTAR E VER A VERDADE AFLORAR; DEDICO ESTE POSTE AOS HEROICOS MILITARES DE 1964



NUNCA GANHEI UM CENTAVO DURANTE O GOVERNO DOS MILITARES, NÃO HAVIA COMO GANHAR! NÃO HAVIA BRECHAS PARA PROPINAS Dr....

CERTA VEZ FOI PROPOR A UM MAJOR DA COBAL UMA VANTAGEM ELE COLOCOU UM 38 EM CIMA DA MESA (risos).. EU ACHEI QUE IRIA MORRER.. ELES ERAM ASSIM Dr....(risos)

Emilio Odebrecht

Delação 13/04

SD124

Se dependesse da esquerda e da mídia, você não saberia disso

JÁ OUVIRAM FALAR DE:



USINA DE ITAIPU, PONTE RIO NITEROI, PONTE DA AMIZADE, MOBRAL, MODERNIZAÇÃO DE PORTOS E AEROPORTOS, SANEAMENTO BASICO NO BR, MUITAS OBRAS EM SP, INAMPS QUE HOJE SE CHAMA SUS, USINA DE ANGRA, TRANSAMAZONICA QUE NINGUEM ATÉ HOJE MELHOROU E MUITAS OUTRAS? A GENTE QUE FEZ...MAS A ESQUERDA JAMAIS FALARA DELAS PARA VOCES...

SD125

A partir da análise da série XX, pudemos identificar um discurso que enaltece feitos da ditadura militar e, contrariamente, critica e ironiza o governo democrático. Sobre a ditadura,

produziu-se um efeito-sentido de distorção da história por parte das escolas, uma suposta manipulação dos fatos, que seria feita pelos professores de história, que são acusados de serem esquerdistas, maconheiros, e, ainda, pela esquerda e pela mídia.

Identificamos, também, a produção de discursos que elencam obras e a criação do que seria um sistema inicial do SUS, atribuídas aos governos militares, um discurso de que o Regime militar foi uma resposta ao apelo da população e autorizada pelo Congresso Nacional, que, portanto, merece ser celebrada e lembrada como o dia em que o Brasil disse NÃO ao comunismo, o que produz um efeito de legitimidade à instauração da ditadura e que nega o golpe. E, ainda, um discurso de que uma suposta “verdade” veio à tona, como um efeito de verdade e um efeito de justiça para com os militares, em que se divulga uma suposta declaração de Emílio Odebrecht (executivo de uma empreiteira que realizou delações na operação Lava Jato em 2018) que afirma que, durante a ditadura, não era possível haver corrupção, pois os militares a combatiam duramente.

Por outro lado, identificamos um discurso que busca deslegitimar o governo democrático, com afirmações de que nem todas as crianças frequentam a escola, os estudantes são aprovados automaticamente, sem que precisem estudar ou comprovar o desenvolvimento de habilidades e competências para progredirem na escola, as escolas permitem a venda de drogas nos portões, adolescentes passam o dia na rua “vagabundando”, ou seja, sem fazer nada “útil” e consumindo drogas. Identificamos, ainda, um efeito de que o Estatuto da Criança e do Adolescente bem como a Lei da Palmada “afrouxaram” a criação das crianças, proporcionando permissividades e inibindo a imposição de limites, além de promover um suposto ócio que levaria a criança ou o adolescente ao consumo de drogas.

Há, também, o irromper de uma memória que luta para silenciar ou desestabilizar a memória dominante sobre a Ditadura Militar. A memória que é atualizada, aqui, é a de que as crianças, durante o regime, tinham acesso garantido às escolas, a prática pedagógica era mais rigorosa, as escolas eram mais seguras e livres das drogas, os pais tinham “liberdade” para educar seus filhos, praticando agressões físicas sem serem “punidos” por Leis, e as crianças, a partir dos 12 anos, já podiam trabalhar de maneira formal, o que produz um efeito de que, com uma educação rígida, uma disciplina rigorosa e agressiva, se conseguiria “proteger” crianças e adolescentes das drogas e da criminalidade.

Figura 18 - Série XXIV⁸⁴

84 SD126 - "O BRASIL QUER..." INTERVENÇÃO MILITAR NOS TRÊS PODERES JÁ! Força caminhoneiros, o Brasil é nosso!; SD127 - #VEMPROQUARTEL - A ajuda virá de dentro dos quartéis, e é pra lá, na porta dos

	
SD126	SD127
	
SD128	SD129

A série acima produz discursos que pedem intervenção militar e a consequente dissolução do Estado Democrático de Direito Brasileiro. Atravessa um discurso de que o país inteiro deseja a intervenção dos militares no poder, como nas formulações “O Brasil quer” e “fazemos isso a pedido da nação brasileira”, respectivamente, nas SD’s 126 e 129, e, ainda, a ameaça de que, caso os militares não tomem o poder, os civis irão invadir e tomar o congresso

quartéis, que devemos pedir socorro. Passeatas, carreatas não adiantam. O EXÉRCITO BRASILEIRO está DENTRO dos quartéis. Não adianta o volume nas ruas. Há quanto tempo vamos às ruas e NADA resolvido??? PRECISA DESENHAR? #VEMPROQUARTEL; SD128 - EU ANGELO SILVA Estou convocando 500 guerreiros para ir a Brasília e ficar 7 dias consecutivos em frente a esplanada dos Ministérios para solicitarmos as FORÇAS ARMADAS A FAXINA GERAL, caso contrário nós vamos invadir e tomar o congresso.; SD129 - INTERVENÇÃO MILITAR - REVOLUÇÃO BRASILEIRA - Sem maiores transtornos, declaramos vago à Presidência da República do Brasil, assim suspendemos o Congresso Nacional e afastamos todos de suas funções de Ministros do Supremo a partir da zero hora na data de 30/05/2018. Com isso assume o Governo do BRASIL as forças armadas e Junta Militar que governará até o dia 31 de dezembro de 2018. Desde então todos os partidos são extintos, e é banido definitivamente com legitimidade e ideologias totalitárias. Políticos ativos que não possuam nenhuma restrição de corrupção poderão se associar para uma nova escala de fórmula partidária que será desenvolvida. Fazemos isso a pedido da Nação Brasileira. General Villas Boas.

nacional, para promover uma chamada “faxina geral”. Podemos identificar, aqui, o sentido de unificação do povo, de modo que “o povo” quer, deseja, anseia, em uníssono, sem exceção.

Há, ainda, um suposto documento assinado pelo General Villas Boas, que afirma que as forças armadas e a junta militar assumiram a Presidência do Brasil, de 30 de maio de 2018 a 31 de dezembro de 2018, e destituiriam os poderes legislativo e judiciário, como resposta aos apelos da população brasileira. Tal documento falso produz um efeito de manipulação, como se as eleições já não fossem mais acontecer, o que interfere no processo eleitoral e compromete a tomada de decisão dos eleitores.

Figura 19 - Série XXV⁸⁵

85 SD130 - O monarca é responsável por: - Fiscalizar, aconselhar e estimular o trabalho do Chefe de Governo e seus ministros; promover uma política de continuidade; representar o país no exterior; dissolver o parlamento e convocar novas eleições, em caso de crise; exercer o comando supremo das Forças Armadas; Convocar referendos e plebiscitos; sancionar as leis, conceder honrarias, indulto penal, etc.; SD131 - Passando pra saber se a república ta dando certo; SD132 - O que você chama de retrocesso eu chamo de Era de Ouro do Brasil; SD133 - O que é a Monarquia? O leigo diz, com simplicidade, que Monarquia é Reis, Príncipes, Imperadores, mas não é isso. Monarquia é um sentimento, um estado de espírito, é amor, é solidariedade. Monarquia é uma família de milhões, respeitando cada um dos seus membros, querendo o bem de todos. Monarquia é virtude, é a proteção dos membros da nação, é a preocupação com todos. A Monarquia necessita de virtude para a sua sobrevivência, ao contrário da república que necessita da corrupção, da compra de apoio político, do suborno, do roubo dos recursos públicos. Pense Grande! Pense Monarquia!



Nas materialidades que compõem a série acima, circulam discursos que enaltecem e definem o regime monárquico, regime que imperou no Brasil de 1822 a 1889, que é discursivizado como “Era de Ouro” do Brasil, como uma grande família, um sentimento, um estado de espírito, amor e solidariedade, virtude, proteção e preocupação com todos. Novamente, identificamos um efeito de unidade e homogeneidade da pátria, como se o país fosse formado por um todo único e indiviso, sem diferenças ou divergências de qualquer natureza. Há, aqui, um efeito de enaltecimento do governo de um só, aquele que tem direito sobre a vida e a morte de seus súditos, em detrimento do governo de todos, a república. A república brasileira é discursivizada como fracassada, algo que deu errado e, portanto, há um apelo de retorno da monarquia.

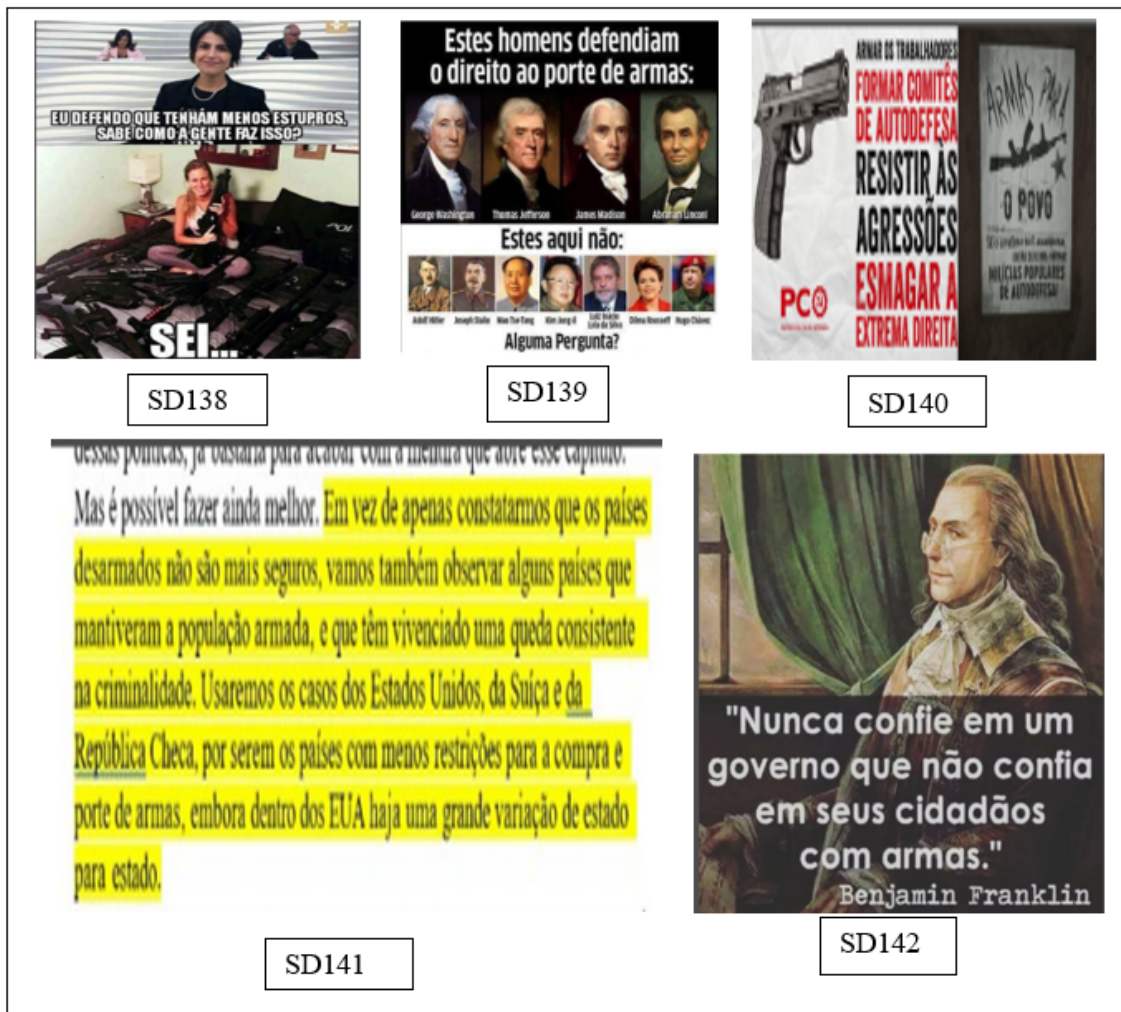
Figura 20 - Série XXVI⁸⁶:

86 SD134 - Não espalhe fake news, deixe isso para quem sabe.; SD135 - Atenção a todos: Se ligarem a TV's, enganamos vocês de novo. #Euquerointervençãomilitar Não liguem a sua TV nesses canais; SD136 - A maior mobilização já feita no mundo: Como o WhatsApp mobilizou caminhoneiros, driblou governo e pode impactar



As SD's acima produzem um discurso de que as *fake news* são produzidas pela grande mídia no Brasil, especialmente, pela Rede Globo, deslegitimam a imprensa, que é discursivizada como manipuladora e enganadora, e legitimam informações e notícias que circulam nas redes sociais digitais, através do aplicativo de troca de mensagens *WhatsApp*, que é tido como uma ferramenta capaz de substituir os sindicatos, devido ao seu poder de articulação e alcance. Há, ainda, um discurso que promove o acesso a informações através de outras redes digitais como *Facebook* e *YouTube*, como fontes legítimas e compromissadas com a “verdade” dos fatos, e, ainda, produz um efeito de que a imprensa transmite informações somente ligadas à esquerda. Assim, produz-se um efeito de descrédito à imprensa regulamentada e, ao mesmo tempo, uma legitimação de páginas e perfis específicos das redes sociais digitais como fontes confiáveis de veiculação de notícias e informações.

eleições. Acabou! Quem precisa de sindicato??; SD137 - Informação fora da esquerda. No facebook (e no youtube) eles são: Nando Moura, Padre Paulo Ricardo...Canais no youtube como os de @odeCarvalho, @padre_paulo, @moura_101, @bernardokuster, @tradutores e tantos outros são ótimas fontes de informação que contrapõem muitos pontos omitidos pela maior parte da grande mídia! Boa noite a todos!

Figura 21 - Série XXVII⁸⁷

Os discursos que compõem a série XXIII são discursos que defendem a liberação do porte de armas para a população brasileira e a formação de milícias, como solução para problemas como o estupro. Um discurso que associa a liberação de armas com a consequente queda na criminalidade, enquanto países cuja liberação é proibida são países com pouca segurança. É produzido, também, um efeito de desconfiança contra governantes que, supostamente, não confiam em seus cidadãos com armas, como na formulação “nunca confie

87 SD138 - Eu defendo que tenham menos estupros. Sabe como a gente faz isso? - Sei...; SD139 - Estes homens defendiam o direito ao porte de armas: George Whashington, Thomas Jefferson, James Madison, Abraham Lincoln. Estes aqui não: Adolf Hitler, Joseph Stalin, Mao The-Tung, Kim Jong-II, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Hugo Chavez. Alguna pergunta?; SD407 - Armar os trabalhadores, formar comitês de autodefesa, resistir às agressões, esmagar a extrema-direita. Armas para o povo. Se o governo nos abandona então devemos formar milícias populares de autodefesa; SD141 - Em vez de apenas constatar que os países desarmados não são mais seguros, vamos também observar alguns países que mantiveram a população armada, e que têm vivenciado uma queda consistente na criminalidade. Usaremos os casos dos Estados Unido, da Suíça e da República Checa, por serem os países com menos restrições para a compra e porte de armas, embora dentro dos EUA haja uma grande variação de estado para estado; SD142 - Nunca confie em um governo que não confia em seus cidadãos com armas. Benjamin Franklin.

em um governo que não confia em cidadãos com armas” da SD 142, o que produz um efeito de controle e dominação do Estado sobre o povo através da proibição de armas, cerceando uma suposta “liberdade” de autoproteção. Há, ainda, um efeito de que a esquerda defendia a liberação do porte de armas para autodefesa ou para esmagar a extrema direita quando esta era oposição ao governo.

Figura 22 - Série XXVIII⁸⁸:

88 SD143 - Não existe mais motivos para se manter o STF, pois está mais do que provado que eles estão a serviço do crime organizado.; SD144 - Eu tenho vergonha dos senadores, do STF, do governo, dos deputados.; SD145 – STF; SD146 - Charlie Hebdo: Confirmé: Le Suprême Brésillienne c'est une merde; SD147 - Juíz que solta ladrão se torna inimigo da nação.; SD148 - Ministro que muda de opinião para beneficiar criminoso, não é Ministro, é comparsa! Corte que muda decisão para beneficiar criminoso, não é Corte, é quadrilha!



SD143



SD144



SD145



SD146



SD147



SD148

Os discursos materializados na série acima circulam dizeres sobre o Supremo Tribunal Federal – STF brasileiro, desqualificando-o e deslegitimando-o. As decisões do Supremo são questionadas e produz-se um efeito de descumprimento das leis por parte da corte ao associar o STF a uma posição-sujeito criminoso: “eles estão a serviço do crime organizado”; “corte que muda decisão para beneficiar criminoso, não é corte, é quadrilha”. Atravessa, também, um discurso que deslegitima os três poderes que compõem a democracia brasileira.

Uma imagem montada⁸⁹ de um jornal internacional que desqualifica o STF brasileiro circulou e produziu um efeito de que, também sob o julgamento de outros países, o funcionamento do Supremo estaria comprometido com os interesses do ex-presidente Lula e do PT. Assim, o STF é discursivizado como “Inimigo da nação brasileira”, a corte seria então uma quadrilha composta por comparsas do crime.

Figura 23 - Série XXIX⁹⁰



Nas materialidades da Série acima, produz-se um discurso que questiona a integridade das urnas eletrônicas do país, e produz um efeito de fraude no voto eletrônico, com alegações de que se trata de um sistema que não pode ser auditado, e pede a volta do voto impresso.

⁸⁹ Agências de checagem afirmam que se trata de fake News. Fonte: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2019/11/08/e-fake-que-charlie-hebdo-fez-capa-com-satira-a-lula-e-ao-stf.ghtml>

⁹⁰ SD149 - Urnas eletrônicas vão enganar 220 milhões de trouxas #votoemcedula; SD150 - 193 países no MUNDO, APENAS 3 usam urnas eletrônicas: Brasil, Cuba e Venezuela.; SD151 - Voto impresso "Um sistema que não pode ser auditado, obviamente, pode ser fraudado". Flávio Bolsonaro; SD152 - Voto eletrônico é fraude. Os países mais desenvolvidos do mundo usam cédulas para votar, mas para o TSE brasileiro, isso é atraso de vida. O SILÊNCIO DA IMPRENSA chancela o golpe covarde do STF contra o povo.

Há, ainda, um discurso de que somente três países utilizam a urna eletrônica, que seriam o Brasil, a Venezuela e Cuba. Tal informação falsa⁹¹ produz um efeito de desconfiança por se tratar de dois países que são associados a regimes comunistas. Na SD 152, podemos verificar um efeito de deslegitimação da imprensa e do STF, produzindo um efeito-sentido de denúncia de associação de ambos num suposto “golpe” à sociedade brasileira.

Figura 24 - Série XXX⁹²:



91 <https://www.tse.jus.br/hotsites/esclarecimentos-informacoes-falsas-eleicoes-2018/somente-3-paises-utilizam-urnas-eletronicas.html>

92 SD153 - Hoje vamos entrevistar alguns bandidos bons.; SD154 - Projeto de Bolsonaro: Conjunto habitacional para bandidos. Programa: minha cova, minha vida.; SD155 - Atirar na perna? Como? Se o alvo que treinei nem perna tinha?; SD156 - Pau no lombo dessa imundice vermelha; SD157 - Não acenda um beck, acenda um maconheiro.; SD158 - Não quero dar carta branca para o policial matar. Quero dar carta branca para ele NÃO MORRER. E se, para não morrer, tenha que matar, que faça o seu serviço.; SD159 – O que aconteceu / o que os direitos humanos viram; SD 160 - Pagamos imposto à PM para bater em vagabundo. Se for carinho pagamos as prostitutas!!!



A série acima produz discursos que desumanizam e propõem a prática de violência e morte contra segmentos da sociedade, tais como: “bandidos”, “comunistas”, “maconheiros” e “vagabundos”. Na SD 154, verificamos um deslizamento de sentido na formulação “Minha casa, minha vida”, que atualiza um programa de governo do PT, para “Minha cova, minha vida”, suposto projeto de habitação de Bolsonaro para “bandidos”. Há, ainda, um deslizamento de sentido sobre o papel dos Direitos Humanos, que, no discurso da SD156, é acusado de proteger os assaltantes, em detrimento da sociedade, ao invés de proteger a dignidade de todos os seres humanos.

Por fim, em relação aos discursos que circularam a respeito da família, temos as duas séries que seguem:

Figura 25 - Série XXXI⁹³

93 SD161 - PT APOIA KIT GAY; SD162 - Esse é o direito que eles querem e se você não concordar, irão lhe chamar de homofóbico; SD163 - Seu filho será assim? (Putá sim, submissa nunca). Desculpe, mas o meu será assim: Tem que sonegar tudo mesmo; SD164 - Ao completar 5 anos de idade, a criança passa a ser propriedade do Estado! Cabe a nós decidir se menino será menina e vice-versa! Aos pais cabe acatar nossa decisão respeitosamente! Sabemos o que é melhor para as crianças! Fernando Haddad; SD165- "Abortar é a única saída para não criar filho de vagabundo sozinha". "Não dar pra vagabundo é outra saída. Grande abraço!"; SD166 –



ENSINO MILITANTE X ENSINO MILITAR; SD167 - Vocês sabiam que tem dois projetos de lei em Brasília, um para criar o LGBTcídio e outro para colocar nas certidões de nascimento que o bebê não tem sexo? Tudo isso com apoio da ONU e de associações ligadas ao globalismo. É MUITO NOJENTO o que estão fazendo! Pelos céus!; SD168 - Depois da prisão de Lula, aumenta a doutrinação nas escolas. Educadores independentes constataam que, depois de Lula, o ativismo político dos professores petistas e assemelhados dentro das escolas e universidades recrudesciu. A coisa vai muito além da criação de curso universitário sobre "o golpe de 2016"...; SD169 - O Brasil que eu não quero: Embrião não é cidadão. Quem merece direitos sou eu.

Smith Hays
@Smith_Hays

Vocês sabiam que tem dois projetos de lei em Brasília, um para criar o LGBTcídio e outro para colocar nas certidões de nascimento que o bebê não tem sexo?

Tudo isso com apoio da ONU e de associações ligadas ao globalismo. É MUITO NOJENTO o que estão fazendo! Pelos céus!

8:33 PM · 03 jun 18

SD167

Depois da prisão de Lula, aumenta a doutrinação nas escolas

Brasil 31.05.18 11:05

Educadores independentes constataam que, depois de Lula, o ativismo político dos professores petistas e assemelhados dentro das escolas e universidades recrudescer. A coisa vai muito além da criação de curso universitários sobre "o golpe de 2016"...

SD168



SD169

A série acima faz circular dizeres sobre o aborto, a homoafetividade, a educação das crianças, mobilizando já ditos que tentam vincular a imagem do PT ou da esquerda a discursos e atitudes imorais e repudiáveis. A SD158 produz um discurso de que PT apoia um falso “kit gay⁹⁴” nas escolas. Tal informação falsa produz um efeito-sentido de crítica a uma suposta prática das escolas de promover um estímulo ao estabelecimento de relações homoafetivas entre crianças, e vincula o PT a atos de extrema depravação, produzindo, ainda, um efeito de indignação e ódio contra o partido.

Já na SD 162, identificamos um discurso de que casais homoafetivos querem o direito de ter filhos e, supostamente, estimulá-los a serem, também, homoafetivos, além de um efeito de que não será possível se opor a tal prática, sem ser acusado de crime de homofobia. Produz-

94 Essa fake News circulou por diversas vezes na eleição de 2018. Esse suposto “kit gay” foi um termo cunhado pela oposição, durante o governo Dilma, para um material de combate à homofobia produzido em 2018, enquanto ainda estava sob análise do Ministério da Educação (MEC) e nunca chegou às escolas. Durante as eleições, conteúdos e materiais diversos foram atribuídos ao conjunto de material didático. <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/16/tse-confirma-que-kit-gay-nunca-existiu-e-proibe-fake-news-de-bolsonaro>

se aí um efeito de denúncia e alerta sobre uma suposta prática escandalosa que se tornaria direito a ser concedido para casais do mesmo sexo. A SD163, por sua vez, questiona os pais sobre seus filhos, com imagens em que aparecem, de um lado, crianças vestidas com as cores da bandeira LGBTQIA+ e uma outra, supostamente, escrevendo um cartaz com os dizeres: “Putá sim, submissa nunca”, e, de outro lado, um bebê e uma caixa de texto com um *post* de rede social, em que está escrito: “Tem que sonegar tudo mesmo”, produzindo um efeito de que aos pais cabe escolher entre os “tipos” de filhos que se quer ter e um enaltecimento do crime de sonegação de impostos, e, ainda, um efeito de desqualificação das minorias LGBTQIA+.

Na SD164, circula uma falsa⁹⁵ declaração do então candidato à presidência Fernando Haddad de que, após 5 anos de idade, a criança passará a pertencer ao Estado, que, por sua vez, terá o poder de decidir o gênero da criança, cabendo aos pais aceitarem a decisão. Tal SD produz um discurso de deslegitimação do candidato e de sua proposta de governo, associando-o a atos de extrema depravação e abuso.

A SD165 reproduz um suposto “diálogo” entre a candidata à vice-presidência, Manuela d’Ávila e o candidato Jair Bolsonaro. À candidata d’Ávila é atribuída uma declaração de defesa do aborto sob a alegação de a mulher não é obrigada a criar, sozinha, filho de “vagabundo”, e ao candidato Jair Bolsonaro, um discurso que culpabiliza a mulher por engravidar e defende, portanto, a criminalização do aborto.

A SD166, por sua vez, compara um suposto ensino militante, em que aparece a imagem de pessoas desnudas em pé exibindo cartazes, produzindo um sentido de depravação entre os estudantes, ao ensino militar, em que todos os estudantes aparecem fardados e sentados em fileiras ordenadas, produzindo, assim, um efeito-sentido de disciplina e concentração. O discurso veiculado, aqui, é o que qualifica e legitima as escolas militares em detrimentos das demais escolas, em que, supostamente, a eficácia do ensino estaria comprometida.

A SD167 produz um discurso sobre a existência de supostos projetos de lei, um deles sobre o LGTBcídio e outro sobre não informar o sexo do bebê na sua certidão de nascimento, com o apoio da ONU e de associações ligadas ao globalismo⁹⁶. Tal materialidade produz um

95 <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2018/10/02/e-fake-que-haddad-disse-que-crianca-vira-propriedade-do-estado-aos-5-anos-e-pode-ter-seu-genero-escolhido.ghtml>

96 De acordo com Pena (2019), o termo “globalismo” surgiu como uma negação da globalização, de modo que “globalismo” fora cunhado pela extrema-direita para denominar a “globalização” por um viés negativo, de modo que deixaria de significar uma aproximação e troca entre diversas nações para significar um suposto apagamento das fronteiras culturais e econômicas de cada país, logo, um distanciamento fatal do Estado-Nação. Segundo a autora: “A globalização enquanto processo mundial se define como um: ‘processo (ou um conjunto de processos) que incorporam uma transformação na organização espacial das relações e transações sociais, gerando fluxo transcontinental ou inter-regional e redes de atividade, interação e poder’ (HELD; MCGREW et al., 1999, tradução nossa). Já o globalismo, segundo Olavo de Carvalho, caracteriza-se enquanto um projeto de unificação mundial de ambições globais em busca de um governo de poder global. Olavo define globalismo como: ‘o processo mais

efeito-sentido de denúncia de algo supostamente escandaloso e nojento, além do efeito de acusação de conivência da ONU e do globalismo. Aqui, também podemos identificar uma relação de paráfrase com o discurso fascista do combate ao inimigo externo, em que o grupo unificado, a comunidade, está acima do indivíduo e da humanidade, que, por sua vez, precisa ser combatida.

Na SD168, temos um discurso de que, depois da prisão de Lula, há um suposto aumento de “doutrinação” nas escolas. Há um efeito de acusação e denúncia contra supostos professores “petistas e assemelhados” dentro de escolas e universidades de “doutrinar”, manipular, enganar os alunos, atraindo-os para os ideais do partido. Há um efeito-sentido de que as escolas e universidades já promovem “doutrinação” e que tal prática aumentou depois que Lula foi preso, o que produz também um efeito de reação à prisão do líder político.

Por fim, na SD169, é produzido um discurso de defesa do voto no candidato Jair Bolsonaro e que atribui a este a defesa da criminalização do aborto. Na imagem, aparecem mulheres erguendo um cartaz com a frase “embrião não é cidadão. Quem merece direitos sou eu”, produzindo um efeito de que seu adversário político permitiria o aborto no país.

Já na série XXIX abaixo, temos as seguintes SD's:

Figura 26 - Série XXXII⁹⁷:

vasto e ambicioso de todos. Abrange a mutação radical não só das estruturas de poder, mas da sociedade, da educação, da moral, e até das reações mais íntimas da alma humana' (CARVALHO, 2009). Ou seja, o fator globalização como um meio de controle mundial a fim de implementar uma nova ordem administrativa mundial. Utilizando-se também desse sentido do termo, Ernesto Araújo, na seção de apresentação sobre ele mesmo em seu blog, denomina globalismo como: 'a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural. Essencialmente é um sistema anti-humano e anti-cristão' (ARAÚJO, 2018)” (PENA, 2019, p. 372).

97 SD167 – #elesim é família; SD168 - #elesim *versus* #elenão; SD169 – No meu governo vai ter KIT GAY SIM! e se reclamar vai ter que usar saia também! SD170 – já temos imagem da carreatas das Mulheres contra Bolsonaro.; SD171 #elenão; SD172 – Cuecas #EleNão.



A série acima discursiviza o então candidato Jair Bolsonaro como o único candidato que representa a família, e uma foto do candidato com sua esposa, sua filha e sua enteada, o que representaria a família heteronormativa, o que produz um efeito de que este é o modelo de família “adequado” e o único reconhecido e validado. A *hashtag* #ELESIM funciona como um contra-discurso a #ELENÃO⁹⁸, uma *hashtag* que circulou massivamente nas redes sociais e foi tema de manifestações nas ruas por mulheres que eram contra a eleição do então candidato.

Identificamos, ainda, um discurso que associa mulheres das manifestações contra a eleição de Bolsonaro a uma suposta depravação, com a imagem de uma mulher de biquíni e com o corpo pintado com a *hashtag*, e do lado oposto da imagem, uma outra mulher vestida

98 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>

com as cores da bandeira brasileira, verde e amarelo, com uma criança no colo também vestida com as mesmas cores e, abaixo, a *hashtag* #elesim, o que também produz um efeito de que as apoiadoras de Bolsonaro são “decentes”, mães “de família”. Há, ainda, um discurso machista acerca das mulheres do movimento #Elenão, que sugere que estas não sabem dirigir, o que produz um efeito satírico sobre elas. Quanto aos homens que apoiam o movimento #Elenão, estes são discursivizados, de modo pejorativo, como homossexuais. No confronto discursivo apresentado nesta série, é possível identificar discursos que tenta desqualificar o candidato da esquerda, de acordo com os saberes de uma FD conservadora, que admite discursos moralistas e, a partir de uma posição-sujeito patriarcal, reproduz discursos homofóbicos e machistas que visam desqualificar o candidato político adversário.

Há, novamente, aqui, um discurso que associa o candidato do PT” ao falso “kit gay”, que sugere que em seu governo tal kit seria distribuído independentemente de aprovação da população, que seria impedida de criticar ou reclamar. Um outro discurso que aparece é o de que o movimento #Elenão, que não defendia bandeiras, mas tão somente pedia que não se votasse no candidato Bolsonaro, seria uma estratégia do PT para vencer as eleições, colocando em dúvida que a origem do movimento seria mesmo somente das mulheres.

3.5 Efeitos do *slogan* “Deus, pátria e família” no governo de extrema direita de Jair Bolsonaro

Conforme já elencado no capítulo II deste trabalho, Bobbio ([1986] 2020), ao tratar do Estado Moderno, explica que o “constitucionalismo”, expresso nas constituições, possui um papel de limitar o poder político, de modo a proteger o povo contra uma possível pretensão do detentor do poder soberano de submeter à regulamentação todas as ações dos indivíduos ou dos grupos. As constituições, portanto, estabelecem limites não só formais, mas também materiais ao poder político, através da promulgação dos direitos fundamentais do homem e do cidadão, tais como direitos pessoais e direitos de liberdade, religião, opinião política etc., e das declarações dos direitos do homem e do cidadão que estão vinculadas à Revolução Francesa.

Desse modo, podemos afirmar que foi somente ao reconhecer e proteger juridicamente os direitos humanos fundamentais que os Estados conseguiram estabelecer barreiras contra a tirania e a opressão. Tal reconhecimento dos direitos representa, segundo Bobbio ([1986] 2020), uma verdadeira revolução no avanço das relações entre governantes e governados, posto que o indivíduo vem antes do Estado, ou seja, agora, o Estado passa a existir para o indivíduo, e não o contrário. Assim, reconhece-se a igualdade natural dos homens, cada homem passa a contar

por si só, e não ligado a este ou aquele grupo, cada homem é considerado singularmente, de modo que este passa a ser o pressuposto ético da democracia representativa. A democracia é definida por Bobbio ([1986] 2020), com base em Rousseau (1762), como a ideia de uma associação em que cada ser individual, ao unir-se a todos, obedece somente a si mesmo e permanece livre como antes.

Foi em um contexto de extrema destruição dos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial que, em 1945, representantes de diversos Estados se reuniram para uma segunda tentativa de criar uma união de nações a fim de estabelecer uma relação amistosa entre os países. Surgiu, assim, a Organização das Nações Unidas – ONU, uma organização internacional, em prol da paz e do desenvolvimento, com base nos princípios da justiça, dignidade humana e bem-estar de todos, atualmente composta por 193 Estados-membros⁹⁹, cuja missão e trabalho são guiados pelos princípios e propósitos constantes em sua Carta fundadora, a Carta das Nações Unidas, cujo preâmbulo segue:

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, [...], e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. E PARA TAIS FINS, praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, [...], a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.¹⁰⁰ (Carta das Nações Unidas - Preâmbulo)

Em 1948, a ONU elaborou, com base na Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, adotada e proclamada em 10 de dezembro de 1948 (mediante a Resolução 217 A (III)). Em seu preâmbulo, a DUDH diz:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,
Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

99 [Nações Unidas - ONU Portugal - História da ONU História da ONU \(unric.org\)](#)

100 [Carta-ONU.pdf \(un.org\)](#)

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,
 Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,
 Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher [...],
 Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades, [...].¹⁰¹ (grifo do autor) (Declaração Universal dos Direitos Humanos – Preâmbulo)

A partir da DUDH, os Estados estabeleceram um conjunto de direitos considerados essenciais e indispensáveis para uma vida humana assegurada pela liberdade, igualdade e dignidade. A dignidade da pessoa passou a ser o núcleo do direito internacional dos direitos humanos. No Brasil, que é um Estado-membro da ONU, as diretrizes dos direitos humanos são garantidas em esfera jurisdicional, através da Constituição da República de 1988 e dos tratados internacionais firmados pelo país. A Constituição Federal Brasileira, em seu preâmbulo, afirma que:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.
 (Constituição Federal – preâmbulo)¹⁰²

Os princípios fundamentais da república brasileira são: a soberania; a cidadania; dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Seus objetivos fundamentais: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Ainda, nas suas relações internacionais, a república brasileira, conforme prescrito na Constituição, rege-se, dentre outros, pelos princípios

101 [Declaração Universal dos Direitos Humanos \(unicef.org\)](http://www.unicef.org)

102 [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br)

da prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não-intervenção; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo. Assim, pode-se constatar que a Constituição Brasileira que estabelece o Estado Democrático de Direito foi fundada sobre as bases da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de modo a prever e garantir a proteção dos direitos humanos e das liberdades individuais, reconhecendo assim o homem como sujeito de direito.

Nos fundamentos da Carta das Nações e, por conseguinte, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que inspiram a Constituição Federal do Brasil, ocorre a mobilização de uma memória discursiva acerca das duas grandes Guerras Mundiais e seus flagelos e sofrimentos, de atos bárbaros, de ultraje à consciência humana, de desprezo e desrespeito pelos direitos humanos, do medo, da tirania e opressão. A memória é evocada como base para os atos de unificação dos países em prol da paz mundial, em documentos que materializam discursos de repúdio e prevenção contra atos de tirania e opressão e condições subumanas.

O modo como desponta em tais documentos produz um efeito de estabilização da memória, como se tal memória fosse um objeto estanque, uma esfera plena e cristalizada, fechada em si mesma com um sentido homogêneo, sem espaço para questionamentos ou negação. Entretanto, como formula Pêcheux (2015b), a memória discursiva é, ao contrário, um espaço móvel constituído por conflitos de regularização, por um jogo de forças que visa manter uma regularização pré-existente formada a partir da repetição, conservando-a, ou destruir essa regularização, através de um novo acontecimento, que é capaz de agitar as redes de memória e, assim, desregular e construir uma nova série sobre a primeira. Ou seja, a memória, segundo Pêcheux (2015b), repousa sobre um jogo de forças e pode ruir pela força exercida por um acontecimento discursivo novo, que, por sua vez, pode provocar uma interrupção nesse processo de regularização de série da memória e criar, retrospectivamente, uma nova série que não estava constituída. Essa nova série figura, então, como o produto, ou seja, o resultado do choque do acontecimento novo, no encontro com a memória.

Considerando o fato de que a memória é esse espaço de luta e conflito, não está assegurado, por exemplo, que a memória acerca das Duas Grandes Guerras, das práticas de tortura e tirania etc. seja homogênea no sentido de ter sido majoritariamente negativa para a humanidade. Essa memória predominante pode ruir sob o peso de um novo acontecimento. Como já mostramos mais acima, a extrema-direita vem crescendo no mundo como uma reação às mudanças progressistas dos regimes constitucionalistas, que são percebidas como uma ameaça à existência de tradições, valores e costumes. Discursos de ódio, atos de violência vêm

tomando os espaços das redes sociais em tempos de grande polarização política e, no caso do Brasil, especialmente com a chegada de Jair Bolsonaro ao poder, o país se viu numa virada política à extrema-direita que mudou os rumos das políticas públicas e dos ideais de sociedade que vinha predominando desde a redemocratização.

Como já foi dito também no capítulo II deste trabalho, a manutenção do regime democrático se faz com vigilância e proteção constantes, principalmente de suas instituições e dos três poderes que o sustentam. Conforme vimos também no mesmo capítulo, o mundo, atualmente, passa por uma onda de “desdemocratização”, ou seja, os regimes democráticos vêm sofrendo retrocessos em todo o mundo ao tempo em que cresce uma extrema-direita ativa, propositiva e descomplexada, que explora as deficiências e insuficiências dos regimes democráticos para deslegitimá-los, utilizando, intensamente, mecanismos como as redes sociais digitais para impulsionar e crescer exponencialmente. Nas últimas décadas, vários índices foram desenvolvidos por diversos institutos de pesquisa na tentativa de mapear, pontuar e mensurar a qualidade das democracias no mundo, além de avaliar a consolidação da democracia e da economia em países em desenvolvimento, entre eles estão: “Varieties of Democracy”¹⁰³; “Instituto internacional pela democracia e assistência eleitoral (Idea)”¹⁰⁴; “Freedom House”¹⁰⁵; “Índice de Transformação Bertelsmann (BTI)”¹⁰⁶; “Democracy Matrix (DeMax)”¹⁰⁷ e “Instituto Variedades da Democracia (V-Dem)”¹⁰⁸. Os relatórios produzidos a partir das análises de tais índices, nos anos de 2019 a 2022, apontaram que metade das democracias liberais do mundo enfrenta, atualmente, a erosão de seus fundamentos, das quais, algumas estão em retrocesso, como é o caso dos Estados Unidos e do Brasil. Tratam o Brasil como um dos símbolos da degradação da democracia no mundo, sendo um dos 12 países cujo sistema democrático está pendendo para a autocracia, além de caracterizar o país como uma “democracia deficiente”.

O declínio democrático apontado pelos institutos de análise durante o governo Bolsonaro corrobora com o relatório produzido pela Anistia Internacional, em fevereiro de 2020, com o título “Direitos Humanos nas Américas: Retrospectiva 2019”¹⁰⁹. Neste documento, as autoridades brasileiras são apontadas como responsáveis por promover decretos executivos, medidas provisórias, projetos de lei e outros instrumentos jurídicos que impactaram

103 [Democracy Index 2022 final \(eiu.com\)](#)

104 [state-of-democracy-in-the-americas-2021.pdf \(idea.int\)](#) e [Global State of Democracy Report 2022: Forging Social Contracts in a Time of Discontent | The Global State of Democracy \(idea.int\)](#)

105 [Brazil: Freedom in the World 2023 Country Report | Freedom House](#)

106 [BTI 2022 Global Findings EN.pdf \(bti-project.org\)](#)

107 [DeMaX_Report_2019_Growing_Hybridity.pdf](#)

108 https://v-dem.net/media/publications/dr_2022.pdf

109 [Direitos Humanos nas Américas: Retrospectiva 2019 - Anistia Internacional](#)

negativamente na garantia dos direitos humanos no país. Identificou-se uma mudança substancial quanto à proteção dos direitos humanos no Brasil. É o regime democrático de direito que garante juridicamente a proteção e promoção dos direitos humanos em um país, e à medida que a democracia entra em declínio, a proteção e garantia dos direitos, por sua vez, é fragilizada e, conseqüentemente, os limites e barreiras impostos pelas leis contra a tirania e a opressão também sofrem abalos significativos, que podem culminar na derrubada da democracia e posterior instalação de uma autocracia no país.

No governo Bolsonaro - cuja propaganda eleitoral já pregava valores e propostas antagônicos ao regime democrático - muitos atos se materializaram através de documentos oficiais (decretos, projetos de lei, medidas provisórias etc.) que, como já foi dito, violaram direitos humanos e atentaram contra o Estado Democrático de Direito. Um governo pautado nos pilares de “Deus, pátria e família”, de extrema-direita, promoveu a obstrução e o desmanche das garantias de direitos fundamentais por ora garantidos no país.

Um dos primeiros atos do governo Bolsonaro foi a Medida provisória nº 870 de 01 de janeiro de 2019¹¹⁰ que tratou sobre a reestruturação do governo, estabelecendo a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Nessa Medida Provisória, o que antes era o Ministério dos Direitos Humanos passa a ser o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pasta encarregada da promoção de políticas para inclusão dos grupos minoritários. Uma das mudanças ocorridas neste Ministério foi a retirada da comunidade LGBT da carta de diretrizes de Direitos Humanos, carta que estabelece para quais grupos as políticas de direitos humanos serão promovidas.

**ATOS DO PODER EXECUTIVO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 870, DE 1º DE JANEIRO DE 2019**

Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

[...]

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Medida Provisória estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

§ 1º O detalhamento da organização dos órgãos de que trata esta Medida Provisória será definido nos decretos de estrutura regimental.

§ 2º Ato do Poder Executivo federal estabelecerá a vinculação das entidades aos órgãos da administração pública federal.

[...]

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Art. 43. Constitui área de competência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos:

I - políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, incluídos:

- a) **direitos da mulher;**
 - b) **direitos da família;**
 - c) **direitos da criança e do adolescente;**
 - d) **direitos da juventude;**
 - e) **direitos do idoso;**
 - f) **direitos da pessoa com deficiência;**
 - g) **direitos da população negra;**
 - h) **direitos das minorias étnicas e sociais; e**
 - i) **direitos do índio, inclusive no acompanhamento das ações de saúde desenvolvidas em prol das comunidades indígenas, sem prejuízo das competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;**
- II - articulação de iniciativas e apoio a projetos destinados à proteção e à promoção dos direitos humanos, com respeito aos fundamentos constitucionais do Estado de Direito;
- III - exercício da função de ouvidoria nacional em assuntos relativos aos direitos humanos;
- IV - políticas de promoção do reconhecimento e da valorização da dignidade da pessoa humana em sua integralidade;

Medida provisória nº 870/2019¹¹¹

Além disso, esse grupo também perdeu a sua Secretaria Nacional da Cidadania, que existia no Ministério quando da estruturação anterior. Os demais grupos mantiveram suas respectivas secretarias, como observa-se abaixo:

V - combate a todas as formas de violência, preconceito, discriminação e intolerância.

Art. 44. Integram a estrutura básica do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos:

- I - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres;**
- II - Secretaria Nacional da Família;**
- III - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;**
- IV - Secretaria Nacional da Juventude;**
- V - Secretaria Nacional de Proteção Global;**
- VI - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;**
- VII - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;**
- VIII - Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;**
- IX - o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- X - o Conselho Nacional dos Direitos Humanos; [...]

Medida provisória nº 870/2019¹¹²

111 [Página 7 do DOU - Seção 1 - Edição Especial, número 0, de 01/01/2019 - Imprensa Nacional](#)

112 [Página 8 do DOU - Seção 1 - Edição Especial, número 0, de 01/01/2019 - Imprensa Nacional](#)

Na Medida Provisória acima, podemos identificar o apagamento de um dos grupos que, conforme a Carta de Diretrizes de Direitos Humanos, deveriam contar com a promoção de políticas públicas. Desse modo, tal Medida delimita o que pode ser considerado estar dentro e fora dela, produzindo, assim, um efeito-sentido de segregação com o grupo LGBT, que não faz parte dos grupos que serão atendidos por tal Ministério. O efeito de segregação produzido a partir desse documento está em relação parafrástica com os sentidos de família que não reconhece a heterogeneidade social e acredita e defende a homogeneização e unificação da sociedade.

A Lei nº 13.964/2019¹¹³, sancionada por Bolsonaro, que trata do aperfeiçoamento penal e processual penal, foi resultado do “pacote anticrime” promovido pelo então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que estabeleceu, dentre outras coisas, o aumento dos mecanismos para o encarceramento em massa da população, o aumento do tempo máximo do cumprimento da pena de prisão, que passou de 30 para 40 anos e enrijeceu as regras da progressão de regime.

LEI Nº 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019

Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º Esta Lei aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Art. 2º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 25. **Parágrafo único. Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.**" (NR)

"Art. 51. Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição. (NR) "Art.

75. § 1º O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a **40 (quarenta) anos.**

Lei nº 13.964/2019 (grifo nosso)

Durante a tramitação do projeto que resultou na referida lei, uma série de confrontos discursivos se estabeleceu na sociedade, através, principalmente, da mídia e no poder

legislativo. Tal Lei sofreu bastante alteração pelo Congresso Nacional, o que resolveu vários vícios de constitucionalidade¹¹⁴. Depois de sancionada a Lei, os confrontos continuaram com discursos que aprovavam e discursos que reprovavam a referida Lei, acusando-a de inconstitucionalidade. No parágrafo único do artigo 25, por exemplo, a chamada excludente de ilicitude para policiais, foi interpretada por contrários à Lei, como uma chancela para que os policiais possam matar sem serem responsabilizados e ainda, no § 1º do artigo 75, que aumentou o tempo máximo de cumprimento de pena para 40 anos, o que, dependendo da idade do condenado, contraria a regra constitucional que veda a prisão perpétua, prevista no inciso XLVII.

Da análise discursiva do excerto acima, podemos identificar um efeito-sentido repressor e punitivista do Estado para com os encarcerados.

Um outro documento oficial foi o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019¹¹⁵ que extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Assim, extinguiu-se Conselhos Participativos que formulavam políticas públicas em vários ministérios e órgãos administrativos federais.

DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019

Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

[...]

Art. 1º Este Decreto extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. A aplicação deste Decreto abrange os colegiados instituídos por:

- I - decreto, incluídos aqueles mencionados em leis nas quais não conste a indicação de suas competências ou dos membros que o compõem;
- II - ato normativo inferior a decreto; e
- III - ato de outro colegiado.

§ 1º A aplicação deste Decreto abrange os colegiados instituídos por:

- I - decreto;
- II - ato normativo inferior a decreto; e
- III - ato de outro colegiado.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º aos colegiados instituídos por ato infralegal, cuja lei em que são mencionados nada conste sobre a competência ou a composição.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto, inclui-se no conceito de colegiado:

- I - conselhos; II - comitês; III - comissões; IV - grupos; V - juntas; VI - equipes; VII - mesas; [...] X - qualquer outra denominação dada ao colegiado.

114 Processo legislativo do PL 882:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192353>
 115 [D9759 \(planalto.gov.br\)](http://D9759.planalto.gov.br)

Além disso, tal Decreto, em seu artigo 10º, revoga o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS¹¹⁶, cujo objetivo era fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil. É possível identificar, através da materialidade discursiva acima, efeitos de silenciamento da sociedade civil no governo e, ainda, um efeito antidemocrático e um efeito de arbitrariedade do Estado, em que ele decide pela sociedade, sem a participação desta.

Já o Decreto de 31 de julho de 2019¹¹⁷ promoveu uma mudança na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que trabalhava no reconhecimento de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar (1964-1985). A comissão, que era composta por 7 membros, teve 4 destes substituídos, incluindo o seu presidente, que passou a ser o advogado Marco Vinicius Pereira de Carvalho, assessor especial da ministra Damares. Além dele, o deputado federal Filipe Barros (PSL-PR) também ingressou na comissão e os outros dois novos membros eram militares, o coronel reformado Weslei Antônio Maretti e o oficial do Exército Vital Lima Santos, assessor do Ministério da Defesa, como confere-se abaixo:

DECRETO DE 31 DE JULHO DE 2019

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS

HUMANOS DECRETO DE 31 DE JULHO DE 2019

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, resolve DESIGNAR os seguintes membros para compor a Comissão Especial de que trata o art. 4º da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995:

MARCO VINICIUS PEREIRA DE CARVALHO, na qualidade de Presidente, em substituição a Eugênia Augusta Gonzaga Fávero; WESLEI ANTÔNIO MARETTI, em substituição a Rosa Maria Cardoso da Cunha;

VITAL LIMA SANTOS, em substituição a João Batista da Silva Fagundes; e

FILIPPE BARROS BAPTISTA DE TOLEDO RIBEIRO, em substituição a Paulo Roberto Severo Pimenta.

[...]

Decreto de 31 de julho de 2019

116 [Decreto nº 8243 \(planalto.gov.br\)](#)

117 [Página 1 do Diário Oficial da União - Seção 2, número 147, de 01/08/2019 - Imprensa Nacional L9140 \(planalto.gov.br\)](#)

Tal decreto, através da mudança dos membros da comissão silenciou não apenas a voz da sociedade civil, como, especificamente, de representantes das vítimas da ditadura militar. É possível identificar a tentativa de apagamento da memória da ditadura como um regime arbitrário, que torturou e matou muitas vítimas, uma vez que os substitutos dos representantes das vítimas na comissão foram militares e pessoas diretamente ligadas ao governo. Posteriormente, no ano de 2022, a comissão foi extinta, conforme despacho¹¹⁸ do Presidente da República em exercício, o general Hamilton Mourão:

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Relatório Final de Atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP, referente ao período de dezembro de 1995 a dezembro de 2022, elaborado em conformidade com o art. 13 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. **Aprovo.** Em 30 de dezembro de 2022. [...] RELATÓRIO FINAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS Período: dezembro de 1995 a dezembro de 2022 Relatório circunstanciado de atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) elaborado em conformidade com o Art. 13 da Lei nº9.140, de 04 de dezembro de 1995 [...]

Acordam os Conselheiros, por maioria de votos, pela aprovação do Relatório final da CEMDP, a ser encaminhado ao Sr. Presidente da República para a devida publicação. Votos favoráveis: Marco Vinicius Pereira de Carvalho, Paulo Fernando Melo da Costa, Jorge Luiz Mendes de Assis e Filipe Barros Baptista de Toledo Ribeiro. Votos contrários: Vera da Silva Facciolla Paiva, Diva Soares Santana e Ivan Cláudio Garcia Marx.

Por todo exposto, declaramos encerradas as atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em cumprimento ao art. 13 da Lei nº 9.140/95.

É o relatório[...]

Parecer final da Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos (grifo nosso).

A posterior extinção da Comissão, por fim, produz um efeito de apagamento da memória da ditadura e das vítimas da ditadura. Tal efeito está em relação parafrástica com os discursos que circularam antes e durante as eleições de 2018, que enalteciam o período ditatorial do país e clamavam por nova intervenção militar, negando ou justificando os desmandos, excessos e atrocidades do regime.

¹¹⁸<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=600&pagina=1&data=30/12/2022&totalArquivos=24>

Outro documento foi o ofício circular nº 04/2021¹¹⁹, emitido pelo Ministério da Educação, que solicitava providências no intuito de prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino.

Ministério da Educação

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 4/2021/DIFES/SESU/SESU-MEC

[...] Aos Senhores Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

Assunto: Encaminha Recomendação do Ministério Público Federal (MPF) nº 133, de 5 de junho de 2019.

Senhores Dirigentes,

1. Cumprimentando-os cordialmente, venho por meio deste, encaminhar cópia do da Recomendação do Ministério Público Federal (MPF) nº 133 (SEI-MEC 2483911), de 5 de junho de 2019, **para conhecimento e providências cabíveis, no intuito de fomentar que as Universidades Federais garantam a adequada utilização de seus bens públicos, observando sempre a afetação daqueles à finalidade da instituição.**

2. De acordo com os subitens 11.4 e 11.5 do mencionado documento, o MPF **recomenda a tomada de providências para “prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino”,** bem como aponta que os recursos financeiros sob gestão destas instituições não podem custear nem patrocinar “a participação de qualquer pessoa física ou jurídica, ou, ainda, agrupamentos de qualquer espécie, em atos político-partidários”.

Ofício Circular nº 4/2021

Esse ofício circular, ao tratar sobre possíveis atos políticos, no futuro – expresso principalmente no verbo “prevenir” -, em universidades federais, mobiliza um pré-construído de que as universidades promovem atos políticos e, ainda, produz o efeito de que tais atos são incompatíveis, divergem da finalidade da instituição. Através desse instrumento, o governo tenta não só proibir, como ainda “punir” atos políticos. Há, aqui, o atravessamento de um discurso de que as instituições de ensino são espaços “neutros” de posicionamentos político-ideológicos. Tal ato de interdição possibilita observar o trabalho da ideologia, que, por um jogo de forças, visa interpelar indivíduos em sujeitos de modo a apagar e silenciar vozes divergentes e de controlar o que pode e o que não pode ser dito/feito nas instituições públicas de educação superior.

A portaria de nº 216/2019¹²⁰ unificou a programação da TV Brasil, ligada à Empresa *Brasil de Comunicação* – EBC, que foi criada através da Lei nº 11.652/2008 para o desenvolvimento da comunicação pública com a programação da TV NBR, de atuação estatal, de modo que as duas emissoras passaram a operar por um único canal.

119 [MEC pede a universidades punição para atos político-partidários | Metrôpoles \(metropoles.com\)](#)

120 [portaria - presi no 216 - programacao televisiva da ebc.pdf](#)

PORTARIA-PRESIDENTE Nº 216

PROGRAMAÇÃO TELEVISIVA DA EBC

O Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação S.A. — EBC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 do Estatuto Social aprovado pela Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 2018.

CONSIDERANDO o art. 223 da Constituição Federal de 1988; a Lei nº 11.652/2008, com as modificações advindas da Lei nº 13.417/2017.

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer que a programação das emissoras de televisão TV Brasil e TV Nacional Brasil — NBR será apresentada em um só canal.

Art. 2º - A programação do art. 1º desta Portaria preservará o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal, sem qualquer prejuízo ao art. 223, *caput*, da Constituição Federal de 1988.

Art. 3º - A EBC providenciará a otimização das equipes de trabalho, de modo que os empregados possam ser aproveitados nas diversas atividades demandadas, observando-se o plano de carreiras. [...]

Portaria presidente nº216

Tal ato também foi marcado por confrontos discursivos nos campos político e jurídico¹²¹, uma vez que, segundo opositores da medida, ela fere a autonomia da EBC diante do governo federal, o que é previsto legalmente pela Lei nº 11.652/2008. A EBC foi criada com o objetivo de diferenciar-se da comunicação produzida pelo governo e pelo mercado, com vistas a impulsionar o debate público e a reflexão sobre temas diversos. Tanto o MPF quanto a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) solicitou esclarecimentos, e a oposição assinou um projeto à época, pedindo anulação do ato. Essa materialidade discursiva produz um efeito de silenciamento da sociedade civil, e de controle estatal sobre os meios de comunicação, ora independentes.

A Lei nº 13.840/2019¹²² alterou a Política Nacional sobre Drogas (PND) de 2006. Uma das alterações foi o fortalecimento das comunidades terapêuticas, instituições normalmente ligadas a organizações religiosas, além do oferecimento de "projetos terapêuticos ao usuário ou dependente de drogas que visam à abstinência".

LEI Nº 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019

[...]

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e tratar do financiamento das

121 [Sociedade civil, MPF e oposição reagem a portaria que | Política \(brasildefato.com.br\)](#)

122 [Página 2 do Diário Oficial da União - Seção 1, número 108, de 06/06/2019 - Imprensa Nacional](#)

políticas sobre drogas e dá outras providências. Art. 2º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações: [...]

"Seção VI Do Acolhimento em Comunidade Terapêutica Acolhedora

Art. 26-A. O acolhimento do usuário ou dependente de drogas na comunidade terapêutica acolhedora caracteriza-se por:

I - oferta de projetos terapêuticos ao usuário ou dependente de drogas que visam à abstinência;

II - adesão e permanência voluntária, formalizadas por escrito, entendida como uma etapa transitória para a reinserção social e econômica do usuário ou dependente de drogas;

III - ambiente residencial, propício à formação de vínculos, com a convivência entre os pares, atividades práticas de valor educativo e a promoção do desenvolvimento pessoal, vocacionada para acolhimento ao usuário ou dependente de drogas em vulnerabilidade social;

IV - avaliação médica prévia;

V - elaboração de plano individual de atendimento na forma do art. 23-B desta Lei; e

VI - vedação de isolamento físico do usuário ou dependente de drogas. § 1º Não são elegíveis para o acolhimento as pessoas com comprometimentos biológicos e psicológicos de natureza grave que mereçam atenção médico-hospitalar contínua ou de emergência, caso em que deverão ser encaminhadas à rede de saúde.

Lei 13.840/19¹²³ de 05 de junho de 2019

A nova política elegeu comunidades terapêuticas, que são ligadas, principalmente a entidades religiosas, como principal terapia de dependentes químicos, ainda que tal tratamento não dispõe de resultados ou controle atestados¹²⁴. Essa política também provocou uma série de confrontos discursivos na sociedade, e a análise discursiva de tal materialidade aponta para um efeito de terceirização do serviço de saúde, por parte do Estado, para entidades privadas que recebem autonomia para tratar e gerir os recursos a ela destinados.

Acerca da modificação da lógica de tratamento dos dependentes para a abstinência, ao invés da contenção de danos, podemos identificar a atualização de uma memória acerca do tratamento que se oferecia nos manicômios no Brasil, que perderam força no país a partir da reforma psiquiátrica em 2001. Assim, identificamos um efeito de retrocesso nessa medida, que visa estabelecer um método que já fora condenado no passado.

Por meio da Portaria 596/2022¹²⁵, o Ministério da Saúde revogou o Programa de Desinstitucionalização para reinserção social de pessoas com problemas de saúde mental e decorrentes do uso de álcool e outras. Criado em 2017 como parte da Raps (Rede de Apoio Psicossocial), do SUS (Sistema Único de Saúde), o programa visava promover a autonomia e

123 [Página 3 do Diário Oficial da União - Seção 1, número 108, de 06/06/2019 - Imprensa Nacional](#)

124 [Levantamento-sobre-o-investimento-em-CTs-w5101135-ALT5-1.pdf \(conectas.org\)](#)

125 [Página 281 do Diário Oficial da União - Seção 1, número 56, de 23/03/2022 - Imprensa Nacional](#)

o exercício da cidadania de pessoas com transtornos mentais por meio de sua progressiva inclusão social. A portaria também revogou o mecanismo de financiamento do programa.

PORTARIA GM/MS Nº 596, DE 22 DE MARÇO DE 2022

[...].

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 4º da Instrução Normativa ME/CGU nº 1, de 14 de fevereiro de 2019, resolve: Art. 1º **Ficam revogados: I - a Seção XII do Capítulo III do Título VIII, art. 1049 até art. 1062, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017; II - a Seção II do Capítulo III, art. 64 até art. 74, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017; e III - os Anexos XXXVI, XXXVII, XXXVIII, XXXIX, XL, XLI e XLII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 2017. Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria GM/MS 596/2022

Ao longo dos atos materializados por meio das Leis e Medidas Provisórias, o governo vai se delineando, estabelecendo e extinguindo políticas que caracterizam o seu viés ideológico.

Uma consulta pública realizada pela Conitec – órgão ligado ao Ministério da Saúde – propôs um Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT)¹²⁶ que sugeria a inclusão da eletroconvulsoterapia como tratamento para a contenção de comportamentos agressivos em casos de Transtorno de Espectro Autista.

[...] A eletroconvulsoterapia (ECT) **tem sido apontada como uma opção no tratamento da agressividade - especialmente a autodirecionada - tanto em pacientes com neurodesenvolvimento adequado quanto em pacientes com TEA. Trata-se de uma estimulação cerebral gerada por uma corrente elétrica que resulta em uma crise convulsiva, com o objetivo de causar alterações no comportamento e melhorar os sintomas psiquiátricos.** Os resultados têm sido promissores e são baseados na hipótese da autolesão no TEA ser um sinal alternativo da catatonia, uma síndrome neuropsiquiátrica de desregulação motora frequentemente associada ao TEA. A catatonia é rapidamente responsiva ao tratamento com benzodiazepínicos e/ou ECT, o que reforça o uso dessa intervenção no comportamento agressivo no TEA. Essas evidências, todavia, são baseadas em pequenas séries de casos e muitas vezes direcionadas apenas ao comportamento autoagressivo [...]

Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT)

A eletroconvulsoterapia é uma prática que foi reconhecida pela ONU como uma prática de tortura. O referido protocolo provocou uma forte reação social, visto que tal proposta viola os direitos humanos, de modo que foi posteriormente desconsiderada pelo governo.

Por fim, através do Decreto nº10.502/2020¹²⁷, o governo Bolsonaro estabeleceu uma nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE) que propunha a criação de escolas especializadas para o atendimento educacional da educação especial para educandos que supostamente não se beneficiam de escolas regulares inclusivas, medida essa que contraria o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

VI - escolas especializadas - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos;

VI - participação de equipe multidisciplinar no processo de decisão da família ou do educando quanto à alternativa educacional mais adequada;

Decreto 10.502/20

Mais uma vez, na análise discursiva do decreto acima, identificamos um efeito de segregação de grupos sociais e retrocessos em relação às garantias do Plano Nacional de Educação (PNE).

Os documentos oficiais elencados acima materializaram algumas das ações do governo Bolsonaro que provocaram a retirada de direitos e garantias de segmentos da população, o silenciamento da sociedade civil na promoção, articulação e acompanhamento das políticas públicas, o enrijecimento de regras e aumento no tempo de encarceramento da população, o esvaziamento e extinção da comissão que apuravam mortes e desaparecimentos políticos durante a ditadura militar, o pedido de punição para atos político-partidários em instituições de ensino, a retirada da autonomia da Empresa Brasileira de Comunicação, a alteração da Política Nacional sobre Drogas que pautou tratamentos com base em abstinência, extinção de programa de desinstitucionalização e promoção de incentivos de internação para pessoas com problemas de saúde mental, proposta de tratamentos de eletroconvulsoterapia para contenção para pessoas com Transtorno de Espectro Autista, prática considerada tortura pela ONU e uma política de segregação para a Educação Especial.

127 [DECRETO Nº 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - DECRETO Nº 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020 - DOU - Imprensa Nacional \(in.gov.br\)](#)

A análise discursiva de tais documentos aponta para um funcionamento discursivo de desumanização de segmentos da sociedade, a exemplo da comunidade LGBT, da população carcerária, das vítimas da ditadura militar, de pessoas usuários de drogas, de pessoas com problemas de saúde mental e com Transtorno do Espectro Autista e deficientes. Identificamos, também, um efeito de subversão dos valores democráticos e negação de fatos históricos ocorridos no país.

O governo Bolsonaro, dentro do regime democrático, consolidou, legitimou e institucionalizou práticas advindas de um outro campo ideológico, que é completamente antagônico ao campo ideológico progressista e constitucional do Estado Moderno e do regime de governo democrático, apesar da resistência da força contrária, advinda de algumas instituições, movimentos sociais, imprensa etc. Tudo isso foi materializado discursivamente durante a campanha eleitoral e concretizado em práticas durante o governo. Os sentidos, do *slogan* “Deus, pátria e família” continuaram funcionando ao longo do governo de extrema-direita bolsonarista, através, dentre outros, das materialidades que compunham instrumentos oficiais como ofícios, leis, decretos, medidas provisórias e foram consolidando e concretizando práticas fascistas.

No entrecruzamento da memória com a atualidade da ascensão de Bolsonaro ao poder, é possível identificar uma tensão nas redes de memória que visam uma desestruturação/reestruturação da memória vigente, reorganizando retrospectivamente as suas filiações de sentido. O acontecimento discursivo da eleição de Bolsonaro ao poder deslocou e desregulou implícitos associados ao sistema de regularização da memória predominante acerca da ditadura militar, dos regimes totalitários, da violência, das minorias, da segmentação social etc. e produziu uma ruptura na memória vigente e, em seu lugar, buscou a estruturação de uma rede de “implícitos” que legitima práticas fascistas que segregam e desumanizam pessoas, aumentam as diferenças sociais e fortalecem a disjunção ricos/pobres, fortes/fracos, sábios/ignorantes, bons/maus.

Os saberes de uma formação discursiva direitista que nega a ditadura militar e significa tal fato histórico como uma “revolução democrática” passou a circular e produzir um jogo de forças com vistas a regularização desse discurso.

3.6 Considerações finais

Para analisar as SD's que precedem, nos debruçamos sobre o estatuto das “discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de resposta unívoca e formulações irremediavelmente equívocas” (Pêcheux [1983] 2015a). O acontecimento discursivo da admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, foi precedido e prefigurado por confrontos discursivos que, posteriormente, prosseguiram ao acontecimento, prolongando-o e fazendo trabalhar “formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, [...])” (Pêcheux [1983] 2015a), que, por um lado, visavam apressar a chegada de um acontecimento novo e por outro, impedi-la.

A partir das análises, foi possível identificar que os sentidos de Deus, pátria e família circularam nas manifestações de 2013 a 2016, no *impeachment* de Dilma Rousseff e prosseguiram na circulação-confronto de formulações até as eleições de 2018, prefigurando o acontecimento discursivo da eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, numa relação de paráfrase com os sentidos que circularam durante o regime fascista de Mussolini na Itália, o regime nazifascista na Alemanha e no Brasil, no movimento integralista. Observamos um movimento na memória, que provocou uma agitação na rede de implícitos, de já ditos sobre família, Deus, pátria, comunismo, ditadura militar, corrupção, democracia, num jogo de forças que buscou desestabilizar as redes de memória no trabalho dos confrontos discursivos.

Na análise dos discursos acerca do item lexical “Deus”, identificamos uma convergência entre a doutrina política e teológica de modo que as decisões políticas são baseadas em um querer divino. Identificamos, ainda, o funcionamento de uma posição fundamentalista religioso, que produziu sentidos de que o povo evangélico era odiado e atacado pelo PT, e, ainda, que a causa do suposto sofrimento do povo brasileiro estava no fato de a governante do Brasil não ser convertida ao cristianismo, o que atualiza uma memória do líder messiânico fascista, que representa uma forma divina, um mito vivo. O PT passa a ser então considerado um inimigo do povo e que, portanto, deve ser combatido/destruído, o que produz um efeito de medo e raiva contra tal inimigo, deslegitimando o partido enquanto um simples opositor político.

As filiações históricas dos sentidos sobre Deus mobilizados nas análises silenciaram os sentidos de laicidade do Estado Democrático de Direito Brasileiro, constituída e garantida pela Constituição Federal do país, o que desestabilizou e tentou silenciar, assim, a memória de toda a pluralidade religiosa do Brasil, como a religião espírita, o candomblé, a umbanda, o budismo, o hinduísmo, o islamismo, o judaísmo, as religiões espiritualista, de tradições esotéricas, de tradições indígenas, religiosidades afro-brasileiras, religiões orientais etc. que foi negada e esquecida.

Já no item lexical “pátria” identificamos o funcionamento de diferentes posições-sujeito. A posição-sujeito patriota, que produziu sentidos de pátria como uma identidade nacional, de unidade nacional entre os compatriotas, e sobre o PT, como um partido que governa para si mesmo e não para a pátria, e que foi responsável por dividir o país, mobilizando, assim, uma memória de um passado mítico do país como unificado e homogêneo. O *impeachment* de Dilma Rousseff significaria, assim, a destruição do inimigo da pátria e uma suposta restauração, reconciliação nacional que promoveria o retorno à suposta pátria unida, pátria essa, discursivizada como unificadora e padronizadora dos pensamentos e ações do homem, o que produz um efeito de paráfrase com os sentidos de pátria do regime fascista. Os sentidos de pátria em circulação silenciaram a pluralidade e heterogeneidade étnica, política, cultural, de ideias e crenças do povo brasileiro, buscando uma suposta unificação nacional.

Uma outra posição-sujeito identificada foi a anticomunista/antiesquerdista, que produziu efeitos-sentido de desqualificação dos eleitores de esquerda e deslegitimação das políticas públicas de esquerda, além de efeitos-sentido do comunismo como um regime que incita o ódio aos cristãos, ameaça a base moral, a família, a espiritualidade, o cristianismo, corrompe as crianças e violenta as mulheres e que precisa ser combatido com ultranacionalismo e violência.

Já a posição-sujeito ditador-torturador, por sua vez, produziu sentidos sobre a ditadura militar no país e provocou um conflito na regularização das redes de memória discursiva. A ditadura foi discursivizada como um regime que se instalou como uma resposta ao clamor popular, produzindo enaltecimentos aos feitos da ditadura, aliado a um discurso de crítica e ironia do regime democrático. Circulou, também, um discurso negacionista quanto à tortura e quanto aos depoimentos dos sobreviventes da ditadura, mas também efeitos de legitimação de atos de violência, tortura e assassinatos. Identificamos, também, um efeito-sentido de distorção da história e manipulação dos fatos sobre a ditadura por parte da mídia, da esquerda, e dos professores, um discurso que insinua uma intenção de tais sujeitos de omitir uma suposta “verdade” acerca do regime ditatorial, produzindo um efeito de denúncia e acusação contra tais sujeitos e, por outro lado, um efeito de justiça e de verdade quanto a essa suposta reparação das narrativas históricas sobre os militares do período.

Identificamos, ainda, o irromper de uma memória sobre a ditadura que perfura e rompe com a série de *já-ditos* que estavam regularizadas até a chegada de tal acontecimento. Uma memória de que as crianças, durante o regime, tinham acesso garantido às escolas, de que à prática pedagógica era mais rigorosa, as escolas eram mais seguras e livres das drogas, os pais tinham “liberdade” para educar seus filhos praticando agressões físicas sem serem “punidos”

por Leis, e as crianças, a partir dos 12 anos, já podiam trabalhar de maneira formal, o que produz um efeito de que a partir de uma educação rígida, uma disciplina rigorosa e agressiva, se conseguiria “proteger” crianças e adolescentes das drogas e da criminalidade.

E, por fim, nos discursos acerca do item “família” identificamos o funcionamento de uma posição-sujeito antipetista que produziu efeitos de que o PT ataca e tenta destruir família e seus valores, de que PT corrompe a “inocência” das crianças, promove uma suposta “doutrinação” nas escolas, além de um discurso de acusação e denúncia de suposto professores petistas responsáveis por tal “doutrinação”. Identificamos, também, o funcionamento de um posição-sujeito ditador, que produziu efeitos de que a família está ameaçada pelo governo democrático e que a intervenção militar combateria tal ameaça, além do discurso de que o tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto a Lei da Palmada são prejudiciais para a educação e formação do caráter de crianças e adolescentes. Os sentidos de “Família” como uma instituição formada por pai, mãe e filhos silenciam a existência dos diversos e heterogêneos modelos de estrutura familiar que foram se constituindo no mundo moderno e que são reconhecidos e garantidos pela Constituição Federal, tais como família informal, monoparental, anaparental, unipessoal, reconstituída ou eudemonista etc.

Quanto ao pleito de 2018, este foi comprometido, pois expôs o olhar do eleitor a um conjunto de discursos produzidos e articulados com base em meias verdades, afirmações falsas, imagens e audiovisual adulterados, conclusões extraídas a partir de premissas falsas que apelaram para sentimentos e emoções do eleitor, que, por sua vez, não pode analisar e decidir sobre seus candidatos com base em fatos verídicos.

A partir de discursos que pedem intervenção militar e a conseqüente dissolução do Estado Democrático de Direito, que deslegitimam a grande mídia, e enaltecem as redes sociais como fontes de informação “verdadeira” e imparcial, que deslegitimam e pedem a dissolução dos três poderes, que questionam a integridade das eleições brasileiras e das urnas eletrônicas com suposições de fraudes eleitorais, um discurso que desumaniza e defende práticas de violência e morte contra segmentos da população, a deslegitimação de opositores políticos, vinculando-os a atos de extrema depravação e imoralidades, a deslegitimação dos Direitos Humanos, sob o pretexto de que a sociedade brasileira está com a sua existência, sua moral, seus costumes, suas crenças, suas ideias sob ataque, promoveram a negação de outras formas de existência religiosa, étnica, cultural, de valores éticos e sociais, de constituição familiar, e ainda, desumanizaram diversos segmentos da sociedade brasileira. Discursos e práticas assumidamente fascistas se consolidaram a partir das eleições de 2018, culminando na ascensão da extrema-direita ao poder, tanto no executivo quanto no legislativo brasileiro.

Por fim, quanto à análise discursiva dos documentos oficiais do governo Bolsonaro, identificou-se a materialização de discursos que desumanizam segmentos da sociedade, subvertem valores democráticos e negam fatos históricos ocorridos no país. Tais documentos demonstraram a institucionalização das práticas advindas de uma formação ideológica antagônica ao campo ideológico do governo democrático. A ascensão de um governo de extrema-direita no Brasil provocou uma desregulação da memória predominante acerca da ditadura militar no Brasil, dos regimes totalitários, da violência, etc., e produziu uma reestruturação de uma rede de “implícitos” que legitimam práticas fascistas que segregam e desumanizam pessoas, aumentam as diferenças sociais e fortalecem a disjunção ricos/pobres, fortes/fracos, sábios/ignorantes, bons/maus.

De acordo com Finchelstein (2019), muito embora o fascismo tenha sido derrotado após a Segunda Guerra Mundial, não deixou de gerar consequências. Ele afirma que o populismo reformou e adaptou o legado fascista a uma ordem democrática. Ou seja, resquícios do fascismo derrotado foram espalhados e readmitidos no sistema político, através do populismo que se transformou numa “terceira via” entre o liberalismo e o comunismo. Democracia, neste viés, “é definida em termos restritos como a manifestação dos desejos dos líderes populistas” (FINCHELSTEIN, 2019, p. 16-17).

Também, de acordo com Piovezani (2020a),

A linguagem fascista usa a linguagem humana para calar a linguagem humana. Fala da pureza da raça ou das pessoas de bem para calar a crítica e as diferenças. Fala às massas populares, que, de fato, menospreza, para tentar conduzir e calar o povo e seus porta-vozes. Fala para justificar e fomentar o aniquilamento do adversário, transformado em inimigo. Os perigos do fascismo estão além da linguagem. Agressões e extermínios ultrapassam as ações linguísticas. Mas as versões fascistas da história promovem um aumento progressivo na aceitação de discurso de ódio e de atos violentos, tanto pelo que contam quanto por suas maneiras de contar suas narrativas (PIOVEZANI, 2020a, p. 51).

Segundo Piovezani (2020a), existe um fascismo nacional comum que esteve sempre entre nós, nas opressões às minorias pobres, marginalizados, negros, indígenas etc., como resquícios de uma história escravocrata e das muitas injustiças sociais que o Brasil ainda está longe de conseguir reparar, e que, atualmente, tem aparecido numa “escalada de práticas e discursos de ódio e, finalmente, uma ascensão ao poder político da presidência da República” (PIOVEZANI, 2020a, p. 44).

4 CONCLUSÃO

O pensamento político moderno reconheceu o primado do poder político sobre os demais poderes, graças à independência ou superioridade do juízo político sobre o juízo moral. A partir daí, o Estado tornou-se a figura suprema da eticidade, e o homem político passou a ser livre na sua singularidade, sem submissões a preceitos morais. É no regime democrático, considerado por especialistas e estudiosos como a melhor forma de governo, que se configura um Estado baseado na ética e capaz de garantir o gozo das liberdades individuais e dos direitos humanos.

Com efeito, em todo o mundo, a forma de governo democrática vinha crescendo continuamente, conforme demonstrado no Capítulo II deste trabalho. Contudo, pesquisas recentes apontaram para um processo de recessão da democracia, designado tanto pelo fracasso em tentativas de democratização quanto pela reversão da democracia em países onde esta já fora estabelecida. Isso mostra que a democracia liberal é sempre suscetível a sofrer abalos e crises capazes de comprometer sua eficácia e afetar sua legitimidade enquanto regime capaz de atender às necessidades da sociedade.

Diante dessa fragilidade constitutiva da democracia que, ao garantir liberdades, pode sempre ser questionada, ameaçada e destruída, sua sustentação requer um trabalho de vigilância e proteção, que se dá pelo fortalecimento das instituições democráticas, dos três poderes que a constituem, dos partidos políticos e da sociedade civil organizada.

No Brasil, desde a redemocratização em 1988, o país vinha trabalhando para consolidar a democracia, mas não sem passar por crises e fragilidades. Todavia, em consonância com o crescimento da extrema-direita no mundo, a partir do ano de 2013, foi possível verificar o irromper de discursos extremistas, nas ruas de todo o país, que culminaram no *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e, mais tarde, na chegada de um governo de extrema-direita ao poder. Discursos ultranacionalistas, de apologia à violência, intolerantes, segregacionistas, extremistas, de fundamentalismo religioso, de apologia a um passado mítico e de exaltação da família patriarcal se materializaram através do *slogan* “Deus, pátria e família” e circularam, mais notoriamente, a partir de 2013, nos campos político, social, midiático, cibernético e religioso.

Diante dessa realidade, levantamos a seguinte pergunta de pesquisa: O discurso inscrito no *slogan* “Deus, pátria e família” prefigurou quais acontecimentos históricos e discursivos entre 2013 e 2022, no campo político brasileiro? E que memória esse *slogan* fez trabalhar em sua atualidade nos acontecimentos?

Para responder a tais questionamentos, levantamos duas hipóteses que foram confirmadas ao finalizarmos o trabalho de análise, a primeira delas, de que o discurso da extrema direita antidemocrática inscrito no *slogan* “Deus, pátria e família” prefigurou acontecimentos históricos e discursivos, entre os quais, as manifestações de junho de 2013, 2015 e 2016, o *Impeachment* de Dilma Rousseff, as eleições de 2018 e configurou o governo antidemocrático de Jair Bolsonaro de 2019 a 2022.

A segunda hipótese, que fora também confirmada, foi a de que o discurso da extrema direita antidemocrática inscrito no *slogan* “Deus, pátria e família”, em sua atualidade, fez trabalhar, nos acontecimentos históricos e discursivos mencionados, uma memória da formação ideológica da extrema direita antidemocrática a que estão ligados os movimentos fascista e nazista, na Europa, e o movimento integralista no Brasil, no início do século XX.

Das análises desenvolvidas no Capítulo II deste trabalho, com base em Pêcheux ([1975] 2014b) e Orlandi (2015), que defendem que para compreender o funcionamento de um discurso é preciso relacioná-lo aos sujeitos e à ideologia à qual está filiado, bem como às condições de produção nas quais esse discurso emerge e as relações que estabelece com a memória, remetemos o *slogan* “Deus, pátria e família” a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, de modo a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos, verificando seu funcionamento discursivo nas primeiras décadas do século XX, na Itália fascista, na Alemanha nazista/fascista e no Brasil, no movimento integralista.

Na análise dos discursos acerca do item lexical “Deus”, identificamos uma convergência entre a doutrina política e teológica. A partir de uma posição-sujeito fundamentalista-religioso, produziu-se sentidos de: um Deus supremo; monoteísmo; maniqueísmo/antagonismo; líder messiânico; depreciação da paz; sacralização da violência; justificação de “guerras santas” e combate a supostas ameaças. Sob a atualização de uma memória do Deus cristão que, no encontro com a atualidade, modificou-se, e passou a significar um “Deus fascista”, os indivíduos foram ideologicamente interpelados em sujeitos por identificação a uma FD fascista.

Sobre os sentidos de “pátria”, identificamos, a partir de uma posição-sujeito ultranacionalista-hegemônico, sentidos de: unificação e homogeneização nacional; padronização do pensamento, ações e formas de expressão; sentimento de unidade; primazia da comunidade em detrimento da humanidade, do grupo em detrimento da individualidade, de uma suposta raça em detrimento das demais; defesa contra inimigos internos e externos; potencialização de forças individuais pela união coletiva; combate a supostas ameaças contra a unificação nacional; Estado mantenedor da ordem, disciplina e harmonia de todas as classes. A

partir da atualização da memória de um passado mítico de união nacional e homogeneização social, os indivíduos foram interpelados em sujeitos, identificando-se a uma FD ultranacionalista.

E quanto aos sentidos de “família”, a partir de uma posição-sujeito patriarcal, produziu-se sentidos de: instituição santa; indestrutível; monogâmica e heteronormativa; patriarcal; garantidora da manutenção de tradições e valores; objetificação da mulher e dos filhos; controladora da ordem moral; garantidora da multiplicação da raça eleita, do povo escolhido. Identificamos, também, a atualização e regularização da memória da família patriarcal como “adequada”, harmoniosa e estabelecida de acordo à vontade divina.

Juntos, os itens lexicais apontados acima, ao compor a formulação do *slogan* “Deus, pátria e família”, funcionou discursivamente - filiado a uma FD fascista que representa, através da linguagem, a formação ideológica que lhe corresponde - como um ideal político-ideológico-religioso a ser alcançado, um apelo a uma regeneração social e racial e a uma reforma moral, conduzida por um Estado Totalitário e um líder soberano. O *slogan*, na repetição dos discursos que o atravessam, fez movimentar essa memória na linguagem e funcionou, também, como uma senha de coesão do grupo fascista, como um símbolo de poder do regime, interligando, ilusoriamente, o governo e seu povo.

Passando ao Capítulo III, constatamos que os sentidos de “Deus, pátria e família” circularam nas manifestações de 2013 a 2016, no *impeachment* de Dilma Rousseff e prosseguiram na circulação-confronto de formulações das eleições de 2018, prefigurando o acontecimento discursivo da eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, e durante o seu governo, materializados nos atos do executivo, numa relação de paráfrase com os sentidos que circularam durante o regime fascista de Mussolini, na Itália, de Hitler, na Alemanha e, no Brasil, no movimento integralista de Plínio Salgado. Observamos, também, um movimento na memória, que provocou uma agitação na rede de implícitos, de já-ditos sobre família, Deus, pátria, comunismo, ditadura militar, corrupção, democracia, num jogo de forças que buscou desestabilizar as redes de memória no trabalho dos confrontos discursivos.

Sobre o item lexical “Deus”, na análise das materialidades, identificamos o funcionamento da mesma posição-sujeito fundamentalista-religioso que, ao produzir sentidos em relação parafrástica com os sentidos do “Deus” fascista, provocou o apagamento da memória da pluralidade religiosa do Brasil, além da atualização da memória do líder messiânico fascista que representa uma forma divina, um escolhido por “Deus” para governar. Funcionaram, também, as posições-sujeito capitalista-neoliberal e antipetista. A primeira, produzindo efeitos de desqualificação do socialismo político, discursivizado como antagonico

ao socialismo de “Jesus” e a segunda, efeitos de medo e raiva do PT, que passou de partido político adversário a inimigo do divino, inimigo do cristianismo e perseguidor dessa fé.

Acerca da “Pátria”, funcionou uma posição-sujeito ultranacionalista, que, por sua vez, em uma relação de paráfrase com os sentidos de “pátria” fascista, produziu sentidos de pátria como identidade e unidade nacional, restauração e reconciliação nacional, padronizadora dos pensamentos e ações do homem, além da atualização de uma memória sobre o passado mítico do Brasil como um país unificado e homogêneo. Funcionou, também, uma posição-sujeito anticomunista/antiesquerdista, que produziu efeitos de desqualificação da esquerda, de deslegitimação de políticas públicas e do comunismo como um regime que nutre ódio aos cristãos, ameaça a base moral, a família, a espiritualidade, o cristianismo e que corrompe crianças e violenta mulheres.

Uma outra posição-sujeito que funcionou, dentro da FD, fascista foi a de ditador/torturador, que, por sua vez, fez circular efeitos-sentido de justiça e verdade quanto a uma suposta reparação das narrativas históricas sobre a ditadura militar, da ditadura como um regime sem corrupção, efeitos de subversão dos valores democráticos e de deslegitimação do regime democrático, dos opositores político-partidários, das urnas eletrônicas e do processo eleitoral, dos direitos humanos, da grande mídia e dos três poderes - pilares da democracia - , além de um discurso de desumanização contra segmentos da população e de legitimação da prática de violência e morte contra tais segmentos. Um outro efeito identificado foi o de negação de fatos históricos e de outras formas de existência religiosa, étnica, cultural, de valores éticos e sociais, de constituição familiar.

Por “Família”, identificamos uma posição-sujeito antipetista, que produziu discursos sobre o PT destruir as famílias e seus valores, corromper a inocência das crianças e promover uma “doutrinação” nas escolas. Funcionou, também, uma posição-sujeito ditador que produziu efeitos de que a família está ameaçada pelo governo democrático e que a intervenção militar combateria tal ameaça, além do discurso de deslegitimação das leis de proteção à criança e adolescente, e, por fim, o funcionamento de uma posição-sujeito patriarcal que compreende família como instituição heteronormativa, em relação parafrástica com os sentidos de família fascista e do aborto como uma prática que atenta contra a instituição da família.

Quando da ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, identificamos nas materialidades que compõem alguns documentos oficiais publicados pelo governo efeitos-sentido de: segregação de grupos minoritários; desumanização de segmentos da sociedade; Estado repressor e punitivo contra a comunidade carcerária do país; silenciamento da sociedade civil no governo; silenciamento de representantes das vítimas da ditadura militar e apagamento da memória das

vítimas da ditadura; Estado controlador e silenciador de vozes políticas divergentes e de meios de comunicação independentes; retrocesso no combate às drogas e violação dos direitos humanos.

No entrecruzamento da memória com a atualidade, foi possível identificar uma tensão nas redes de memória que visou uma desestruturação/reestruturação da memória vigente acerca da ditadura militar, dos regimes totalitários, da violência, das minorias, da segmentação social etc., reorganizando, retrospectivamente, as suas filiações de sentido, de modo a produzir uma reestruturação da rede de “implícitos” que legitimaram discursos sobre a prática fascista de segregação e desumanização de pessoas e fortalecimento da disjunção ricos/pobres, fortes/fracos, sábios/ignorantes, bons/maus, negação da tortura, legitimação de atos de violência, tortura e assassinato e afirmação de práticas do rigor, agressão e rigidez do regime como efetivas para o bem-estar social. Assim, os saberes de uma formação discursiva direitista que nega a ditadura militar e significa tal fato histórico como uma “revolução democrática” passou a circular e produzir um jogo de forças com vistas a regularização desse discurso.

Também no encontro da memória com a atualidade, os sentidos do *slogan* “Deus, pátria e família”, que circulou desde as manifestações de 2013-2016 até o governo da extrema-direita no Brasil – embora não tenha começado nem terminado durante tal período –, funcionaram numa relação parafrástica com os sentidos que circularam no Estado fascista, de modo que estão filiados a uma mesma matriz de sentido, a FD fascista, como um apelo a uma regeneração social e a uma reforma moral, também conduzida por um Estado totalitário e um líder soberano. A partir da suposta transparência da linguagem, os sentidos que atravessaram o *slogan* “Deus, pátria e família” funcionaram como um elemento de interpelação ideológica das massas, através da identificação com a FD fascista, mascarando, para os sujeitos, o caráter material do sentido, com fins de dominação política pela ideologia correspondente.

Ao funcionar, na linguagem, sentidos de uma dada FD, a FD fascista, outros sentidos foram silenciados, a saber, os sentidos de laicidade do Estado democrático, da pluralidade e heterogeneidade étnica, política, cultural, de ideias e crenças e, ainda, da existência dos diversos e heterogêneos modelos de estrutura familiar que foram se constituindo no mundo moderno e que são reconhecidos e garantidos pela Constituição Federal. A história mostra que foi com base e a partir da desumanização, segregação e silenciamentos/apagamentos que segmentos da sociedade foram agredidos, violentados, torturados e mortos. Foi a desumanização que legitimou e legitima, até os dias atuais, atos de violência que ferem a dignidade humana e atentam contra a vida.

De acordo com Orlandi (2015b), sendo a memória um espaço móvel de luta, conflito e esquecimento, cujo jogo de forças pode, a partir de um acontecimento novo, manter uma regularização preexistente ou criar uma “desregularização”, do já dito e significado, pode irromper o novo, o que ainda não fora realizado, a partir do movimento contínuo dos sujeitos e dos sentidos, criando assim, uma nova série de regularização. Assim, no mundo em que vivemos, muitos serão ainda os acontecimentos discursivos que irão se inscrever na memória, cujos sentidos de uma ou de outra FD serão parte da série de regularização. Importa que sentidos de democracia, cidadania, liberdade, Estado Democrático de Direitos, liberdades individuais, direitos humanos, diversidade, pluralidade religiosa, heterogeneidade, nunca deixem de significar pela memória. Importa que a memória possibilite sempre tais dizeres, importa que tais discursos sejam sempre regularizados e nunca silenciados e tais memória não sejam nunca apagadas. Importa que os lugares de memória sempre remetam a esses sentidos, para que se possa garantir toda forma de existência humana no mundo, sem interdições, sem violência, sem censura, sem apagamentos.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Mayara Archieris. **Posição-sujeito utópico e efeitos-sentido**. Orientadora Maria da Conceição Fonseca-Silva; 92 f. Dissertação (mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.
- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. Tradução e introdução de José Horta. In: ACHARD, Pierre. e outros. **Papel da memória**. Campinas-SP: Pontes, 2015b. p. 43-51. Edição original: 1983b.
- BARBOSA, L. C. **Mídia e discursividade: Dilma, Lula, radicais do PT e Corrupção**. xiv, 84f.: il. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2014.
- BRASIL, **Diário da Câmara dos Deputados**. República Federativa do Brasil. Ano LXXI - Nº 056, Segunda-feira, 18 de abril de 2016.
- BRITO, Eliane de Jesus. **Memória discursiva e efeitos-sentido de divisão do Brasil em processos de eleições presidenciais**. 89 f. Dissertação (mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade. Fragmentos de um dicionário político**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira; posfácio Celso Lafer – 24º ed. – Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, [1986] 2020.
- CARNEIRO, Márcia. Entre a essência e “atualizações” – O integralismo ontem e hoje (de 1932 até o presente). Category: Práxis, Poiésis & Theoria. Revista Contemporartes, 2020. Disponível em: <https://revistacontemporartes.com.br/2020/07/17/entre-a-essencia-e-atualizacoes-o-integralismo-ontem-e-hoje-de-1932-ate-hoje/>
- CHABOD, Federico. **História do Fascismo**. Editora Arcádia Limitada. Lisboa, 1963. In BIAZI, C. A. S. M. A Ideia de Nação no Pensamento de Pasquale Stanislao Mancini. Revista Direito Em Debate, 26(48), 45–62, 2017.<https://doi.org/10.21527/2176-6622.2017.48.45-62>
- CÍCERO, Marco Túlio. **As Catilinárias**. Introdução, tradução do Latim e notas de Sebastião Tavares de Pinho, Edições 70, Lisboa, 2006. In URBANO, Carlota Miranda. ‘Cidadãos do Mundo’: a Pátria a caminho do universal: comentário de alguns passos de Cícero. Associação Portuguesa de Estudos Clássicos; Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra. 2007, p. 45-50.
- CONCEIÇÃO, N. M. S. S. da. **Memória e efeitos-sentido sobre Dilma Rousseff em Veja: construção e desconstrução**. 116 f. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2018.
- ECO, Humberto. **O fascismo eterno**. Tradução de Eliana Aguiar. 11ª Ed. Rio de Janeiro, Record, 2021.

ENGELS, F. (1884). **El origen de la familia, de la propiedad privada e del Estado**. Buenos Aires: Claridad, 1884). In NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sívia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Psicol. Soc.* 18 (1). Scielo Brasil, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100007>

ESPÍRITO SANTO, P. O processo de persuasão política – Abordagem sistêmica da persuasão com referências ao actual sistema político português. Lisboa, 1997. In: QUEIROZ, A.; MANHANELLI, C. **Breve história dos slogans políticos nas eleições do Brasil Republicano**. In: *Signos do Consumo*, V. 1, nº 2, 2009. P. 235-253.

EVANS, Richard. J. **A chegada do Terceiro Reich**. Tradução: Lúcia Brito. Editora Planeta do Brasil. São Paulo, 2010.

EVANS, Richard J. **Terceiro Reich na história e na memória: novas perspectivas sobre o nazismo, seu poder político, sua intrincada econômica e seus feitos na Alemanha do pós-guerra**. Tradução de Renato Marques. Ed. Planeta do Brasil, São Paulo, 2018.

FINCHELSTEIN, Frederico. **Do fascismo ao populismo na história**. [Tradução Jaime Araújo]. São Paulo: Almedina, 2019. (Título original: From fascismo to populismo in history).

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. **Poder-Saber-Ética nos discursos do cuidado de si e da sexualidade**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007a.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e Lugares de Memória Discursiva. In: Maria da Conceição Fonseca-Silva; Sírio Possenti. (Org.). **Mídia e Rede de Memória**. 1ed. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007b, v. 1, p. 11-37.

GADET, F. Prefácio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. In: GADET, Françoise e HAK, T (Org.). **Por uma análise automática do Discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 7-10. Edição original: 1975.

GIARDINA, Andrea. **O mito fascista da romanidade**. In: Dossiê Nação / Nacionalismo. *Estud. av.* 22 (62), p. 55-76, 2008. SciELO - Scientific Electronic Library Online <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000100005>>

GONÇALVES, L. P; NETO, O. C. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise e HAK, T (Org.). **Por uma análise automática do Discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-250. Edição original: 1975.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani. In: GADET, Françoise e HAK, T (Org.). **Por uma análise automática do Discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 11-38. Edição original: 1975.

INDURSKY, Freda. Discurso político: processos de significação em tempos de *Fake News* – uma entrevista com Freda Indursky. In.: **Discurso político: processos de significação em**

tempos de *Fake News* – uma entrevista com Freda Indursky. Cad. Letras UFF, Niterói, v. 30, n. 59, p. 13-31, 2o número 2019.

LASSWELL, Harold. *A Linguagem da Política*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1982. In: QUEIROZ, A.; MANHANELLI, C. **Breve história dos *slogans* políticos nas eleições do Brasil Republicano.** In: *Signos do Consumo*, V. 1, nº 2, 2009. P. 235-253.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LUZ, M. B. **Efeitos-sentido na circulação-confronto de formulações da Sessão de Admissibilidade do Processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff.** Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, 2018. DOI: <https://doi.org/10.54221/rtdppglinuesb.2018.v6i1.152>. Acesso em: 10 set. 2018.

LUZ, M. B.; FONSECA-SILVA, M. C. Depois da admissibilidade do *impeachment*: um movimento de confrontos discursivos. In: **Revista *Philologus***. v. 27 n. 81 Supl. (2021). Rio de Janeiro: CiFEFiL. Anais da XVI JNLFLP, 2021, p. 916-928.

MAZZINI, Giuseppe. **Deveres do homem.** Digitalização do livro em papel Pensadores Italianos Clássicos Jackson. Volume XXVI. W.M. Jackson Inc. Rio de Janeiro, [1950] 2004.

MILLET, K. **Sexual politics New York: Doubleday & Company.** 1970. In NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sívia Helena. *Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa.* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Psicol. Soc.* 18 (1). Scielo Brasil, 2006.

MOTA, Carlos Guilherme. **História moderna e contemporânea.** 1 ed. Ed. Moderna. São Paulo SP, 1986.

MUSSOLINI, Benito; GENTILE, Giovanni. **A doutrina do fascismo.** 1ª ed. LeBooks Editora, [1932] 2020.

OLIVEIRA, Beatriz Rocha de. **Discurso, religião e política: funcionamento discursivo do porta-voz nas eleições presidências de 2018.** Orientadora Profª. Drª Edvania Gomes da Silva. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, 2021, 111f.

ORLANDI. E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 12ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI. E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. Tradução e introdução de José Horta. In: ACHARD, Pierre. e outros. **Papel da memória.** Campinas-SP: Pontes, 2015a. p. 53-61. Edição original: 1983b.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo.** [Tradução Patrícia Zimbres e Paula Zimbres]. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (1969). In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2014a. p. 59-158. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise e HAK, T (Org.). **Por uma análise automática do Discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014a. p. 159-250. Edição original: 1975.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et. al.* 5ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2014b.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Tradução: Eni P. Orlandi. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015a. Edição original: 1983a.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. Tradução e introdução de José Horta. In: ACHARD, Pierre. e outros. **Papel da memória**. Campinas-SP: Pontes, 2015b. p. 43-51. Edição original: 1983b.

PENA, Lara P. J. “Globalismo”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira. **Fronteira**. V. 188, n. 36, p. 371 – 386, 2º sem., Belo Horizonte – MG, 2019.

PIOVEZANI, Carlos. A linguagem fascista. In: PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. **A Linguagem Fascista**. Editora Hedra Ltda. São Paulo-SP. 2020a. p. 9 – 51.

PIOVEZANI, Carlos. Bolsonaro fala às massas. In: PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. **A Linguagem Fascista**. Editora Hedra Ltda. São Paulo-SP. 2020b. p. 141 – 245.

QUEIROZ, A.; MANHANELLI, C. **Breve história dos slogans políticos nas eleições do Brasil Republicano**. In: Signos do Consumo, V. 1, nº 2, 2009. P. 235-253.

REBOULT, Olivier. **Le Slogan**. Bruxelles. Editions Complexe, 1975. In.: Espírito Santo, Paula (2006). A mensagem política na campanha das eleições presidenciais: análise de conteúdo dos *slogans* entre 1976 e 2006. revista Comunicação & Cultura, nº 2, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Quimera, pp. 83-101.

REBOUL, O. **O slogan**. São Paulo: Cultrix, 1975. In BRASIL, Luciana Floriano. *O slogan e suas múltiplas dimensões na publicidade*. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SALGADO, Plínio. **Manifesto de 07 de outubro**. São Paulo, 1932. Disponível em: <[Manifesto de 7 de Outubro de 1932 - Integralismo | Frente Integralista Brasileira](#)>

SANTOS, G. L. **Corrupção, memória e o ato de julgar: o senso de justiça e o espírito de vingança no caso Collor de Mello**. 128 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

SCOTT, J. (1995). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, 20, 71-99. In NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sívia Helena. Famílias e patriarcado: da

prescrição normativa à subversão criativa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Psicol. Soc.* 18 (1). Scielo Brasil, 2006.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Tradução Bruno Alexandre. Ed. 6. Porto Alegre, L&PM, 2020.

XAVIER, E. **Declínio do patriarcado: a família no imaginário feminino**. Rio de Janeiro, Record, Rosa dos Tempos, 1998. In NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sivia Helena. *Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Psicol. Soc.* 18 (1). Scielo Brasil, 2006.

OBRAS CONSULTADAS

DANHKE, G. L. (1989). Investigación y comunicación. In: SAMPIERI, H. R., COLLADO, F. C. y BAPTISTA, L. P., **Metodología de la Investigación**. México, Mcgraw Hill, [1991] 1998. p. 60.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. **O sentido como "efeito de" e bases simbólicas de significação. Seminário de Estudos em Análise do Discurso** (2005, Porto Alegre, RS) Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/MariaDaConceicaoFonsecaSilva.pdf>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. **Funcionamento discursivo e cenas validadas de escândalos na esfera do poder político**. *Revista Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 38. n. 3 p. 193-203, set.-dez. 2009

FONSECA-SILVA, M. C. Língua, memória discursiva e efeitos de sentido. In: PETRI, V.; DIAS, C. **Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

GENTILE, Emilio. Mussolini fala às massas: Do socialismo revolucionário ao regime fascista. In: PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. **A Linguagem Fascista**. Editora Hedra Ltda. São Paulo-SP. 2020. p. 53 – 140.

LENHARO, Alcir. **Nazismo: “O triunfo da vontade”**. Série Princípios. Ed. Ática. São Paulo, 1986.

LUZ, M. B.; FONSECA-SILVA, M. C. A admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff como acontecimento discursivo. In: ATAÍDE, C.; SOUSA, V. V. (org.). **Língua, texto e ensino: descrições e aplicações**. 1. ed. Recife: Pipa Comunicação, 2018, p. 243-248.

ORLANDI, Eni P. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In. **Seminário de Estudos em Análise do Discurso** (2. : 2005 : Porto Alegre, RS). Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2005.

____. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In. DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013.

PAVEAU Marie-Anne, 7 août 2015, “Composite“, **Technologies discursives**, [Carnet de recherche], <http://technodiscours.hypotheses.org/?p=699>.

PAVEAU Marie-Anne, 21 janvier 2013, “**Technologie discursive**», Technologies discursives [Carnet de recherche], <http://technodiscours.hypotheses.org/?p=277>.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem da desigualdade. Edição eletrônica: Ridendo. In RAMOS, I. P. **Ubirajara: ficção e fricções alencariana**. Revista Emtese V. 11, ISSN 1982-0739, Minas Gerais, 2007.

SAMPIERI, H. R., COLLADO, F. C. y BAPTISTA, L. P., **Metodología de la Investigación**. México, Mcgraw Hill, [1991] 1998.

STANLEY, Jason. **Como funciona o Fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2020, 208pp.

WINOCK, Michel. O Século dos Intelectuais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. In: RODRIGUES, Cândido M. **Da Ação Francesa ao humanismo integral: o filósofo Jacques Maritain na França das décadas de 1920 a 1940**. Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades, nº 4, 2009. ISSN 1982-3231.